



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MARÍLIA GABRIELA SILVA RÊGO

**JORNALISMO INDEPENDENTE NA COBERTURA POLÍTICA: The Intercept Brasil
e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**

Recife

2019

MARÍLIA GABRIELA SILVA RÊGO

**JORNALISMO INDEPENDENTE NA COBERTURA POLÍTICA: The Intercept Brasil
e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientadora: Profa Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

R343j Rêgo, Marília Gabriela Silva
Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff / Marília Gabriela Silva Rêgo. – Recife, 2019.
141f.: il.

Orientadora: Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

Inclui referências.

1. Jornalismo independente. 2. Impeachment. 3. The Intercept Brasil. 4. Efeitos de sentidos. I. Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello (Orientadora). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-226)

MARÍLIA GABRIELA SILVA RÊGO

**JORNALISMO INDEPENDENTE NA COBERTURA POLÍTICA: The Intercept Brasil
e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação

Aprovada em: 15/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Não há como caminhar sem o agir de Deus. Ele me conduziu até aqui e me deu forças quando eu menos achava que iria conseguir. A Ele a honra e o louvor. Rendo agradecimentos também à Virgem Santíssima, Mãe das Graças, que intercede por mim e tanto me ensina com suas virtudes.

A minha família: minha mãe Rosilda, meu pai Manuel, e meu irmão Romário. Amo-os como a minha própria vida. Sem vocês nada sou. São meu porto seguro.

A minha orientadora Isaltina Mello, que tem me ensinado não somente como professora, mas sendo um modelo de experiência de vida e de luta. Obrigada pela parceria que levarei para a vida.

À banca, constituída pelos professores Dr^a Dóris da Cunha e Dr^o Heitor Rocha pelas contribuições tão ricas sobre este trabalho desde a qualificação. O fruto do conhecimento amadurece com a experiência, sugestões e críticas.

Ao meu amado noivo Jarbas, que torceu comigo, rezou por mim e me ajudou a enfrentar as dificuldades com muita perseverança. És aconchego para meu coração.

As minhas amigas-irmãs que moram (ou já moraram) comigo no Recife e que acompanharam de perto o percurso desta vitória. À Johana, Layane, Letycia, Larissa e Priscila, o meu carinho imenso. Permanecerão sempre em meu coração.

A minha irmandade desde a graduação, Camila e Douglas. Como sou feliz com vossa amizade e companherismo. Obrigada por vibrarem junto comigo a cada passo dado.

À professora Dr^a Ana Veloso, por toda ajuda na construção do projeto para a seleção de mestrado. Jamais esquecerei a sua colaboração que me trouxe até aqui.

A todos os que fazem o Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPE): ao corpo docente por todo ensinamento e aos secretários Cláudia, Roberta e José Carlos, por ajudarem nas questões administrativas e, ainda mais, a acolherem com amizade os alunos.

À CAPES, pelo auxílio financeiro concedido no segundo ano do mestrado o qual me possibilitou dedicação exclusiva à dissertação.

Precisamos lembrar como fomos formados e, portanto, quem somos. É doloroso, como todo aprendizado. Mas vale sempre a pena (SOUZA, 2016, p. 137).

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar o papel do jornalismo independente no impeachment de Dilma Rousseff, ocorrido em agosto de 2016, um dos mais repercutidos eventos políticos após a chegada do PT ao poder. Nosso olhar se voltou, de modo específico, para o coletivo “The Intercept Brasil” (TIB), partindo da questão: quais foram os posicionamentos assumidos pelo coletivo em suas reportagens a respeito do impeachment de Dilma Rousseff? O recorte temporal da pesquisa vai de abril a agosto de 2016, período que compreende a votação da aceitabilidade do processo de impeachment na Câmara dos Deputados até o afastamento definitivo de Dilma, contabilizando 14 reportagens. Como apoio teórico, utilizamos os estudos de Bakhtin (2003, 2011), Volóchinov (2017), Maingueneau (1997, 2008) e Authier-Revuz (2004). As análises permitiram identificar três efeitos de sentidos principais, sendo eles: a culpabilização de movimentos e personagens a favor do impedimento, entre eles Michel Temer por corrupção; a inocência de Dilma Rousseff nas acusações de crime de responsabilidade pelas pedaladas fiscais; e, por fim, a visão deste processo como um ato ilegal, o que justifica a escolha editorial do coletivo de chamar o impeachment de golpe.

Palavras-Chave: Jornalismo independente. Impeachment. The Intercept Brasil. Efeitos de sentidos.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the role of independent journalism in the impeachment of Dilma Rousseff, which occurred in August 2016, one of the most reverberated political events after the arrival of the PT to power. Our focus turned specifically to the collective "The Intercept Brazil" (TIB), starting from the question: what were the positions taken by the collective in its reports about Dilma Rousseff's impeachment? The temporal cut of the research is from April to August 2016, which includes the vote on the acceptability of the process of impeachment in the Chamber of Deputies until the definitive removal of Dilma, counting 14 reports. As theoretical support we used the studies of Bakhtin (2003, 2011), Volóchinov (2017), Maingueneau (1997, 2008) and Authier-Revuz (2004). The analyzes allowed to identify three effects of main senses, being: the blame of movements and characters in favor of the impediment, among them Michel Temer by corruption; the innocence of Dilma Rousseff in the accusations of crime of responsibility for the fiscal pedals; and, finally, the view of this process as an illegal act, which justifies the editorial choice of the collective to call the coup impeachment.

Keywords: Independent journalism. Impeachment. The Intercept Brazil. Sense Effects.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Capa do Estado de S. Paulo	54
Imagem 2 –	Capa da Revista Veja	54
Imagem 3 –	2ª Capa do Estado de S. Paulo	55
Imagem 4 –	Reportagem da Folha de S. Paulo	56
Imagem 5 –	Reportagem “C”	109
Imagem 6 –	Reportagem “D”	110
Imagem 7 –	Reportagem “F”	110
Imagem 8 –	Reportagem “J”	112
Imagem 9 –	Reportagem “L”	113
Imagem 10 –	Reportagem “N”	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Fatos de maior relevância no processo de impeachment de Dilma Rousseff	44
Quadro 2 –	Pontos de partida para as análises	82
Quadro 3 –	Corpus da Pesquisa	86
Quadro 4 –	Trechos da reportagem “A” que fazem referência ao Golpe de 64	119
Quadro 5 –	Trechos das reportagens “E”, “H”, “I” e “N” que fazem referência ao termo “Golpe”	120

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A MÍDIA INDEPENDENTE NO BRASIL	16
2.1	Os primeiros passos na formação de uma imprensa brasileira	16
2.2	A Velha República e a constituição de empresas jornalísticas	20
2.3	A Ditadura Militar, o regime de censura e a afirmação do Jornalismo independente	23
2.3.1	Jornais de grande expressividade da época	26
2.4	A redemocratização	30
2.5	O movimento independente no panorama atual	33
2.5.1	Características do Jornalismo Independente	35
2.5.2	O pressuposto do posicionamento ideológico	36
2.5.3	A problemática do conceito	39
3	O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: A CENA POLÍTICA BRASILEIRA E O SURGIMENTO DO COLETIVO THE INTERCEPT BRASIL (TIB)	42
3.1	Governo Dilma Rousseff: a trajetória na Presidência da República de 2011 a 2016	45
3.1.1	Denúncias, Impeachment e Constituição	48
3.2	O papel da mídia no Impeachment	50
3.3	A política brasileira ao revés	58
3.4	Cobertura alternativa do caso do Impeachment: o The Intercept chega ao Brasil	59
3.4.1	Por que dizer que o The Intercept é independente?	61
4	APONTAMENTOS NECESSÁRIOS À ANÁLISE DA COBERTURA POLÍTICA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	63
4.1	Estudos empíricos de análise do discurso jornalístico sobre o Impeachment	63
4.2	O dialogismo Bakhtiniano e as contribuições teórico-metodológicas para o estudo do discurso a partir de Volóchinov (2017), Jacqueline Authier- Revuz (2004) e Maingueneau (2008)	66
4.2.1	A presença do outro e a natureza dialógica do discurso	67

4.2.2	Heterogeneidade em Jacqueline Authier-Revuz	72
4.2.3	Maingueneau entre Bakhtin e Authier-Revuz: pontos de encontro	76
4.2.3.1	<i>O caso particular da ironia</i>	79
4.2.4	Quadro síntese	82
4.3	O não dito é fonte de sentido	83
4.4	Corpus da pesquisa	85
4.4.1	Gênero reportagem e suas características	86
5	O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PELO THE INTERCEPT BRASIL	91
5.1	O uso do discurso do outro	91
5.1.1	Discurso direto nas reportagens analisadas	92
5.1.2	Discurso indireto: a forma emancipada do uso do discurso do outro	101
5.2	Ironia: a opinião crítica do The Intercept Brasil	106
5.2.1	O recurso da ironia entre títulos e imagens	108
5.3	Aspas para além do discurso direto	114
5.4	“Golpe”?	118
5.5	Adendo: Quem é Dilma Rousseff para o The Intercept Brasil?	121
5.5.1	Eixo 1: Eleição e reeleição de Dilma	122
5.5.2	Eixo 2: Impeachment e consequências	123
5.5.3	Eixo 3: Conclusão do Impeachment e postura de Dilma	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

Em 519 anos de história, se contarmos desde o descobrimento pelos portugueses, o Brasil não deixa esconder a lentidão rumo à democracia. De uma colônia superexplorada, nos tornamos monarquia, deixando no trono os descendentes de Dom João VI, seu filho Dom Pedro I e, posteriormente, seu neto, Dom Pedro II. Mesmo com a proclamação da independência, permanecemos no regime monárquico com direitos restritos. A escravidão, um dos nossos maiores pesos, só veio a ser abolida em 1888 com uma problemática: mesmo livres, os negros passaram a ser marginalizados pois não eram considerados cidadãos e sobreviviam sem direitos básicos, inclusive eram impedidos de votar. Quando, enfim, a República foi proclamada em 1889, o que acontece? Militares assumem o governo republicano. Havia profunda corrupção no sistema eleitoral, baseado no voto de cabresto e comandado pelas oligarquias de poder.

Ensaíamos uma democratização em 1945, após o governo ditatorial de Getúlio Vargas, que deixou o governo na promessa de que voltaria por eleições diretas. Entre 1945 e 1964 vivemos um período conhecido como democrático ou populista, permitindo a participação popular na vida política. Em 1964 houve, então, uma queda dramática: o golpe militar, um período tenebroso de violência e crueldade. Foram 21 anos vivendo o medo e a censura de todas as formas. Pagava-se com a própria vida quando se era um visionário de uma democracia sonhada. Com o fim do regime militar, o país estava decidido a manter firme uma democracia e desde 1988 temos uma Constituição de caráter democrático com extensão de direitos para homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos. Pelo menos em sua teoria.

Mas fruto de nossa jovem experiência democrática, recentemente o Brasil tem passado por processos sociopolíticos de constante mudança, principalmente a partir de 2013 quando grupos foram às ruas para protestar contra o aumento de passagens e posteriormente com a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo, em 2014, as Olimpíadas, em 2016, e a crise econômica desde 2014. Porém, o ápice de nossa crise política sem dúvidas foi a concretização do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Fomos com tanta sede ao “pote” da democracia que não estivemos atentos a nossa própria história. Ela já nos dava os prognósticos dos golpes sofridos no passado quando começávamos a engatinhar em direção a tão desejada democracia.

Dilma foi eleita pela primeira vez em 2010 e reeleita em 2014. O processo de impeachment começou a correr em dezembro de 2015, quando o até então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha autorizou formalmente a criação de uma Comissão Parlamentar

Especial para a elaboração de um parecer pela admissibilidade da abertura do processo. Em abril de 2016, durante a votação na Câmara, a admissibilidade recebeu 367 votos favoráveis e 137 contrários. No Senado Federal, o processo foi aprovado com 61 a 20 votos determinando o seu afastamento temporário por cerca de 180 dias. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidente da República após três meses de tramitação do processo e quem assumiu foi o seu vice, Michel Temer.

Foi a partir destes acontecimentos políticos que o jornalista Glenn Greenwald cria o The Intercept Brasil (TIB) com a intenção de produzir um novo olhar sobre os fatos brasileiros, principalmente realizando uma cobertura política sobre o impeachment, além de matérias sobre as questões econômicas, sociais e culturais com um viés mais pluralizado e investigativo da notícia (GREENWALD, 2016). Dentro deste conturbado contexto é que o presente estudo considera relevante se debruçar sobre a cobertura do processo do impeachment levando em conta a expressividade deste coletivo independente (hoje com mais de 262 mil seguidores no facebook) e sua origem estrangeira, mas produzido e fixando raízes no Brasil. A escolha do recorte temporal se justifica pela atualidade e importância do tema dentro do cenário político brasileiro que se constitui como o segundo impeachment na história do país (o primeiro ocorrido em 1992, com Fernando Collor) que, inclusive, destituiu a primeira presidente mulher do poder.

Diante do exposto, surge a inquietação: Quais os posicionamentos que o TIB assumiu em suas reportagens sobre o impeachment de Dilma Rousseff? Para entender como foi construído o discurso sobre o processo de impedimento precisamos caminhar para identificar as estratégias discursivas e a geração dos efeitos de sentidos dentro do discurso nas reportagens e, assim, perceber até que ponto a cobertura do TIB atua como contraponto às coberturas dos grupos convencionais de mídia atuantes no Brasil.

Começamos, portanto, apresentando no segundo capítulo a constituição de um jornalismo independente no Brasil considerando que a história do jornalismo brasileiro¹ é prioritariamente vivida a partir de iniciativas independentes. Nem sempre houve tranquilidade ao produzir notícias, pelo contrário. Para conquistar o que temos hoje (mesmo que ainda a passos de avançar) foi preciso lutar para exercer o poder de comunicar. Os movimentos independentes surgem ao mesmo tempo que a história da imprensa brasileira vai se desenvolvendo. Aguiar (apud MARTINS & LUCA, 2018) diz que a imprensa independente

¹ Além dos autores do aporte teórico, as informações sobre a história do jornalismo brasileiro também foram observadas a partir do levantamento feito pela Associação Nacional de Jornais (2017). Disponível em: <<https://www.anj.org.br/site/servicos/menindjornalistica/107-historia-do-jornal-no-brasil/738-imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia.html>>.

surgiu desde o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense*, ainda no Brasil Colônia. Portanto, aqui já se desmistifica a ideia de que a imprensa independente tenha surgido ou sido reconhecida apenas na Ditadura Militar. Por outro lado, não podemos deixar de dar o devido mérito a este que este foi um dos períodos de maior expressividade com o registro de inúmeros escritos de caráter independente.

De posse das reflexões iniciais, caminhamos para o terceiro capítulo onde trazemos a síntese dos principais acontecimentos relacionados ao processo do impeachment de Dilma Rousseff. Foram citadas as ações de seu governo, as crises e a articulação política que planejou o seu afastamento, protagonizada principalmente por Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal, personagens que redigiram o pedido de impeachment, e Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, que aprovou o documento. Além do aparato teórico da Constituição de 1988 e da Lei do Impeachment (1950) para refletir todo o processo em sua contemporaneidade, Jessé de Souza (2016) e o Mírian Gonçalves (2018) nos ajudaram a compreender a estrutura por trás deste processo. Souza (2016) se refere principalmente às ofensivas contra o Partido dos Trabalhadores (PT) desde o Governo de Lula e concretizada em Dilma. Com “A Enciclopédia do Golpe” (GONÇALVES, 2018), tivemos uma leitura do papel da grande mídia no impeachment pois sabemos que a mídia tem um papel de grande relevância na formação de uma opinião pública (HABERMAS, 1997). Foi constatado também que os meios de comunicação tiveram protagonismo no impedimento de Dilma, trazendo uma imagem da ex-presidente sempre incapaz. Pior, a comparava com esposas de ex-presidentes do Brasil, referindo-se a Dilma como uma mulher não confiável, não delicada, colocando a sua impopularidade como resultado da falta de “feminilidade”. Foram tentativas de diminuir Dilma por ser mulher e, ainda mais grave, por ser uma mulher que não atendia a expectativa da elite conservadora.

Antes de chegarmos propriamente às análises das reportagens, o quarto capítulo se faz necessário ao apresentar os principais conceitos e direcionamentos teóricos-metodológicos para a compreensão dos sentidos no discurso. O Círculo de Bakhtin representado por Bakhtin (2003; 2011), com destaque especial a Volóchinov (2017), além dos teóricos do discurso franceses Maingueneau (2008) e Authier-Revuz (2004) auxiliaram no estudo do discurso, direcionado principalmente na identificação do discurso do outro. Bakhtin (2003; 2011) é um dos principais autores sobre os estudos da linguagem e desenvolve conceitos-chave que repercutem até a nossa contemporaneidade, como por exemplo o dialogismo. Segundo o autor, todo discurso conta com a presença do outro em sua constituição. Observando essa natureza dialógica, chegamos

ao ponto de maior interesse: perceber os sentidos através da presença constante do outro nas reportagens. Essa presença alheia é intrínseca ao discurso, mas há as formas em que esse discurso do outro aparece de forma clara no texto através das formas de discurso direto (DD) e discurso indireto (DI), um dos centros das análises. Volóchinov (2017), Authier-Revuz (2004) e Maingueneau (2008), por sua vez, fornecem subsídios fundamentais na interpretação dos sentidos do uso do discurso direto e discurso indireto, e, ainda mais abrangente, a compreender outros mecanismos como o recurso da ironia e das aspas.

Uma vez apontado o esclarecimento teórico, por fim, o quinto capítulo é dedicado à execução das análises. Começamos por identificar nas 14 reportagens do nosso recorte os sentidos com o uso do discurso do outro citado nas formas de DD e DI, percebendo qual a construção de sentidos quando a referência é feita a Dilma Rousseff, ao impeachment e ao ex-presidente Michel Temer, por exemplo. A cada momento trazemos trechos em destaque de cada uma das reportagens, sem deixar de mencionar nenhuma. Além deste passo, inevitavelmente foi preciso nos debruçar diante dos títulos e das imagens, constatando relações discursivas de ironia em alguns casos. No mais, a leitura do capítulo permite a compreensão de cada uma das etapas de análise e dos passos percorridos pelo *The Intercept* no desafio de falar sobre o impeachment.

A intenção em trabalhar com o tema do impeachment foi, além da atualidade do acontecimento, a de contribuir com um estudo que possibilitasse a compreensão do que ocorreu em 2016 e que repercuta até os dias atuais. O recorte a partir de um coletivo independente se estabeleceu pela constatação de que outros estudos já têm se dedicado a analisar este mesmo fato a partir de veículos comerciais de mídia. Quisemos ir na contramão, oferecendo um estudo realizado a partir de um tipo de fonte jornalística inovadora sobre o processo.

2 A MÍDIA INDEPENDENTE NO BRASIL

2.1 Os primeiros passos na formação de uma imprensa brasileira

Historicamente a atividade jornalística no Brasil é resultado da resistência. O nosso país enfrentou dificuldades de produção de jornais ainda quando era colônia. Neste período (1530 a 1822) foi impedida qualquer iniciativa de pensamento, considerando-se crime as produções culturais escritas (BAHIA, 1990). A este fato se deve o motivo do atraso na formação de uma imprensa originalmente brasileira. Muitos países latino-americanos de colonização espanhola já estavam à nossa frente com a instalação de bibliotecas, universidades e jornais próprios, enquanto o Brasil permanecia impedido de produzir textos pela Coroa Portuguesa. Porém, mesmo sem a atividade de imprensa oficializada, a produção textual era feita por meio de panfletos, manuscritos e sátiras poéticas que retratavam a expressão de um povo e a tentativa de se opor às condições de vida determinadas pelos colonizadores portugueses. Além destes, outros escritos chegavam à colônia clandestinamente com registros que contam mais de trezentas obras (livros, manuscritos, impressos anônimos) estrangeiras em território nacional (MOREL in MARTINS e LUCA, 2018).

Dom João VI, então rei de Portugal, chegou ao Brasil em 1808 fugindo das tropas de Napoleão e fez deste país a nova sede da monarquia portuguesa. Aqui promoveu mudanças econômicas e sociais, dentre elas a abertura dos portos que possibilitou a entrada de materiais impressos. O rei, então, trouxe com sua corte uma prensa tipográfica e criou a Imprensa Régia, órgão responsável por imprimir jornais, livros e documentos oficiais da colônia após três séculos de seu descobrimento. Naquele momento houve a oficialização de uma imprensa brasileira, porém regida por normas regulatórias exercidas pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e eclesial (Santo Ofício) que censuravam os conteúdos em circulação. A Imprensa Régia, nestes moldes, constituiu-se como a primeira editora do território brasileiro (MARTINS e LUCA, 2018).

O primeiro jornal oficial do Brasil foi o “A Gazeta do Rio de Janeiro” (1808). Suas publicações tratavam da vida administrativa e da movimentação social do Reino e que, por ser o único aqui editado, absorve a história de maneira documental: editais, pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos do governo (BAHIA, 1990). Meses antes, surgia o Correio Brasiliense (1808), editado em Londres e publicado por Hipólito José da Costa, clandestinamente contrabandeado para o Brasil. O Correio atuava na linha de oposição, criticando a coroa portuguesa, defendendo a imigração e a criação de universidades, além de

apoiar ideais abolicionistas e a favor da independência do país. Mesmo sendo imprenso na Europa, tratava das questões do Brasil:

O Correio associa à natureza de jornal brasileira o caráter de um veículo de referência internacional. Igualmente nisso é pioneiro. Sua artilharia dispara contra a violência da polícia política, os atos discricionários da administração colonial e a conspiração dos poderosos para reduzir ao silêncio as ideias liberais e democráticas (BAHIA, 1990, p. 24).

A “Gazeta do Rio de Janeiro” e o “Correio Brasiliense” são, portanto, considerados os primeiros jornais brasileiros. Uma vez instalada a prensa tipográfica, o movimento de jornais tornou-se ainda mais crescente de tal forma que o rei já não poderia ignorar ou controlar. Mesmo numa sociedade na qual havia escravidão e uma população numerosamente analfabeta, os textos circulavam com velocidade e a leitura era realizada através da oralização coletiva. Muitas publicações panfletárias surgiram e o cenário político se inquietava. No contexto internacional, Espanha e Portugal passavam pela Revolução Constitucionalista² e a pressão pela liberdade de imprensa aumentava. Em outubro de 1820, a Junta de Governo da Revolução Constitucional Portuguesa liberou a circulação de impressos portugueses para fora. Dom João VI, cada vez mais pressionado, assina em 2 de março de 1821 um decreto de suspensão da censura prévia geral, promovendo os passos para a liberdade de imprensa, inclusive no Brasil (MARTINS e LUCA, 2018). Esta pretensa “liberdade”, porém, era ainda limitada e igualmente censurada porque havia a pressão de que os escritos deveriam seguir os interesses da coroa.

A atividade jornalística toma mais forma e começam a surgir periódicos como o “Idade d’Ouro do Brasil!” (1812-1823), na Bahia, trazendo notícias internacionais e a cobertura do comércio e rotina da cidade; também no mesmo estado, “As Variedades ou Ensaios de Literatura”, editada por Diogo Soares da Silva Bivar, é considerada a primeira revista impressa do país; no Rio de Janeiro, temos o “Revérbero Constitucional Fluminense” (1821-1822), “A Aurora Fluminense” (1827-1839), “Nova Luz Brasileira” (1829-1831), “Jornal do Commercio” (1827-2016). Em São Paulo, “O Observador Constitucional” (1829-1832), e em Recife, o “Tiphis Pernambucano” (1823-1824), editado por Frei Caneca; o “Diario de Pernambuco” (1825), que ainda circula nos dias de hoje e é considerado o mais antigo jornal em circulação do país e da América Latina; e, por fim, “O Carapuiceiro” (1832-1847).

² Ocorrida na cidade do Porto, a Revolução se caracterizou por disputas políticas envolvendo interesses divergentes entre Portugal e Brasil. Havia um descontentamento devido à transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, sendo, portanto, um dos objetivos do movimento: exigir a volta de Dom João VII e sua família à Portugal.

Também como resultado da Revolução Constitucionalista de Portugal, em 1820, Dom João VI voltou a Portugal, e seu filho Dom Pedro I assumiu o governo do Brasil. Durante o Primeiro Reinado, a imprensa apresentou um caráter político e menos literário, com uma postura militante e pró-independência. “A Malagueta” (1821-1832), de Luis Augusto May, foi um dos jornais mais relevantes do período ficando em circulação por 11 anos. Este jornal se identificou como “independente”, o que para aquele momento significava assumir um posicionamento político (SODRÉ, 1999). A imprensa, naquela época, testemunhou e provocou mudanças políticas e econômicas, com vários jornais³ que movimentavam o discurso por independência: “De revolta em revolta, emulado pelo jornalismo, o país caminha para a abolição e a República” (BAHIA, 1990, p. 57).

Outro exemplo de destaque foi Cipriano Barata com sua série de Sentinelas⁴. Em 1822, circulava no Recife sua primeira “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco”. Cipriano foi considerado um intenso agitador pela independência, pioneiro nas publicações de caráter republicano, portanto, sendo o fundador do primeiro jornal republicano que circulou no Brasil. Cipriano é por origem baiano, mas fez fama em Pernambuco com seus escritos. Ele esteve muito influenciado pelos ideais da Revolução Francesa que experimentou quando viveu na Europa durante sua graduação em direito, em Coimbra, Portugal (SODRÉ, 1999). Os Sentinelas viriam a criar uma tendência para outros jornais e movimentos a favor do fim do regime monárquico. Com tanta pressão da imprensa e de movimentos, fez-se possível a Proclamação da Independência (1822), porém, o Brasil continuou uma Monarquia com Dom Pedro I como imperador.

Após intensos conflitos no território brasileiro durante o Primeiro Reinado e a pressão pela posse do trono em Portugal após a morte de Dom João VI em 1826, Dom Pedro I abdicou do trono no Brasil e, em 1831, se iniciou o período regencial. O herdeiro do trono, Pedro II, tinha apenas cinco anos de idade e não poderia assumir, dando prosseguimento a quase 10 anos de governos regenciais. Neste período, o grande destaque de publicações foi a respeito do

³ Como “A Gazeta do Rio de Janeiro” (mudando de nome após da Independência para Diário do Governo); “Segarrega”, em Pernambuco; e “O Conciliador”, no Maranhão;

⁴ Segundo SODRÉ (1999, p. 67), as publicações das Sentinelas mudavam de nome segundo os lugares onde eram publicadas e aonde Cipriano era levado como preso. Entre as Sentinelas conhecidas, temos: “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco” (com 66 números); “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada Reunida” (com um número); “Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande” (em Niterói, com 32 números); “Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia de Todos os Santos” (cinco números); “Nova Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro na Bahia de Todos os Santos” (com 37 números); “Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel de Pirajá Hoje Presa na Guarita da Ilha das Cobras em o Rio de Janeiro” (sete números).

debate sobre a maioria⁵, dividindo os jornais entre conservadores e liberais. A insatisfação política ocasionou várias revoltas no país e elas contavam com o apoio da divulgação dos jornais⁶. A Revolução Praieira (1848-1850), em Recife, é um exemplo de movimento social envolvido pela disputa político-partidária divulgada pelos periódicos. Na ocasião, o declínio da economia açucareira e a insatisfação com a monarquia foram as causas mais específicas da revolta. Liderada, entre outros, pelo General José Inácio de Abreu e Lima (escreveu para o “Diário Novo” e “Barca de São Pedro”), e pelo jornalista militante do Partido Liberal, Antônio Borges da Fonseca (redator principal do “Correio do Norte”), reivindicavam através do documento chamado “Manifesto ao Mundo”, o voto universal, a liberdade de expressão e a separação dos poderes (QUINTAS, 1967). O movimento, no entanto, foi reprimido pelas forças oficiais.

Com o golpe da maioria, aos 14 anos, assume Dom Pedro II. No segundo reinado houve intensas transformações na imprensa brasileira, entre elas a substituição da primeira prensa pela prensa mecânica (1845). Com a larga produção de café, elevando o Brasil ao principal produtor cafeeiro do mundo, desenvolveram-se linhas férreas que também ajudaram na circulação dos periódicos. A luz elétrica, o telefone, o cinematógrafo, os bondes, o automóvel, a máquina de escrever e o telégrafo proporcionaram a otimização do trabalho jornalístico (MARTINS e LUCA, 2012). Agora os discursos abolicionistas e republicanos estavam cada vez mais presentes culminando na libertação dos escravos (1888) e posteriormente na proclamação da República (1889). Por volta de 1850, com esse percurso de transformações sociais, verificou-se a profissionalização do jornalista.

Grupos sociais tiveram destaque na luta pelo direito a ingressar no jornalismo. Mulheres se engajaram como protagonistas e agentes em produções jornalísticas. No Rio de Janeiro surgiram várias iniciativas: “O Espelho das Belas” (1841), “A Violeta” (1848), “Correio das Modas” (1839), “O Jornal das Senhoras” (1852), “Belo Sexo” (1862). Em Minas Gerais, tivemos “O Sexo Feminino” (1873), em Recife, o “Espelho das Brasileiras” (1831). O público negro também se engajou em periódicos. Data-se que neste período surgiram os primeiros jornais especializados na temática negra com ideais abolicionistas. Em 1833, “O Homem de Côr” (chamado também de “O Mulato” a partir de seu terceiro número), escrito pelo tipógrafo Paula Brito. Circularam também o “Brasileiro Pardo”, “O Cabrito”, “O Crioulinho” e “O

⁵ O debate da maioria correspondia à questão da posse do trono por Dom Pedro II. Os movimentos a favor defendiam a posse do Imperador antes de completar 15 anos.

⁶ A Cabanagem (Província Grão-Pará, 1835-1840), Sabinada (Província da Bahia, 1837-1838), a Balaiada (Província do Maranhão, 1838-1841), e a Guerra dos Farrapos (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1835-1845).

Lafuente”, todos no Rio de Janeiro, capital do Brasil durante este período. Os títulos de Cabrito e Crioulinho são termos depreciativos utilizados para se referir à pessoa negra naquela época (PINTO, 2006).

O ambiente universitário também esteve fértil à produção de jornais. Estudantes e intelectuais criaram jornais no ambiente acadêmico fruto das reflexões políticas. De posição liberal, em São Paulo, “O Farol Paulistano” (1827), “O Observador Constitucional” (1829) e o “Constitucional” (1854). Naquela fase da imprensa brasileira, a caricatura e as ilustrações preencheram as folhas dos jornais. Foi mais uma inovação, graças a técnica da litografia (gravação em pedra). As imagens caíram no gosto do público e auxiliavam, inclusive, na compreensão universal dos conteúdos divulgados. Mesmo os que não sabiam ler, compreendiam a mensagem através da interpretação das imagens. Havia um engajamento forte nas sátiras e humor crítico ao governo.

2.2 A Velha República e a constituição de empresas jornalísticas

O surgimento de jornais caminhava para a formação de empresas de comunicação. À medida que o país se industrializava, a comunicação também conhecia a lógica mercadológica. Com o desenvolvimento tecnológico, a qualidade de impressão se tornou melhor ao passo que o custo ficava menor e a utilização de fotografias e caricaturas era ainda mais recorrente. As revistas também se beneficiaram, modernizando esteticamente suas capas. O apelo à alfabetização na fase republicana contribuía para a consolidação de uma imprensa escrita à medida que formava um público leitor que encontrava no jornal um meio de prática cultural de leitura. Com isso, os jornais aumentavam suas tiragens e se diversificavam. Utilizavam-se de diferentes gêneros jornalísticos: crônicas, reportagens, entrevistas (MARTINS e LUCA, 2018).

Já em 1889, em decreto feito pelo Governo provisório de censura à imprensa, em seu Artigo 1º, representou um obstáculo à pretensa liberdade visada em uma República:

Art.1º- Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo: que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição” (MARTINS e LUCA, 2018, p. 85).

Apesar do Brasil caminhar a passos lentos para uma desejada liberdade de imprensa, o desenvolvimento técnico e profissional do jornalismo acontecia. Uma prática desenvolvida de maneira mais profissionalizada foram os correspondentes do exterior e a contratação de

agências de notícias internacionais, na busca de transmitir o que acontecia no mundo. Desenvolveu-se a prática de coberturas em locais de guerras, cujo pioneiro foi Euclides da Cunha, autor de “Os Sertões”, livro que narra a Guerra de Canudos (1893-1897). Com uma sociedade em transformação, os jornais acompanharam a efervescência do momento. A propaganda começou a se tornar um meio recorrente nas páginas, auxiliando os custos do jornal e em troca garantia o jornal como uma divulgadora que proporcionaria um aumento de consumidores. Surgiram jornais literários com engajamento de diversos intelectuais, reunindo nomes como Monteiro Lobato (Revista Brasil), Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Sérgio Buarque de Hollanda. Esse gênero contou com pouca publicidade e público, ao contrário das revistas de variedade, responsáveis por pautar (como o próprio nome sugere) variados temas, principalmente de lazer e curiosidades. Aqui a publicidade se expressou fortemente estampando nas páginas os produtos e bens de consumo.

O movimento de revistas femininas que já vinha em desenvolvimento desde o final do século XIX, ainda no regime monárquico, viu seu crescimento com edições de “Revista Feminina” (1914-1936), discutindo o comportamento da mulher e a sua conduta no lar. Contrapondo esse segmento, “Anima e Vita” e “Renascença” já surgiram com críticas sociais sobre como a mulher era vista. Ao mesmo tempo, graças a pluralidade étnica brasileira, foram se desenvolvendo impressos em línguas estrangeiras, a partir das comunidades de estrangeiros japoneses, italianos, alemães, árabes e húngaros. Os negros também buscaram representatividade na comunicação com “O Menelick” (1915), “A Voz da Raça” (1919), “Senzala” (1946), “A Chibata” (1932). A classe operária constituiu um movimento muito forte na imprensa brasileira. De cunho essencialmente político, jornais deram base à formação de uma identidade para a classe e na divulgação de movimentos operários em todo país.

A imprensa escrita foi a grande empresa que se estabeleceu na República Velha, mas não somente ela. Na década de 30 surge o rádio e em 1950 a primeira emissora de televisão. Na época do rádio, Getúlio Vargas assumia a presidência e determinou um controle severo da imprensa com o pressuposto de garantir a estabilidade e segurança pública. Em 1932, na Revolução Constitucionalista, o rádio influenciou diretamente a política brasileira, apoiando a reconstitucionalização do país (MARTINS e LUCA, 2018). Vargas instaurou o regime ditatorial no país (1937-1945) e intensificou ainda mais a censura criando em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por censurar todo material jornalístico produzido. O governo utilizou ainda de estratégias de coerção para os que

apoiassem o regime, como o subsídio de papel para impressão⁷ e isenção de impostos. O rádio se disseminou rapidamente, alcançando a população analfabeta. Assis Chateaubriand, importante personalidade das comunicações, constituiu um conglomerado de comunicação. Em 1925 comprou “O Jornal”, que mais tarde, ao agregar ainda mais veículos, constituiu os Diários Associados, formados por 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão. Aqui se instituiu um modelo muito parecido do que seria a grande imprensa de hoje. Nesta fase houve a divisão do trabalho, a formação de indústrias jornalísticas que mais tarde formarão os conglomerados de mídia. Concordando com Martins e Luca (2018), identifica-se a grande mídia como “a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (MARTINS e LUCA, 2018, p. 149).

Se já era percebido um envolvimento bastante significativo do jornalismo com a política, seja questionando-a ou apoiando-a, naquele momento esta característica atinge seu ponto máximo. Há uma associação muito determinante de construção da imagem de personalidades políticas e da associação de partidos com jornais. O próprio Getúlio Vargas volta à presidência com o auxílio da “propaganda jornalística” em 1951. Chateaubriand promoveu Vargas em manchetes garantindo (pelas próprias palavras do ex-presidente) que voltaria ao governo e que isso se daria de forma democrática, por escolha do povo. Não à toa, como candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Vargas foi eleito com 48,7% dos votos (MARTINS e LUCA, 2018).

A influência americana foi muito forte no começo dos anos 50, apresentando o modelo da objetividade jornalística baseada em princípios técnicos do lead⁸ e da pirâmide invertida⁹. Os jornais brasileiros abandonaram o modelo literário e passaram a dar maior valor aos gêneros opinativos (modelo de origem francesa). A transformação em empresas jornalísticas nos Estados Unidos fez com que, para não se comprometer com posicionamentos, assumissem uma postura “neutra” sem explicitar suas posições ideológicas (RIZZOTTO, 2012, p. 118). Essa característica foi incorporada ao jornalismo brasileiro, criando o “mito” da objetividade (BARBOSA, 2007 apud RIZZOTTO, 2012). Isso, contudo, não impedia o surgimento de jornais de posicionamento político explícito.

⁷ O papel utilizado para impressão dos jornais era importado e representava um elevado custo para os donos.

⁸ *Lead* é a primeira parte de uma notícia, situada no primeiro parágrafo do texto e devendo responder, em geral, aos seguintes questionamentos sobre o fato que está sendo noticiado: o quê, quem, quando, onde, como e por que.

⁹ A pirâmide invertida se refere à estrutura do texto noticioso. Neste conceito, a base da pirâmide estaria direcionada “para cima” sugerindo que os fatos mais importantes devem ser ditos de forma direta no início da notícia, percorrendo, dessa maneira, uma ordem que privilegia os acontecimentos de maior importância de determinado fato até, para o fim, a sua menor relevância.

A manutenção da imagem de Vargas é um exemplo da nítida posição editorial de jornais. Foi responsabilidade do “Jornal Última Hora” (UH) apresentar um perfil confiável do presidente porque o apoiava. A oposição, por conseguinte, foi representada pelo “Tribuna”. O embate entre esses dois jornais foi tão forte que contribuiu para o fim de Getúlio. Após um atentado contra Carlos Lacerda, dono do “Tribuna”, o jornalista acusou o ex-presidente pelo ataque. As próximas manchetes do jornal de oposição pediram a renúncia de Vargas e sua condenação pelo suposto crime. Em contrapartida, Getúlio, na primeira página do “Última Hora”, se defendeu e afirmou: “só morto sairei do Catete”, o que de fato aconteceu. A sua morte gerou uma comoção nacional, com imagem de quase herói pelo UH, enquanto os jornais de oposição foram depredados.

Caminhando entre 1950-1960, a televisão se populariza e alcança ainda mais a população. A TV deixava de lado o conteúdo político e priorizava o entretenimento. Mais tarde as grandes emissoras juntamente com a classe conservadora auxiliaram a campanha do regime militar, tendo responsabilidade na articulação do golpe de 64 que tirou João Goulart do poder com a justificativa de uma suposta preocupação a respeito dos rumos da esquerda e dos problemas econômicos financeiros do país (ROMANCINI e LAGO, 2007).

2.3 A Ditadura Militar, o regime de censura e a afirmação do jornalismo independente

Concebido o golpe, começa um regime que durou 21 anos e colocou quatro militares na presidência. Eleitos de forma indireta (sem a participação do povo), os generais impuseram uma série de políticas de repressão em vários segmentos sociais. Os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) foram os mais agressivos durante todo o regime. Com uma política de ‘linha-dura’, houve muitas mortes, torturas, desaparecimentos, prisões (BARBALHO, 2000). Em 1964, surge o primeiro Ato Institucional (AI), o AI 1, ainda no governo de Castelo Branco (1964-1967) alterando a estrutura institucional do país sem a consulta ao congresso. Ao todo foram decretados 17 AI que modificavam a Constituição no quesito eleitoral, ampliando cada vez mais os poderes do Executivo. Porém, o mais agressivo foi o AI 5 que dava ao presidente o poder de fechar o Congresso Nacional e intervir nos estados e municípios (BRASIL, 2017).

Conseqüentemente, foi promulgada a Constituição de 1967 incorporando os AI. O texto base da Constituição impede a realização de atos reivindicativos como greves, além de embasar juridicamente a censura. Foi lançada a Lei da Imprensa na qual, em seu Capítulo I, intitulado

“Da liberdade de manifestação do pensamento e da informação” (n.º 5.250 de 09/02/1967), em seu inciso 2º, teve por assim:

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida (LEI DA IMPRENSA, 1967 apud SAMWAYS, 2009, p.59).

O governo defendia que essas medidas estariam preservando a moral da sociedade, impedindo conteúdos que, segundo eles, seriam impróprios. Manuais foram distribuídos nas redações com normas para seu funcionamento e publicação e proibiam, por exemplo, notícias que desmoralizassem o governo, escritos que criticassem os atos institucionais e a veiculação de pensamentos políticos e de lutas de classes (SAMWAYS, 2009). Além dos manuais, informes eram expedidos e enviados pela Polícia Federal aos jornais. O policial aguardava que o jornalista copiasse a mensagem e solicitava a sua assinatura no documento oficial que era levado para que não houvesse provas da censura. Além disso, o mecanismo de censura prévia obrigava que as notícias passassem pela Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, atrapalhando os prazos de edição. Também os censores foram às redações e verificavam todo o material de publicação, liberando ou vetando e até cortando trechos das matérias. Os temas vetados eram com relação à corrupção, protestos, citações de personalidades que criticavam o governo e denúncias sobre a condição de vida da população (ROMANCINI e LAGO, 2007). Portanto deixaram de circular jornais e revistas como “Novos Rumos”, “Semanário”, “A classe Operária, Política Operária” (jornal com ideais comunistas), entre tantos outros. Em 1973, Alfredo Buzaid, ministro da Justiça de Médici proibiu a circulação de revistas sobre sexo. Com essa medida, 46 revistas estrangeiras e 14 nacionais (incluindo as de humor) foram impedidas de circular no país (ROMANCINI e LAGO, 2007).

Em contrapartida, o país se desenvolvia economicamente e isto contribuiu para o desenvolvimento tecnológico do jornalismo, principalmente da TV. Surgiram escolas e faculdades de jornalismo neste período contabilizando, segundo Marques de Melo (apud ROMANCINI e LAGO, 2007), 58 cursos de comunicação em 1970 e em 1990 já eram 120. Em 1970, o diploma passou a ser obrigatório para o exercício de novos profissionais (os que já trabalhavam em imprensa poderiam obter o registro mesmo sem a graduação). Grandes investimentos foram aplicados na rede Globo, recebendo recursos técnicos que facilitaram sua

liderança no mercado comunicacional até os dias de hoje. Graças aos investimentos que a Globo recebeu, a empresa foi muito utilizada para legitimar o governo militar, divulgando uma imagem de um Brasil próspero (milagre econômico). Não se viu essa mesma recepção militar com relação a TV Excelsior (1960, grupo Simonsen), de caráter nacionalista e apoiadora do ex-presidente que sofreu o golpe, João Goulart, que foi fortemente perseguida, censurada e até invadida, tendo a concessão cassada em 1969, viabilizando o seu fechamento (ROMANCINI e LAGO, 2007).

O período militar certamente foi o momento de maior expressividade de jornais independentes. Segundo Kucinski (1991), mais de 150 periódicos surgiram entre os anos de 1964 a 1988, tempo de duração do regime. A imprensa alternativa foi um espaço de duras críticas ao governo, de denúncias a respeito da repressão e da organização de esquerda. A repressão foi ainda mais agressiva do que a censura prévia e provocou atentados a bomba e invasões em redações e bancas, prisões, violência física e mortes de profissionais da área. Kucinski revela que a imprensa alternativa da ditadura se assemelha em seus ideais à imprensa panfletária e anarquista do Império, “assumindo uma função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico” (KUCINSKI, 1991, p. 10).

No cenário do regime, as lideranças dos jornais alternativos eram de grande importância para sua permanência. O líder é uma espécie de jornalista - alma (KUCINSKI, 1991), que mantinha os objetivos ideológicos do jornal. Muitas publicações tinham fôlego a partir de seus líderes, como o “Pif Paf”, de Millôr Fernandes, alcançando oito edições; “Opinião”, de Raimundo Pereira, e o “Pasquim”, com Ziraldo e Jaguar. Pode-se dizer que durante o período militar surgiram duas grandes classes de jornais alternativos. Segundo Kucinski (1991), uma parte deles tinha origem na valorização do nacional e do popular e a outra são dos jornalistas que rejeitaram o discurso da época e eram contra o autoritarismo. Muitos profissionais, inclusive, saíram de suas redações e fundaram pequenos jornais para criticar o regime, muitos deles divulgados em formato de tablóide. Rapidamente surgiram inúmeras iniciativas em todo o país, das grandes cidades até o interior, além dos jornais produzidos pelos exilados em outros países como França, Estados Unidos, Portugal.

Havia uma aversão ao modelo capitalista de jornalismo. Muitos coletivos de esquerda defendiam o repúdio ao lucro. Isso de certa forma fragilizava as organizações de jornais que precisavam de capital para investir. A visão que se tinha na época é de que acumular dinheiro era roubo, completamente avessos à ideia de empresa jornalística na qual existiria um “patrão” que comandaria o perfil editorial. Exemplo disto foi o Pasquim que alcançou mais de cem mil

exemplares por semana. Sua grande venda gerou a oportunidade de comprar gráficas para melhorar a produção, mas Jaguar, um de seus líderes, recusou por medo das consequências de tal ampliação (KUCINSKI, 1991).

2.3.1 Jornais de grande expressividade da época

A repressão fez muitos jornais desaparecerem. Alguns ainda tentaram, contudo, tiveram vida efêmera, foram censurados e não vingaram. Bernardo Kucinski (1991) é responsável pela obra que trata deste período trazendo nomes de jornais de destaque no cenário independente. É difícil encontrar em obras acadêmicas trabalhos que se dediquem a mapear este fenômeno, muito por essa característica: existiram, mas sumiram tão rapidamente que não foi possível registrar. Outros, porém, tiveram grande destaque na história¹⁰. Citaremos alguns para efeito de compreensão do contexto em que surgiram. A ditadura, mesmo condenando o jornalismo à censura, alimentou o desejo voraz dos jornais de publicarem cada vez mais. É importante refletir que os jornais vão nascendo em um complexo contexto que está submetido às mudanças de governo que assumia a presidência.

O “Pif Paf” surgiu em 1964, um mês após o golpe. Criado por Millôr Fernandes, é tida como uma das publicações pioneiras dentro da imprensa alternativa nessa fase de regime militar. Sobreviveu até seu oitavo número com um humor crítico e denunciativo através de charges, bastante ilustração e texto ácido. O “Pif Paf”, na verdade, começou como uma seção da revista ‘O Cruzeiro’, mas graças às sátiras, Millôr foi demitido e fundou o jornal “Pif-Paf”, com apoio e assinatura de Ziraldo, Fortuna e Rubem Braga.

Em 1966, surge a revista “Realidade” lançada pela editora Abril. Dedicou-se a reportagens mais profundas, crítica moral e dos costumes. Foi inovadora e frutífera. Suas qualidades democráticas influenciaram linhagens de jornais (KUCINSKI, 1991), tornando-se um precursor importante entre os jornais alternativos. O “Bondinho” (1970) foi uma revista leve que trazia culinária, roteiros de passeio, crítica de filmes e livros, horóscopos¹¹. Interessante perceber que nem sempre as revistas e jornais tinham necessariamente um engajamento político, a exemplo do “Bondinho”. Outros periódicos da época são: o “Jornalivo” (1971), “O Grilo” (1971) e também o “Ex” (1973), muito lembrado pelas

¹⁰ Registro dos jornais a partir do site “Memórias da Ditadura”. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>>.

¹¹ Ibidem.

reportagens de acusação ao governo e da denúncia do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1975) em sua 16ª edição, sendo esta apreendida e fechada. Para ilustrar a expressividade das publicações independentes durante este período temos alguns jornais de grande destaque, são eles:

- O Pasquim (1969-1975)

Em junho de 1969, surge o semanário Pasquim carregado de humor político. Foi um jornal que viveu as diferentes fases da ditadura antes, durante e depois da censura prévia, assistindo a todo o movimento dos governos de Costa e Silva, Médici e Geisel. Pensado inicialmente como um jornal carioca de circulação apenas no Rio de Janeiro, surpreendeu seus idealizadores e chegou a vender 250 mil exemplares em dimensão nacional. Foi o jornal que mais vendeu e que mais durou durante toda a ditadura, sobrevivendo até 1991 já muito descaracterizado (BUZALAF, 2009).

Reuniu grandes nomes do jornalismo de humor que se associaram a este projeto desejando publicar algo no mesmo viés de “Pif Paf”: Ziraldo, do jornal “O Cruzeiro”; Jaguar, da “Folha de S. Paulo”; e Henfil, do suplemento semanal “O Sol”, do Jornal dos Sports. Humoristas também migraram em massa, entre eles Millôr Fernandes, um dos que chegou a contribuir com “O Pasquim”. O que mais desajustou a organização do jornal foi o impasse político. Queria ser uma cooperativa com igualdade, entretanto, alguns jornalistas não apoiavam que novatos ganhassem o mesmo que os veteranos. O Pasquim teve oportunidades de se constituir como uma empresa, mas rejeitou pelo dilema do anti-capitalismo.

Apesar disso, foi mais além. De linguagem coloquial, revolucionou o gênero jornalístico incluindo marcas da oralidade. Inclusive, as reuniões de pauta aconteciam quase sempre em momentos de divertimento e convivência entre os colaboradores. Foi um jornal de poucas reportagens (KUCINSKI, 1991), essencialmente composto pelas ilustrações e charges. Seu alvo eram as críticas à classe média e à grande imprensa. Porém, Kucinski (1991) observa que “O Pasquim” era machista pois trazia uma imagem depreciativa sobre a homossexualidade e o feminismo.

Inegavelmente “O Pasquim” ia tão bem que a grande imprensa o viu como uma ameaça. Com a introdução da censura prévia, foi obrigado a enviar suas matérias para a Polícia Federal, mas, dada à inteligência de seus jornalistas, as caricaturas escondiam as críticas. Em novembro

de 1970, a redação foi invadida pela polícia que prendeu todos os jornalistas presentes (exceto Tarso de Castro que fugiu). “O Pasquim” sofreu uma queda brusca após as prisões. As tiragens diminuía progressivamente. Dois meses depois, os jornalistas foram libertados, mas o jornal não era o mesmo.

Houve tentativas de reanimá-lo logo após a retirada da censura prévia, em 1975, com a campanha da anistia. Esse esforço recuperou as vendas, mas não por muito tempo e logo os exemplares começaram a cair novamente. Em 1981, Ziraldo e Jaguar ainda tentaram novamente levantar o jornal, mas começou a haver discordâncias político-partidárias que distanciaram a amizade dos fundadores e culminaram no fim definitivo. De um lado, Ziraldo com apoio ao PMDB e Jaguar com Brizola. “O Pasquim”, antes semanal, começou a circular quinzenalmente, depois mensalmente, logo em seguida havia meses sem publicação até o seu fim definitivo.

- Opinião, Movimento e Em Tempo

A estética de cada um destes jornais caracteriza um momento da história na ditadura brasileira: o “Opinião” surgiu quando ainda não estava instaurada a censura prévia. Seu fundador Fernando Gasparian e os jornalistas deste jornal tinham ideias revolucionárias através das artes fortemente críticas ao regime militar. Com a instalação da censura prévia, já em seu nono número (1973), o jornal não resistiu. A sua ruptura se deu, principalmente, pela discordância entre os colaboradores e se tornou insuportável a ponto de jornalistas saírem e, liderados por Raimundo Pereira, fundarem outro jornal: o “Movimento”.

O jornal de Raimundo já nasceu sob a censura e foi simplesmente se distanciando da sua ideia inicial. O jornal tinha planos ousados de trazer ao leitor textos mais curtos, mas que refletissem críticas ao estado da sociedade, porém, enfrentou sérias dificuldades que o impediram de realizar seus objetivos. O projeto ambicionava formar um jornal “feito por jornalistas” (MARTINS e LUCA, 2018). Isso queria dizer que o projeto seria cooperativo, onde dentro das engrenagens de seu funcionamento houvesse um conselho de redação e um conselho editorial, tudo firmado através de escolhas democráticas entre os próprios jornalistas. Ideias bem planejadas, mas sem êxito. O jornal enfrentou dificuldades técnicas sendo obrigado a reduzir páginas para evitar os custos e teve que imprimir edições com tarjas pretas colocadas pelos censores. Depois de dois anos não resistiu e seus jornalistas (ainda com sede de luta) migraram para outros projetos.

Do “Movimento” nasceu “O Amanhã”, que durou apenas dois números. A mais duradoura foi a segunda tentativa, o jornal “Em Tempo” que ultrapassou o período ditatorial chegando a circular até 2007. “Em Tempo” teve mais ‘sorte’ e chegou quando não havia mais a censura prévia, já no fim do governo de Geisel. Ao contrário dos dois anteriores, assumiu um novo formato, o standard, em folhas maiores que permitiam grandes manchetes e mais de uma por página. O próprio Bernardo Kucinski participou deste projeto.

- Jornais feministas, negros e regionais

Vários setores da sociedade queriam se manifestar e surgiram jornais dedicados a debater questões específicas destes diferentes públicos. Registram-se jornais feministas como “Brasil Mulher” (1975), liderado por Terezinha Zerbini, que mais tarde cria o “Maria Quitéria” (1977); “Nós Mulheres” (1976) e “Mulherio” (1981), que refletiam a condição da mulher e seus direitos na sociedade. A comunidade negra também se manifestou e surgiram em diferentes estados jornais dedicados a causa afrodescendente: “Tição” (1976-79, Rio Grande do Sul), foi uma das publicações mais influentes sobre esta temática e refletia sobre o racismo em uma época em que era proibido discutir sobre discriminação, debates raciais e étnicos; “Jonegro” (São Paulo), publicado pelo Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); em 1977, o Centro de Estudos Afro Asiáticos (CEAA) e a Sociedade de Intercâmbio Brasil/África (Sinba) lançou um jornal com mesmo nome. “Sinba” circulou até 1980 e se dedicou a divulgar temas africanos, fazendo uma conexão para além da fronteira nacional através da cobertura de acontecimentos na África, como por exemplo a questão do *apartheid* e das lutas por independência de alguns países como Moçambique e Nigéria (PEREIRA, 2010).

Em 1978, “Lampião” surge para ascender o debate homossexual. Naquele mesmo ano, o “Porantim”¹², lançado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi em defesa dos direitos dos índios e está em circulação até hoje. Em diversas regiões brasileiras, as manifestações jornalísticas iam surgindo. No interior, os jornais se estabeleciam, a exemplo do “Varadouro” (1977), em apoio aos seringueiros no Acre. Em Porto Alegre, o “CooJornal” (1974), um dos jornais mais sólidos do período. Começou como um prestador de serviços jornalísticos a terceiros e só depois se tornou um jornal. O Coojornal surgiu na ideia de cooperativa, dedicando-se a ser a-partidário. Começou com 8 páginas, cresceu para 28 e chegou

¹² Para a nação indígena Sataré-Mawé que vive no Amazonas, “Porantim” é um símbolo sagrado em forma de remo, que faz referência às tradições e memórias daquele povo, onde estão gravados desenhos geométricos.

a ter mais de 60 páginas, deixando de circular em 1982 depois de enfrentar a repressão política e brigas internas (KUCINSKI, 1991).

- Jornais de partidos políticos e sindicatos

As organizações políticas tiveram bastante interesse em lançar publicações sobre seus partidos e ideais. Em 1976, surgiu o “ABCD Jornal”, da ala vermelha, enquanto também circulava “O Trabalho”, ligado aos trotskistas. Em 1979, o PCdoB lançava “O Tribuna da Luta Operária” e, no ano seguinte, o PCB fez circular o “Voz da Unidade”. No entanto, o engajamento político em jornais não esteve restrito apenas a estes exemplos, mas ainda em outras iniciativas partidárias, como:

Através do MOVIMENTO, o líder político clandestino Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, antigo dirigente da Ação Popular (AP), lançou e desenvolveu a primeira e mais influente campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Através do VERSUS o clandestino Partido Socialista dos Trabalhadores lançou, em 1978, a primeira proposta de um partido socialista legal e de massas do período da abertura. Dentro do EM TEMPO, os grupos Centelha, de Belo Horizonte, e Nova Proposta, de Porto Alegre, conheceram-se e se uniram, fundando em 1979 a organização Democracia Socialista (DS), ligada à IV Internacional (KUCINSKI, 1991, p. 7).

2.4 A redemocratização

Com o fim da ditadura, o país teve de se adaptar a uma nova república, diferente daquela que antecedeu ao regime, com uma nova Constituição (1988). As dificuldades de organização política foram constantes neste recomeço. No caminho para a experiência democrática, a presidência foi assumida por José Sarney (1985-1990), vice de Tancredo Neves, eleito pelo voto indireto, mas que não assumiu o cargo da presidência por questões de saúde que levaram ao seu falecimento.

A questão econômica foi a grande preocupação dos governos que se seguiram. Uma inflação altíssima levou a seguidas propostas de planos econômicos numa tentativa de contenção. O jornalismo, por sua vez, teve o importante papel de explicar a população sobre a economia, os reajustes e os pagamentos. Sarney ampliou seu mandato para cinco anos, hoje reduzido para quatro. Houve farta distribuição de concessão de rádios e retransmissoras de televisão para grupos políticos (ROMANCINI e LAGO, 2007). Porém, posteriormente a insatisfação com o governo foi geral com denúncias de casos de corrupção.

É inegável que o investimento na modernização da imprensa foi intenso. As redações se transformavam e o desenvolvimento do capitalismo auxiliou este processo. O mercado de trabalho se ampliou com jornalistas em ambientes de comunicação diversos, engajando-se também, para além das redações dos veículos, em assessorias de imprensa. O jornalismo começa a assumir uma postura mercadológica e a notícia começa a funcionar como produto, o que gerou mudanças técnicas e gráficas de aperfeiçoamento: mais tabelas, gráficos, fotos maiores, novas formatações. Confeccionavam novos cadernos especializados em moda, esportes, cultura e temas diversos. Nessa caracterização do campo jornalístico como mercado, formava-se o cenário de competitividade entre os grupos que se modelam e monopolizam a comunicação brasileira.

O próximo presidente surgiria de uma construção midiática. Fernando Collor, ex-governador de Alagoas, assume em 1990 e teve grande destaque na imprensa nacional, começando em 1989 a ocupar o programa na rádio e TV do PRN- Partido da Reconstituição Nacional. Logo começou a ultrapassar significativamente a oposição: Lula e Brizola. A grande mídia, por sua vez, apresentou uma imagem de um candidato jovem, dinâmico, de liderança. A primeira eleição direta pós-redemocratização elegeu este candidato:

A grande imprensa apoiava Collor, seja de modo explícito, como em editoriais de jornais como O Globo, o Jornal do Brasil ou O Estado de S. Paulo, seja numa cobertura que destacava criticamente as propostas de Lula, enquanto o “discurso de Collor era examinado de modo menos que superficial” (LATTMAN- WELTMAN, 1944, p.44 apud ROMANCINI e LAGO, 2007, p.187).

Collor ainda utilizou da imprensa para criar uma imagem negativa do opositor Lula, acusando-o de desejar o aborto de sua filha com a ex-namorada Miriam Cordeiro. A jornalista Maria Helena do Amaral, que trabalhava para Collor, denunciou que Miriam havia recebido dinheiro para dar essa declaração e foi afastada da campanha, recebendo ameaças (ROMANCINI e LAGO, 2007). Diante do sucesso de suas estratégias, alcançou a presidência em 1990, tornando-se o presidente mais jovem do Brasil, com então 40 anos. Logo que assumiu, propôs medidas de congelamento de preços e salários, aumentou os impostos e bloqueou por dezoito meses os saldos das contas correntes que excedessem 50 mil cruzeiros (moeda que ele reintroduziu). Isso gerou uma insatisfação, principalmente quando o presidente processou o jornal “Folha de S. Paulo”. A Folha acusou Collor de intimidar a atividade da imprensa quando o ex-presidente enviou fiscais de receita para a redação cobrando faturas publicitárias.

As denúncias de corrupção se intensificaram e a grande imprensa, que havia contribuído para sua eleição, faz o oposto e trabalha para seu afastamento. A “Folha” e o “Estado de S. Paulo” pediram diretamente a renúncia de Collor. A população foi às ruas, episódio que ficou conhecido como “os caras pintadas”, colorindo os rostos com as cores da bandeira e exigindo que Collor saísse da presidência. Em 1992, veio o impeachment, constituindo um ato inédito no país. Collor foi considerado culpado no julgamento por crime de responsabilidade e teve seus direitos políticos de candidatura cassados por oito anos. Não se intimidou após esse período e retornou à política, sendo eleito para senador de seu estado de origem, Alagoas, e, em 2018, foi apontado como um possível candidato à presidente da República pelo Partido que estava filiado desde 2016, o Partido Trabalhista Cristão (PTC), mas não se candidatou.

A sucessão veio com seu vice Itamar Franco, que, entre outras coisas, escolhe como Ministro da Fazenda o até então senador de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, reconhecido nacionalmente como um dos responsáveis a elaborar o Plano Real conseguindo, após décadas de inflação, controlar a alta de preços, seguindo até os dias de hoje como parâmetro na condução da economia. FHC, como é chamado, alcançou tanta popularidade que conseguiu chegar à presidência permanecendo por dois mandatos (1995-2003). Em seu governo houve uma grande movimentação pela privatização do setor de telecomunicações, o que culminou na criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Esse período é apontado como um impulsionador da oligopolização do setor da comunicação.

A gestão seguinte de Luiz Inácio Lula da Silva, também por dois mandatos consecutivos (2003-2010), apresentou alguns questionamentos interessantes no âmbito comunicacional. No primeiro mandato a atenção esteve mais voltada à digitalização da TV. O seu programa de governo do segundo mandato se dedicou ao debate da democratização da comunicação. Neste documento consta que “será garantida a democratização dos meios de comunicação, permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, que deve ser entendida como um direito cidadão”. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p.13). O governo, então, criou a Agência Nacional para o Cinema e Audiovisual (Ancinav) e o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Este último durou pouco tempo pois os conglomerados de mídia acusavam o governo de atentar contra a liberdade de imprensa com esse mecanismo. O governo não conseguiu apoio para retirar do papel a ideia de democratização e até hoje o debate existe sem a efetiva medida para alcançar uma comunicação descentralizada e democrática.

A sua sucessora Dilma Rousseff, em que pese o campo da comunicação, apresentou algumas medidas que de alguma maneira estimularam o surgimento de rádios comunitárias e

TVs educativas (CRUVINEL, 2017). Em seu governo também houve o desligamento do sinal analógico e a migração para o digital. Em seu segundo mandato não concluído, a mídia teve papel fundamental contribuindo para seu impeachment em 2016 (GONÇALVES, 2016). Com sua saída, Michel Temer, até então seu vice, assume a presidência. Entre suas medidas iniciais, modifica o Ministério das Comunicações (de foco exclusivo da área comunicacional) e o incorpora à pasta do Ministério da Ciência e Tecnologia, tornando-se o “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)”. Em 2017, a ofensiva foi contra a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), importante conglomerado de radiodifusão pública, eliminando seu Conselho Curador, destituindo o diretor-presidente Ricardo Melo e reduzindo o orçamento. A popularidade do agora ex-presidente esteve cada vez mais baixa, envolvendo-se em escândalos e sendo alvo de protestos por todo o país.

2.5 O movimento independente no panorama atual

Vimos que, com a redemocratização, a imprensa brasileira foi caminhando para uma alta concentração midiática nas mãos de famílias, grupos religiosos e de políticos (CABRAL, 2014). A legislação brasileira sobre os sistemas de comunicações é bastante problemática. O capítulo V é o menos regulamentado de nossa Constituição. Isso quer dizer que é o capítulo que recebeu menos legislação infraconstitucional para tirar do papel e gerar princípios a ser implementados. Por exemplo: o artigo 220, § 5, proíbe práticas de monopólio e oligopólios na mídia. Por que, então, isso acontece na prática? Temos uma hipótese muito forte para essa resposta: existem poucos mecanismos de fiscalização e brechas na legislação, de modo que a nossa estrutura midiática ainda permanece majoritariamente nas mãos dos mesmos grupos cada vez mais consolidados.

A Constituição Federal de 1988 proíbe também que políticos estejam ligados a empresas de mídia, porém a Pesquisa de Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor/MOM*, na sigla em inglês)¹³ revelou que 32 deputados federais e oito senadores controlam meios de comunicação mesmo que não sejam proprietários formais. É o que Venício Lima (2011) chama de “coronelismo eletrônico”. Os próprios parlamentares, que não deveriam ser concessionários e nem estarem envolvidos nos processos de renovação de suas emissoras no congresso, influenciam diretamente e votam a favor de si mesmos. Em 2006, o Fórum

¹³ Este estudo é promovido pela Organização Repórteres Sem Fronteiras (Alemanha) e executado no Brasil com Parceria do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação.

Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) lançou um mapeamento da inserção política na radiodifusão revelando que durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, foram dadas 1.848 autorizações de retransmissoras de televisão, sendo 268 “destinadas a entidades ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição aprovada em 1997” (FNDC, 2006, p. 17 apud INTERVOZES, 2017). Esses arrumados políticos podem provavelmente explicar por que Sarney, ex-presidente da República (foi presidente na época da Assembléia Constituinte para a Constituição de 1988), é dono de um grupo de radiodifusão no Maranhão. E que Fernando Collor seja um dos proprietários da TV Gazeta Alagoas, afiliada da Rede Globo.

Mesmo com as irregulares escancaradas, não há fiscalização efetivamente rigorosa neste setor. Para efeito de esclarecimento, a responsabilidade da regulamentação do setor como um todo é do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI)¹⁴, Ministério da Cultura, Secretaria Especial de Comunicação, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Congresso Nacional e do Judiciário (INTERVOZES, 2017). Em 2012, o Fórum nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) elaborou um projeto de lei a fim de constituir um marco regulatório e combater a concentração midiática. O texto com base em legislações de outros países até agora, seis anos depois, continua sem aprovação.

Contrariando toda esta lógica dos conglomerados de mídia e inseridos na caracterização de um jornalismo pós-industrial que ultrapassa o antigo modelo de negócios das notícias, surgem novos coletivos no ambiente jornalístico. Segundo Andriolli Costa (2014), o movimento pós-industrial se caracteriza pela liberdade e alcance comunicativo do público e por iniciativas midiáticas independentes ou sem fins lucrativos. Isso fica muito claro quando olhamos para exemplos como a cobertura da Primavera Árabe ou, na instância mais próxima, as manifestações em junho de 2013¹⁵ pelas redução de passagens¹⁶. A cobertura desses eventos representou, inclusive, um novo *boom* no jornalismo independente, fazendo das redes sociais grandes “praças públicas” de discussão e mobilização social.

¹⁴ O ministério da Ciência, tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), herdeiro da pasta específica das Comunicações (extinta em maio de 2016), tem uma equipe extremamente reduzida para o acompanhamento da quantidade de emissoras de rádio e TV outorgadas, além dos milhares títulos de jornais e revistas, que sequer precisam da autorização prévia do Poder Executivo (INTERVOZES, 2017).

¹⁵ Entre outros coletivos, o grande destaque foi para o coletivo Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação).

¹⁶ As manifestação iniciaram pela redução de passagem, mas hoje se sabe que a direita começava ali a se organizar e levantar bandeiras indefinidas sob o véu do apartidarismo (SOUZA, 2016).

O terreno fértil da internet possibilitou uma migração em massa das mídias independentes que antes muito caracterizadas em seu formato impresso, hoje estão majoritariamente em páginas de sites, redes sociais e canais de vídeo. “A instantaneidade, a transmissão descentralizada, a abrangência global da web, a rapidez, o barateamento de custos e a autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia hegemônica são as vantagens mais usufruídas” (MORAES, 2007 apud FERNANDES, 2013, p. 6). A mídia hegemônica também aproveita este espaço e remodela seu formato de programação, alterando suas rotinas produtivas e seus produtos. Porém, Lacerda (2016) identifica que este modelo de jornalismo hegemônico está fadado à descredibilidade, formalizando os coletivos independentes como narrativas inovadoras. Esta “inovação” se refere à possibilidade de maior diversidade de produções e representações dos diferentes públicos na sociedade (pessoas negras, LGBTQs, de classes sociais diversas etc.) através dos coletivos independentes. Além disso, a autonomia no uso da linguagem e de uma postura editorial posicionada e evidente. Enquanto a mídia hegemônica insiste na parcialidade sob o véu da objetividade, os coletivos apresentam um modelo considerado como um ponto de partida para a ascensão de um jornalismo possível e crítico, pensado para atender as demandas democráticas (LACERDA, 2016).

2.5.1 Características do Jornalismo Independente

O fato de coletivos independentes atualmente nascerem em rede é tão recorrente que este é um dos critérios de classificação do panorama apresentado pela Agência Pública (AP) sobre o cenário de mídia independente no Brasil. Desenvolvida a partir de 2016, a pesquisa da AP é uma das mais completas e, até então, a que reúne o maior número de iniciativas espalhadas pelo Brasil. A primeira lista publicada naquele ano¹⁷ reunia 79 iniciativas em 12 estados brasileiros, sendo 36 só em São Paulo.

Recentemente, o número mais que dobrou com um total de 211 iniciativas até 2019, aumento explicado pelo engajamento de grupos sociais na produção de conteúdos próprios, provocados também pelos processos sociopolíticos de constante mudança que vem ocorrendo no Brasil, principalmente a partir de 2013, quando grupos foram às ruas protestar contra o

¹⁷ No ano de 2017, publicamos um artigo que ilustra esse panorama inicial feito pela Agência Pública. O texto de título “Contrariando a lógica das concentrações midiáticas: o jornalismo independente e a opinião pública” pode ser acessado nos anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, na página eletrônica: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/lista_area_IJ01.htm>.

aumento de passagens; com a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016; pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016; e, em 2018, com as eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro (PSL). A característica atual é a de que movimentos e grupos sociais, uma vez que estão engajados nas iniciativas independentes, inserem-se no fluxo comunicativo brasileiro levando cada vez mais diversidade temática aos públicos.

Os critérios utilizados para a seleção das iniciativas pela Pública (2019) são:

1. Organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico;
2. Organizações que nasceram na rede;
3. Projetos coletivos, que não se resumem a blogs;
4. Sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (PÚBLICA, 2019).

O levantamento¹⁸ é feito através do preenchimento de um questionário no qual constam informações, como: nomes, objetivos, localização, produto jornalístico, áreas de abrangência, formas de financiamento. A página da Pública traz uma breve descrição de cada coletivo sobre qual o tema que se dedica a tratar, como se mantém financeiramente, a localidade que atua e o alcance da cobertura, além de fornecerem as redes sociais e sites.

2.5.2 O pressuposto do posicionamento ideológico

As mídias representam uma forma de poder dentro da dinâmica social, por exemplo, de constituir a opinião pública e atuar como “aparelho ideológico” capaz de organizar interesses. Não é à toa que as grandes empresas de comunicação detêm o oligopólio midiático. O desejo é o de controlar os discursos e a partir disso firmar os seus valores e visões de mundo (LOBATO, 2016). Diretamente argumenta-se que o jornalismo independente rompe com o discurso de pretensa neutralidade e face “a-ideológica” pregada (embora mítica) na história do jornalismo e defendida pela mídia hegemônica (FONSECA, 2011).

Isso é facilmente percebido porque sabemos que o discurso é, por natureza, carregado de marcas ideológicas, afinal ele é produzido por sujeitos e estes são constituídos por suas ideologias. Esta afirmativa leva à conclusão, então, que o discurso jornalístico, por sua vez, apresenta ideologias segundo as organizações que o detêm. Antes é importante refletir de forma breve (mas necessária) sobre o que é ideologia, termo em constante debate e associado durante

¹⁸ É possível acessar o levantamento através do link: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>.

muito tempo ao errôneo, ruim, condenável e que só pertenceria a classes específicas. De pronto afirmamos que não.

Marilena Chauí (2008) traz o histórico da origem do termo que aparece pela primeira vez com o francês Destutt de Tracy, em 1801, logo após a Revolução Francesa (1789). Conforme o pensamento de Tracy, ideologia corresponderia a uma “ciência das ideias” (é o significado de origem latina do termo) atribuindo a origem do pensamento humano como algo natural da relação social e com o seu meio e que as coisas (objetos) são conhecidas através das ideias que temos delas e não elas mesmas. O pensador era antiteológico, negando, assim, a explicação de mundo através da religião e das coisas divinas. A síntese de seu pensamento é materialista, reconhecendo apenas os conhecimentos científicos como verdadeiros.

Posteriormente, ainda na França, diversos ideólogos que compartilhavam os frutos dos estudos de De Tracy foram nomeados para senadores e tribunos do Governo de Napoleão, porém essas pessoas logo perceberam as intenções exploratórias de Bonaparte e se tornaram oposição. Contrariado, naquele momento Napoleão introduz uma concepção negativa sobre ideologia em um pronunciamento datado em 1812, no Conselho de Estado, que iria perpetuar em boa parte das épocas. Chauí (2008) resgata a fala na qual Napoleão afirma que “todas as desgraças que afligem nossa boa França devem ser atribuídas à ideologia” (CHAUÍ, 2008, p. 27). Aqui o termo ideologia assumiu forte dependência política, relacionado a algo que devemos temer.

Outras personalidades ainda tentaram produzir algo mais consistente, mas ainda sim reduziam ideologia a um caráter apenas de crença. Assim foi com Augusto Comte, que reduziu o termo à simples organização de ideias. Já Emile Durkheim via a ideologia como um conhecimento da sociedade que prejudicava a objetividade científica. Este autor desejava constituir a sociologia como ciência e para que ela se tornasse como tal, deveria haver um afastamento entre o sociólogo e o objeto estudado. Para Durkheim, a verdadeira produção de conhecimento não pode contemplar um subjetivismo (que seria a ideologia para ele) nem “noções vulgares ou fantasmas que o pensador acolhe porque fazem parte de toda tradição social” (CHAUÍ, 2008, p. 32).

A visão pejorativa de ideologia se concretiza mais forte no pensamento de Karl Marx e Frederic Engels, os principais nomes do estudo no campo da sociologia. Marx e Engels relacionam ideologia à dominação, alienação e uma crença falsa, resultado da relação da divisão de trabalho (gênese do pensamento do materialismo histórico marxista). Para os autores, em “Ideologia Alemã”, a ideologia parte da divisão de classes, da força de trabalho mental que

prevalece sobre o material. Thompson (2007) faz críticas à obra de Marx, especialmente sobre a visão pessimista. Ele classificou, diante de uma revisão das principais teses sobre ideologia, dois tipos de concepções: a neutra, que compreende “as ideologias sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios ou ligados com os interesses de algum grupo em particular” (THOMPSON, 2007, p. 62). Esta é representada por Destutt de Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim; e as concepções críticas, que enxergam a ideologia como negativa, representada pela concepção de Napoleão, Marx e Engels. Em conclusão, Thompson também contribui com uma formulação de conceito a partir de uma releitura de Marx, estabelecendo que ideologias são “as maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2007, p. 79).

Mais recentemente, a pesquisa feita por Teun Van Dijk (1999) buscou dar conta de um conceito mais otimista e crítico de ideologia a partir de uma constituição multidisciplinar. As ideologias, segundo Van Dijk (1999), formam-se a partir de diferentes grupos que atribuem sentido às coisas, direcionam o pensamento e materializam em discursos. Em sua obra “*Ideologia: un enfoque multidisciplinario*”, há o rompimento com a ideia de que as ideologias são crenças falsas ou que escondem as relações sociais verdadeiras com a hipótese de servir para enganar os outros, e ainda, de que ideologias são crenças que apenas os outros têm, jamais nós mesmos.

Na síntese de um conceito que dê conta da complexidade que envolve o termo, o autor propõe a noção a partir de três características unidas: a sociedade, ou seja, o valor social da ideologia, de sua constituição a partir do conhecimento sociocultural; a cognição, que é de caráter mais particular do indivíduo, como sendo o processo que dá sentido às coisas na mente humana, ligado a funções como memória, aprendizagem e linguagem; e, por fim, a materialidade e reprodução da ideologia: o discurso.

Assim sendo, reconhecendo em Van Dijk (1998) um conceito mais abrangente, temos que:

As ideologias se podem definir sucintamente como a base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo. Isto significa que as ideologias permitem as pessoas, como membros de um grupo, organizar a multidão de crenças sociais acerca do que sucede, bom ou mal, correto ou incorreto, segundo eles, e atuar em consequência (VAN DIJK, 1998, p. 21, tradução nossa).

Todos somos, portanto, seres ideológicos e fazemos parte de grupos com ideologias próprias, construídas através do tempo e das sociedades. E a mídia é um espaço potencial para

a divulgação e fortalecimento das ideologias, pois ela se constitui num “lugar” onde há maior acessibilidade de formas simbólicas assim como a sua circulação para diferentes públicos (THOMPSON, 2007). Assim sendo, pode-se afirmar que os discursos veiculados por toda e qualquer mídia têm valor (e estratégia) ideológicos.

A partir das definições de discurso e ideologia, argumentamos que, no jornalismo independente, as marcas ideológicas são explícitas já no posicionamento editorial. Esse é um dos diferenciais do que vem a ser “mídia independente”: uma produção contra-hegemônica (BRAGANÇA, 2014) e alternativa (KUCINSKI, 1991) que defende “uma agenda distinta à da pauta única dos grandes meios de comunicação comerciais” (FERNANDES, 2013, p. 2) e se posiciona em diferentes eixos temáticos. Se antes o jornalismo era predominantemente carregado de ideologias das classes dominantes dentro das oligarquias midiáticas, o movimento independente levanta uma maior diversidade de ideologias ao mesmo passo que vão surgindo cada vez mais coletivos.

2.5.3 A problemática do conceito

Logo na primeira aula da disciplina de Jornalismo Independente que ministrei como estágio docência, surgiu uma inquietação. Ao questionar os alunos o que se entende por “Jornalismo Independente”, uma grande dúvida emergiu na sala de aula. Grande parte da turma associou a ativismo, inclusive político; outros, a um movimento contra-hegemônico. A própria literatura de estudos em mídias independentes traz nomenclaturas diversas, necessárias de serem mencionadas aqui a fim de delimitar sobre qual conceito este trabalho se debruça.

Parte-se, inicialmente, do pressuposto de que a criação de diferentes termos para trazer à luz uma nova forma de fazer jornalismo sugerem um “ideal do fazer jornalístico”. Isso quer dizer que, ao trazer o termo “independente”, defende-se que o jornalismo deveria ser, por essência, independente, cívico, desligado de interesses econômicos hegemônicos. Como nossa realidade implica uma mídia concentrada em oligopólios, fez-se necessário criar iniciativas que se autodenominassem como “independentes”. Tratando-se deste movimento dentro da esfera jornalística que surge das massas e com características próprias, há uma variação de nomes e delimitações conceituais. Durante o regime militar era comum chamar estes jornais de “imprensa nanica” para sugerir, de modo depreciativo, os jornais tabloides fazendo referência também a efemeridade a que muitos enfrentaram. Como já vimos, estes jornais tiveram importância tamanha e suas contribuições reconhecidas. Alguns alcançaram vários anos em

publicação. Este termo, então, não caracteriza o que é o movimento destes conteúdos jornalísticos.

Nesta mesma época, classificou-se como “Mídia alternativa”, um dos termos ainda mais utilizados para definir este movimento. O que, então, quer dizer alternativo? Se olharmos a raiz da palavra, o seu significado quer dizer “outra possibilidade ou opção”. Neste contexto, a mídia alternativa significa uma opção contrária à mídia hegemônica. Carvalho e Bronosky (2017), citando Atton e Hamilton (2008), caracteriza essa expressão como definidora das coberturas e apurações de fatos cujos temas não estão presentes na mídia convencional. Outra expressão bastante adotada é a de Mídia Radical, estabelecida por Downing (2011), caracterizando as iniciativas também como uma visão nova contrária a perspectivas hegemônicas. O autor justifica a preferência pelo uso de radical ao invés de alternativa porque, segundo ele, tudo é uma alternativa a alguma coisa e a “radicalidade” está ligada ao aspecto de ousadia de novas temáticas nas pautas jornalísticas.

Já o termo “jornalismo independente”, segundo Reis (2017), é definido para designar um jornalismo sem vinculação econômica ou editorial com grandes grupos empresariais. Este é um termo que está em íntima ligação com o artigo 220 da Constituição que proíbe, como já mencionado, os oligopólios e a ligação de políticos com a mídia. Muniz Jr (2016) faz referência a associação da palavra independente com autonomia, liberdade e soberania. Esta é uma representação da idealização normativa, mas é possível perceber que o termo independente não está associado a ausência de financiamento ou de influências. A premissa para o caso específico de que tratamos é que o termo independente esteja relacionado à ausência de ligação com as grandes empresas de mídia, fugindo do sistema comercial das instituições políticas e econômicas. O adjetivo independente, portanto, é uma construção discursiva para além de sua morfologia. Representa toda iniciativa contrária aos monopólios e capaz de construir um discurso próprio, de se manter e produzir seus conteúdos.

Alguns outros termos estão associados diretamente a estes três termos-eixos. A mídia radical está frequentemente associada a uma mídia livre, ativista e de resistência, que por sua vez é contra-hegemônica. Neste princípio, o jornalismo independente compreende as características destes termos, mas não necessariamente assumindo a postura de cada um. Por exemplo, coletivos independentes não obrigatoriamente são ativistas, ou de resistência, mas podem também ser. Assim, conclui-se que a expressão independente seria mais abrangente.

Frequentemente usados como sinônimos, alternativo e independente, neste trabalho, são delimitados distintamente. A escolha do termo que mais se aproxima do que acreditamos deste

movimento se dá pelo significado do adjetivo. Entende-se alternativo intimamente ligado a expressão “contra-hegemônico”. Enquanto a expressão jornalismo independente está diretamente relacionada a não ligação e dependência de grandes empresas, partidos ou religião (FIGARO, R; NONATO, C; KINOSHITA, J, 2017). Concordamos com Muniz Jr (2016) ao defender o adjetivo independente:

A primeira delas remete ao fato de que o “independente” é, hoje, o *etnônimo* mais bem-sucedido em condensar os sentidos de contraposição a modelos consagrados, dominantes ou hegemônicos, bem como a formas de controle ou enquadramento institucional da produção de arte, cultura e conhecimento. Comparado a categorias como “alternativo (a)”, “marginal”, “autônomo(a)”, “experimental”, “underground”, “autoral”, “livre”, muitas vezes tomadas como equivalentes, o “independente” parece ser aquela que possui uma circulação mais bem consolidada quando se trata de demarcar um ethos dissidente ou contra-hegemônico da produção cultural (MUNIZ JR., 2016, p. 114, grifo do autor).

Portanto preferencialmente utilizamos a nomenclatura de jornalismo independente para definir este movimento jornalístico sobre o qual nos debruçamos através do objeto de análise, o coletivo autointitulado independente, The Intercept Brasil.

3 O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: A CENA POLÍTICA BRASILEIRA E O SURGIMENTO DO COLETIVO THE INTERCEPT BRASIL

No dia 17 de abril de 2016, o país acompanhava ao vivo pela televisão a votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff realizado na Câmara dos Deputados. Em meio ao grande rebuliço também nas ruas, a tumultuada sessão se iniciou às 14h e, às 23h07, o voto 342 do deputado pernambucano Bruno Araújo¹⁹ já garantia a continuidade do processo. Esse temerário afastamento já era uma ameaça ainda no ano de 2015, quando o movimento pró-impeachment começou a se fixar: foram protocolados 50 pedidos de impeachment contra a ex-presidente pela Câmara dos Deputados, sendo 39 arquivados por motivos de falta de provas e fragilidade de argumentação jurídica. Os 11 que restaram acusavam Dilma de ter cometido crimes a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, violação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assim como a acusação de corrupção investigados na Operação Lava Jato (FERNANDES, 2018).

Dentre esses pedidos, um em particular, feito em 15 de outubro de 2015 e assinado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal²⁰, foi aceito pelo até então presidente da Câmara, Eduardo Cunha²¹ (PMDB-RJ), em 02 de dezembro do mesmo ano. O processo de afastamento foi resultado de uma série de investidas contra o Governo Dilma, acentuadas a partir do segundo mandato, especialmente protagonizada por Cunha. A relação do ex-deputado com Dilma nunca foi amistosa e piorou ainda mais quando ele começou a ser investigado por corrupção pela Lava Jato. Cunha aprovou pautas que a ex-presidente não concordava, como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Impulsionou, ainda, durante o ano de 2015 as pautas-bombas (projetos que criavam gastos públicos), enfraquecendo o governo que já enfrentava dificuldades na manobra econômica. Dentre esses novos gastos determinados por Cunha estavam, por exemplo, o reajuste do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),

¹⁹ Em 2017 foi aberto um inquérito acusando o dep. Bruno Araújo de crimes de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro. O processo foi arquivado no início de julho de 2018 e Bruno agora é pré-candidato ao Senado (PSDB-PE)

²⁰ **Hélio Bicudo**, falecido recentemente, a 31 de julho de 2018, aos 96 anos, foi ex-promotor de justiça e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT-1980). Permaneceu no partido até 2005, saindo por desentendimentos internos. O último cargo que assumiu foi como vice-prefeito de São Paulo, de 2001 a 2005; **Miguel Reale Jr.** é um jurista e ex-ministro da Justiça (2002) no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi filiado ao PSDB (1990-2017), desfiliando-se por não concordar com o apoio que o partido dá ao atual Presidente, Michel Temer; e, por fim, **Janaína Paschoal**, jurista advogada e professora da Universidade de São Paulo (USP) e a partir deste ano de 2018 está filiada ao Partido Social Liberal (PSL);

²¹ Eduardo Cunha exerceu o mandato de Deputado Federal desde 2003 e em 2015 assumiu a presidência da Câmara, permanecendo até julho de 2016 quando teve o mandato cassado. Foi investigado na Operação Lava Jato e em março de 2017 foi condenado a 15 anos e 4 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

correção salarial do setor judiciário (o impacto previsto era de 1,5 bilhão de reais), gastos com a Previdência (impacto de 3,2 trilhões de reais até 2060) e correção de aposentadorias.

No esforço final para a derrubada de Dilma, Cunha autorizou formalmente a criação de uma Comissão Parlamentar Especial para a elaboração de um parecer pela admissibilidade da abertura do processo. O roteiro deste momento se deu com depoimentos dos autores do pedido, além da defesa de Dilma. Neste início, o relatório da comissão foi aprovado com 38 votos de deputados, enquanto 27 foram contrários. O processo seguiu para votação aberta em turno único na Câmara e, após quase 10 horas de sessão, totalizou 367 votos favoráveis ao impeachment e 137 contrários, outros sete se abstiveram e duas ausências.

Os discursos dos deputados durante a votação repercutiram através das mídias com críticas às motivações para a aprovação do processo de impeachment que estavam disfarçadas de causas “religiosas”²², “da família”, “da boa ética”. As dedicatórias na ocasião da votação na Câmara são as mais curiosas: “Pelos fundamentos do cristianismo”, proferiu o Dep. Ronaldo Nogueira (PTB-RS); “pela honra da minha família”, disse a Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC), “Com a proteção de Deus e em respeito à minha família”, pronunciou o Dep. Hélio Leite (DEM-PA), entre tantos outros que dedicaram seu voto positivo à aprovação do impedimento aos seus familiares. Pouco tempo depois desta votação, casos de corrupção foram revelados entre os deputados que defendiam a boa ética. A exemplo da deputada Raquel Muniz (PSD-MG), que na referida sessão elogiou o marido Ruy Muniz, prefeito de Montes Claros, destacando a sua honestidade. Muniz foi preso dias depois por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

O parecer da Câmara foi enviado ao Senado Federal e a comissão especial de admissibilidade com 22 membros foi estabelecida. O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) presidiu a sessão e o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) foi o relator. Este relatório foi aprovado após 20 horas da votação na Câmara com 55 votos a favor e 22 contra. Por esta decisão, Dilma foi afastada da presidência em 12 de maio de 2016 até que o processo fosse concluído e seu então vice Michel Temer assumiu a presidência interinamente.

Após quase três meses de tramitação, em 31 de agosto de 2016, numa votação definitiva na sessão presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, no Senado, o impeachment foi consumado: Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidente da República por 61 votos a 20, sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal e Temer tornou-se oficialmente o Presidente. Temer é o terceiro vice-presidente do seu partido

²² Em uma pesquisa científica realizada por Rebechi (2018), a palavra Deus foi citada 56 vezes nas justificativas dos votos a favor do impeachment.

desde 1985, o PMDB, que chega à presidência sem ser eleito diretamente para o cargo²³ (MADEIRO, 2016). Porém, controversamente, o senado rejeitou, por 42 votos a 36, a inabilitação de Dilma para exercer cargos públicos por oito anos, conforme previa a Constituição. O fato de ela perder o cargo por crime de responsabilidade, uma vez comprovado já implicaria na sua inabilitação para qualquer cargo público, mas assim não ocorreu e foi alvo de questionamentos pela própria defesa da ex-presidente. Se ela não foi inabilitada, por que ainda estaria sendo acusada de ter cometido tal crime de responsabilidade?

Para ilustrar este acontecimento histórico, listamos sequencialmente os principais fatos (Quadro 1) acerca do impeachment, de forma a identificar aqueles mais relevantes de cada fase:

Quadro 1 - Fatos de maior relevância no processo de impeachment de Dilma Rousseff

Período	Fatos
15 de outubro de 2016	Pedido de impeachment protocolado por Bicudo, Reale e Paschoal na Câmara dos Deputados.
2 de dezembro de 2016	Eduardo Cunha abre o processo a partir da aceitação de um documento apresentado por Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.
17 de abril de 2016	Admissibilidade na Câmara dos deputados e abertura do Processo.
26 de abril de 2016	É instalada a comissão no Senado formada por Raimundo Lira (Presidente da Comissão) e Antônio Anastasia (relator).
6 de maio de 2016	No senado, o prosseguimento do processo a partir do relatório de Anastasia foi aprovado pela comissão especial, no total de 15 votos a favor e 5 contra.
12 de maio de 2016	Sessão plenária em que os senadores acolheram a continuidade do processo de impeachment com 55 votos a favor, 22 contra e 2 ausências decidiram pela continuidade e Dilma, a partir daquele momento, foi afastada do cargo em um prazo máximo de 180 até a conclusão do processo. O vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente.
29 de agosto de 2016	Dilma vai ao Senado proferir sua defesa e é questionada. Seus advogados e a acusação também fazem seus discursos finais.
31 de agosto de 2016	Votação final do processo de impeachment com 61 votos a favor (contra 20) culminando no afastamento definitivo da ex-presidente Dilma. Temer assume oficialmente a presidência do país até 2018.

Fonte: elaboração da autora.

²³ Os outros dois casos foram protagonizados por José Sarney, após a morte de Tancredo Neves (que não chegou a exercer o mandato) e Itamar Franco, após impeachment de Collor.

Dilma figurou o segundo impeachment na presidência do Brasil (o primeiro foi contra Collor, em 1992) e, neste momento histórico e ao mesmo tempo contemporâneo, discursou após a decisão final no Senado. Na ocasião, Rousseff fez referência ao que viveu no período de ditadura militar, momento em que foi presa e torturada entre os anos de 1970 e 1972, evidenciando este período como o primeiro golpe vivido e, conforme seu discurso, o segundo seria o seu impeachment:

Hoje o Senado Federal tomou uma decisão que entra para história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da justiça, tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura que me atingiu quando eu era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis. Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados. O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social. (...) **(Trecho do discurso de Dilma Rousseff após decisão do impeachment, em 31 de agosto de 2016).**

3.1 Governo Dilma Rousseff: a trajetória na Presidência da República de 2011 a 2016

As eleições de 2010 elegeriam aquela que foi a primeira presidente mulher do Brasil, derrotando o candidato de oposição, José Serra (PSDB). Dilma Vana Rousseff foi eleita pela primeira vez com cerca de 56% dos votos válidos, assumindo o governo em janeiro de 2011. Sua carreira política começou muito antes, ainda na ditadura como militante de esquerda, fazendo parte do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Passado o regime militar, de 1986 a 1988, foi Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Durante o Governo Lula foi Ministra de Minas e Energia (2003-

2005) e Ministra-Chefe da Casa Civil (2005- 2010), em todos esses cargos sendo a primeira mulher a assumí-los.

O seu primeiro mandato como presidente (2011 a 2014) foi uma continuidade do governo anterior de seu aliado Lula. Dilma recebeu uma economia com bom desempenho e, mesmo com a desaceleração, manteve o crescimento positivo até o fim de 2013. Vale ressaltar alguns fatos relevantes de seu primeiro governo, como o leilão dos aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília, fato importante pois o Brasil receberia dois eventos a nível mundial: a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, sendo necessário um investimento em infraestrutura para receber o público. Além disso, Dilma deu continuidade à política social de redistribuição de renda do governo Lula com o Bolsa Família (programa que atende cerca de 14 milhões de famílias) e o Brasil sem Miséria, onde 36 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema desde Lula, 22 deles do Governo Dilma; Programa Minha Casa, Minha vida, com mais 3,5 milhões de unidades habitacionais (GOVERNO DO BRASIL, 2015).

Na saúde investiu no “Programa Mais Médicos” que mobilizou médicos brasileiros e estrangeiros a alcançar as periferias e locais carentes, como os interiores dos estados. No campo da educação, novas universidades foram implantadas no interior do país, além de programas de acesso ao ensino superior como o ProUni, Fies e Ciência sem Fronteiras, além do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) criação das cotas de 50% para estudantes de baixa renda, negros e indígenas nas Universidades Federais. Com o apoio do Congresso lançou o Marco Civil da Internet, tornando o Brasil o primeiro país do mundo a ter uma lei que consolida a internet como um espaço livre e democrático (GOVERNO DO BRASIL, 2015).

O salário mínimo teve aumento de 72% acima da inflação e foram criados 20,9 milhões de empregos formais em dez anos, o que agradou as camadas mais populares. Ainda no primeiro ano de mandato, em 2011, houve a troca de sete ministros, entre eles Antônio Palocci, acusado de enriquecimento ilícito. A postura da presidenta frente a estes afastamentos refletiu em uma aprovação de 59% da população, o maior índice em um primeiro mandato desde a redemocratização (BBC, 2016), maior até que a do seu antecessor, o ex-presidente Lula que teve 52%. Por outro lado, mesmo com os ganhos mencionados, a burguesia brasileira estava insatisfeita com a governança de Dilma:

O primeiro governo Dilma continuou erodindo a renda real e o status social dessas camadas ao apoiar a legislação que, em 2011, garantiu aumento reais do salário mínimo até 2015 e, em 2013, estendeu direitos trabalhistas aos empregados domésticos, exatamente no ano em que a média classe média e a

alta classe média encolhiam no Brasil e, principalmente, em São Paulo. A inexistência desses direitos e seus baixos salários era, como se sabe, uma tradição brasileira arcaica, herdada da escravidão e muito prezada por burguesias e camadas médias (BASTOS, 2017, p. 44).

Próximo ao fim do primeiro mandato, em 2013, manifestações por todo o país tomaram as ruas contra aumento de passagens e começam a estremecer a imagem do governo. “Não é só pelos 20 centavos” reivindicava não somente a respeito do aumento da tarifa dos ônibus, mas sobre outras demandas sociais como saúde, educação, transporte, segurança, além de protestar contra a corrupção que, após este evento, passou a ser considerado um crime hediondo. Essas manifestações não tinham inicialmente o caráter pró-impeachment, mas contribuíram para uma imagem negativa do governo, desgastando a popularidade de Dilma com o auxílio da mídia (ver item 3.2).

Nas eleições de 2014 quando foi reeleita com 51,6% vencendo Aécio Neves, enfrentou sérias dificuldades a nível econômico e de apoio governamental. Foi uma fase permeada por medidas consideradas impopulares como o aumento de impostos, de luz e gasolina. Com o aumento da energia, por exemplo, supermercados e comércios repassavam o excedente para suas mercadorias, e tudo aumentava em cadeia. A recessão chegou a 3,8%, com altas inflacionárias e dos juros, e isso provocava ainda mais instabilidade política.

Um dos pontos de grande importância e repercussão na cena política foi a Operação Lava Jato²⁴, criada em março de 2014 e ainda em andamento, sendo executada pela Polícia Federal que tem investigado casos de lavagem de dinheiro, organizações criminosas, crimes de corrupção ativa e passiva feitas por políticos e grandes empresas. Nesta operação estão envolvidos como réus membros da empresa estatal Petrobrás, políticos e empresários. Foi revelado que diretores da Petrobrás recebiam propina para fraudar e superfaturar, além de encaminhar recursos para a Eletronuclear, Ministério do Planejamento, na Caixa Econômica Federal e em obras como a Ferrovia Norte-Sul, em Goiás, e a construção da Usina de Belo Monte, no Pará (RICHTER, 2018).

A operação Lava Jato foi a fissura fatal para o Governo Dilma, fazendo com que a presidente perdesse cada vez mais apoio para sua governabilidade, sendo acusada de ser conivente com os crimes cometidos na maior empresa petrolífera do Brasil:

²⁴ O nome do caso “Lava Jato” faz referência a uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis utilizados para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas (Fonte: MPF).

De fato, a operação Lava Jato minou os arranjos políticos tradicionais que contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de reforçar a perda da popularidade do governo. Ela também neutralizou, pelo medo ou pela prisão, a camada empresarial mais próxima do governo. Paradoxalmente, o fato de o governo Dilma Rousseff apoiar a Lava-Jato enfraqueceu sua governabilidade em outro sentido. Políticos e empresários envolvidos em transações suspeitas tinham interesse evidente em substituir o governo por outro capaz de barrar ou limitar as apurações e patrocinar algum tipo de anistia dos crimes cometidos (BASTOS, 2017, p. 5).

Em um cenário de crise econômica e política contundente, a reprovação do governo Dilma chegou a 62%, em 2015 (RICHTER, 2018). Logo em março de 2015, primeiro ano do segundo mandato, já havia manifestações nas ruas com bandeiras de combate a corrupção e pedidos pela saída da presidente do poder, mas, por outro lado, também existiram as manifestações a favor dela. Dilma ainda tentaria trazer Lula²⁵ para ocupar a Casa Civil a fim de restaurar pontes entre os partidos, mas esta decisão enfrentou forte resistência. Com a baixa popularidade de seu governo, os inimigos políticos começariam a tramar a sua saída, oficializada em menos de dois anos de seu segundo mandato.

3.1.1 Denúncias, Impeachment e Constituição

O processo de impeachment contra Rousseff a acusou de ter cometido crimes de responsabilidade prescritos pela Constituição Federal (1988) e pela Lei do Impeachment (**Lei 1.079**, de 1950, anterior à Constituição)²⁶ :

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais (BRASIL, 1988).

²⁵ Recentemente, em 2018, o ex-presidente Lula foi preso acusado de corrupção passiva no caso do tríplex.

²⁶ Esta é uma questão de debate possível de ser problematizada na monografia de Ana Paula Diniz de título “A recepção da Lei de Impeachment pela Constituição de 1988”, pois a Lei do Impeachment, por anteceder a Constituição, deveria ser revista e incorporada aos mecanismos legais previstos na Constituição Federal.

Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:
 [...] 3) não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;
 [...] 7) proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.
 [...] Art. 11. São crimes de responsabilidade contra a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos:
 [...] 3) contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal; (BRASIL, 1950)

Dilma foi acusada de cometer crimes a respeito dos incisos V, VI, e VII que integram a Seção III da Constituição Federal e, segundo seus denunciante, também dos incisos 3 e 7 do artigo 9º e o inciso terceiro do artigo 11º da Lei do Impeachment. Segundo a denúncia, Dilma teria ordenado a edição de créditos suplementares sem a autorização do Senado²⁷, bem como realizado operação de crédito com instituição financeira controlada pela União.

Sobre o fato que leva a acusação, Dilma assinou três decretos para abertura de créditos suplementares em julho de 2015 para as áreas de previdência, trabalho, educação e cultura (valor de 1,7 bilhão de reais), além de outro para órgãos do executivo (29 milhões de reais) e um terceiro para despesas do judiciário (600 milhões de reais). A acusação culpa estes decretos, responsabilizando-os pelo impacto na meta fiscal primária, contrariando a Lei Orçamentaria Anual que só poderia ser revista com autorização do Congresso²⁸. Esta acusação também se enquadraria na referida Lei do Impeachment onde é desaprovado infringir a Lei Orçamentária e conceder créditos sem fundamento em lei. A defesa feita pelo advogado José Eduardo Cardozo, por outro lado, descreve que os decretos não tiveram impacto na meta fiscal e que estes não autorizaram um aumento de gastos, apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas pelo Congresso. Ademais, segundo ele, a presidente teve uma consultoria para realização desta decisão (EL PAÍS, 2016).

Prosseguindo as acusações, o Governo atrasou o repasse de pagamento de programas para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, por exemplo, do Plano Safra, entre janeiro

²⁷ Dois dias depois da conclusão do impeachment, o Senado Federal sancionou uma lei A Lei 13.332/2016 que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares (“pedaladas fiscais”).

²⁸ Prescrito no artigo 167, inciso V, Constituição Federal.

e novembro de 2015. Este caso ficou conhecido como pedaladas fiscais e Dilma foi responsabilizada por este atraso considerado como operação de crédito (Lei do Impeachment, art. 11, item 3), sendo proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme argumento da acusação. A defesa respondeu a esta questão afirmando que o atraso de pagamento não corresponde a uma operação de crédito e nem empréstimo do banco para o Governo pois os pagamentos foram feitos em dezembro do mesmo ano. Inclusive, este mesmo procedimento adotado no Governo Dilma, foi realizado com outros Presidentes, pelo menos desde 1994 com Fernando Henrique Cardoso e Lula, além de tantos outros Governadores dos Estados²⁹, até mesmo o relator deste mesmo processo, Antônio Anastasia, enquanto foi Governador de Minas Gerais (2010-2014), abrindo créditos suplementares no valor de R\$ 15,5 milhões (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Diante da queda de apoio do próprio governo e das denúncias prescritas no documento de Bicudo, Reale Jr. e Paschoal, Dilma foi se vendo encerrada no cargo e mesmo lutando até a última instância em julgamento, a oposição apoiada também pelo vice-presidente Michel Temer, tornou possível seu afastamento.

3.2 O papel da mídia no Impeachment

Vivenciamos a política, em alto ou baixo grau, em todas as áreas e locais onde frequentamos. Porém, o ponto alto da representação política é, sem dúvidas, a ocupação dos cargos de governabilidade pública. Por este ser um assunto de interesse público, porque envolve toda a população e seu futuro, e por tornar as pessoas que estão atuando na liderança política personalidades relevantes do debate público, é que este tema e os que estão envolvidos nele se tornam potencialmente noticiáveis, interessando aos meios de comunicação. Sobre isso, dentro dos critérios estabelecidos por Wolf (1985), as coberturas políticas e notícias a respeito de líderes políticos se enquadram dentro dos primeiros critérios (critérios substantivos) de valor-notícia: o primeiro seria o grau hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, e o segundo, o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional (WOLF, 1985). Há um terceiro critério que pode se enquadrar nesta perspectiva que é o de “relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação”, do

²⁹ Um levantamento feito pela Agência Pública revelou que pelo menos 17 Governadores realizaram pedaladas fiscais em seus mandatos. Alguns nomes da lista são: Geraldo Alckimin (PSDB-SP), Ricardo Coutinho (PSB-PB), Rosalba Ciarlini (DEM-PB) e Sergio Cabral (PMDB-RJ). A reportagem pode ser vista em: < <https://apublica.org/2016/06/truco-pelo-menos-17-governadores-pedalaram-impunemente/> >.

qual como exemplo claro temos as coberturas das eleições, feitas minuto a minuto através da apuração dos votos.

Além da cobertura dos acontecimentos eleitorais, na história do nosso país o jornalismo se engajou nas discussões políticas e caminhou para uma especialização do tema. Esse envolvimento nas questões sociopolíticas e econômicas é próprio do jornalismo e “a afirmação do jornal como espaço legitimado para a divulgação de fatos tidos como relevantes colocou-o como um referente de mundo, assumindo alguma centralidade frente aos processos sociais junto aos quais busca influir” (BARRETO, 2006, p.19). Os meios de comunicação funcionam como “elo entre a sociedade e os fatos noticiados”³⁰ e isso gera credibilidade ao que é transmitido. Desse mesmo modo, é preciso desmistificar o papel da mídia como aquela que apenas transmite a cobertura de eventos políticos de destaque ou os escândalos e boas obras de prefeitos, vereadores ou presidentes e que sempre sua cobertura trará a verdade dos fatos. Dessa forma, gerando uma problematização necessária: será que temos uma mídia politizada ou o fenômeno de politização da mídia? (FILHO, 2003)³¹.

A mídia possui função primordial na difusão de conteúdos e na consolidação das esferas públicas e, respectivamente, na opinião pública. A esfera pública nada mais é do que um espaço de deliberação que representa a vontade coletiva a partir de um entendimento comum e racional (HABERMAS, 2003) e, assim sendo, se constitui num valor democrático. Os meios de comunicação, portanto, têm papel importante nesta difusão de conteúdos representativos de uma “opinião pública” e são responsáveis por disseminar os discursos. Dessa forma, Habermas (2003) sintetiza que:

A esfera pública, ao mesmo tempo pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa, tornou-se uma arena permeada de relações de poder, na qual, por meio de temas e contribuições, ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos comportamentalmente eficazes e que oculta o máximo possível suas intenções estratégicas (HABERMAS, 2003, p. 58).

A mídia transmite discursos a partir da “leitura” que faz da realidade. Entende-se por discurso (no item 4.3 discutiremos melhor) a prática social de enunciar, “não apenas de

³⁰ Ibidem, p.20.

³¹ Esta conjunção entre mídia e política aponta características do papel da mídia hoje, muito mais associada à “politização”, que se refere à espetacularização de fatos políticos (FILHO, 2003). O fenômeno da politização constitui numa estratégia de reverter o desinteresse do público sobre o discurso político sob a desculpa de estar constituindo uma mídia crítica frente aos acontecimento que envolvem a cena política. Em contraponto, o ideal seria constituir uma “mídia politizada”, capaz de expor a criticidade de maneira eficaz, discutindo os assuntos de interesse público e não envolvendo o discurso dos personagens políticos ao modo do espetáculo.

representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Essa leitura e construção de sentidos sobre o mundo pode ter (como já vimos quando tratamos dos conglomerados de mídia) o percalço da influência mercadológica. E, mesmo que não perpassasse um discurso de mercado tão evidente, outras influências ideológicas estão presentes. Portanto, os veículos de comunicação tendem a transmitir um lado da moeda: o recorte que desejam dar ao fato noticiado. Da mesma forma, há diferentes formas de produção e circulação do discurso jornalístico, com apelos persuasivos diferentes (CITELLI, 2007).

Mais especificamente sobre a televisão, ainda o meio de comunicação de maior alcance, Bourdieu (1997) identifica que este veículo possui o monopólio da versão do fato que é transmitida para grande parte da população e que merece atenção verificar o que está sendo distribuído por ele. Por conseguinte, o autor expõe os riscos que a televisão apresenta, não como simples veículo, mas pelo seu caráter político, ideológico e comercial:

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que críticos literários chamam o efeito do real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas, etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativo, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização) (BOURDIEU, 1997, p. 28).

A televisão possui o recurso da imagem que chama a atenção do telespectador, além do tempo de produção ser diferente de outros veículos; o jornal impresso, por outro lado, resulta numa outra experiência do leitor com a notícia que, em posse do jornal, pode ir e vir entre as páginas, acessando o conteúdo da maneira que deseja. A materialidade com que este discurso é transmitido (seja por TV, impresso, rádio, internet) não é simplesmente um meio de transmissão, mas a organização do discurso dentro de um gênero, comandando a forma como deve ser dito (MAINGUENEAU, 2008).

Diante desta reflexão sobre a importância dos meios de comunicação e suas influências, consideramos que o objetivo dos discursos a respeito do impeachment, seja a favor ou contra, é chegar às massas, ter grande alcance nacional e formar a opinião pública vigente. Essa meta é possível de ser conquistada (e já é compreendida pelos produtores de comunicação) quando alcançamos as mídias. Este é um diagnóstico facilmente percebido quando recordamos a cobertura do processo nas grandes mídias nacionais. Os grandes veículos foram protagonistas

do impedimento de Dilma (NASSIF, 2018). Já vimos no capítulo anterior o quanto a mídia tem poder de convencimento capaz de levar um candidato ao cargo de presidência (como foi com Vargas e Collor) e, da mesma forma, retirá-lo do poder, marcando um acontecimento que se configura de forma similar ao que podemos identificar atualmente.

A alta capacidade de influência se comprova quando olhamos para o nível de confiança que o público tem com o que é passado pelos meios de comunicação. Na pesquisa realizada a nível mundial, em 2017, pelo Instituto Reuters, foi posta uma tabela de confiabilidade da mídia, em que o Brasil soma o valor de 60% da população do país que confia no que é transmitido, ocupando, assim, a segunda posição do ranking e, comparado com os países da América Latina, chega a primeira colocação. É bastante curioso este índice porque os países que apresentaram elevado nível de confiança são os que possuem uma comunicação pública estruturada e pouca presença da mídia privada. Rosário (2018) estudou essa pesquisa de forma aprofundada e identificou Finlândia, Portugal e Alemanha como exemplos de países de comunicação pública predominante. No entanto, a mesma pesquisa revelou que países onde a hegemonia é dos grandes grupos de mídia há um baixo nível de confiabilidade: Estados Unidos, por exemplo, registrou 38%.

Entrando no mérito da cobertura do impeachment, conjecturar sobre o papel da mídia durante o processo não se trata de uma simples hipótese, mas de uma constatação. Jessé de Souza (2016) fez uma descrição de como as jornadas de junho em 2013 eram retratadas no Jornal Nacional (JN). No início da cobertura do JN, nos dias 12, 13 e 15 de junho, as manifestações eram referidas como badernas, vandalismo e transtornos para as cidades. Essa cobertura começou a mudar no dia 17 de junho, tratando os movimentos como pacíficos e legítimos. Naquele momento as manifestações (e não por acaso com o apoio de uma massa conservadora e elitista) começavam a se vestir e a pintar os rostos de verde e amarelo, eram esteticamente nacionalistas com um discurso muito parecido com a época das “diretas já”. Reinvidicando o fim da corrupção, os movimentos que iniciaram com demandas estaduais das passagens de ônibus assumiam, então, a forte crítica à esfera federal e a mídia soube aproveitar isso a seu favor. Começava a queda da imagem de Dilma Rousseff, finalizando com 27 pontos percentuais a menos no índice de popularidade (SOUZA, 2016). O que começou em 2013 veio a se concretizar três anos depois.

Outros estudos de análise da cobertura midiática realizados durante o período do impeachment estão reunidas no livro “Enciclopédia do Golpe” e deixam claro o investimento midiático para a efetivação do afastamento de Dilma. Antes mesmo de Dilma Rousseff ter saído

da presidência definitivamente, logo após a votação da Câmara, em abril, a sua imagem já era modelada a fim de trazê-la como uma mulher histérica e incapaz na Capa do Estado de S. Paulo (Capa 1), enquanto a possibilidade de uma nova primeira-dama, a esposa de Michel, Marcela Temer, era trazida com elegância (Capa 2) na capa da Revista Veja como aquela que é “bela, recatada e do lar” (NASSIF, 2018).

Os três principais jornais impressos do País: O Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo e o Globo cobriram intensamente o processo de afastamento dando destaque para as manifestações convocadas pelo MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem pra Rua³². O primeiro jornal defendia abertamente o impeachment (AZEVEDO, 2018), posição explicitamente percebida na capa através da fotografia em que Dilma aparecia com a cabeça em chamas (Capa 3). Não vamos partir para uma análise minuciosa do discurso destes veículos neste momento, porém, a título de uma simples observação inicial já é possível perceber a condução proposta por esses veículos a respeito da imagem de Dilma, editadas para corresponder a uma narrativa sobre corrupção, crise econômica e incapacidade política da ex-presidente (MARQUES, 2018):

Imagem 1 - Capa do Estado de S. Paulo



Capa 1. Dilma aparece de cabeça baixa, com aparência preocupada. O título “Juízo Final” reforça uma possível condenação e o fim de seu cargo na Presidência do Brasil.

Imagem 2 - Capa da Revista Veja



Capa 2. Revista “Veja” enaltecendo a figura de Marcela Temer como primeira-dama da Presidência.

³² O Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua foram criados em 2014, ainda no Governo Dilma e na mesma época em que despontavam as investigações da Operação Lava Jato. Ambos de caráter antipetista, declararam combater a corrupção e foram protagonistas nas organizações de manifestações contra a ex-presidente durante o processo do impeachment. Estes dois movimentos tiveram participação como coautores do pedido de impeachment aceito por Cunha.

Imagem 3 - 2ª Capa do Estado de S. Paulo



Capa 3. Dilma é representada com a cabeça em chamas.

Outro caso evidente e polêmico foi o da reportagem da Folha de S. Paulo publicada pouco tempo antes da votação definitiva do processo a nível de senado, quando fez a citação de uma pesquisa Data Folha. Na publicação (capa 4) em questão, que foi capa da edição e também destaque no portal, a Folha publicou, a partir desta pesquisa, que 58% dos brasileiros preferiam Temer na Presidência e 32% a volta de Dilma. Apenas 3%, de acordo com esse registro, desejavam eleições. Porém, esse dado contrariava uma pesquisa anterior publicada ainda antes de Dilma ser afastada, em 25 de abril, realizada pelo IBOPE, na qual 62% desejavam novas eleições. A inquietação com essa queda brusca de 62 para três possibilitou a descoberta de que “novas eleições” não estava entre as alternativas presentes na entrevista da pesquisa realizada pela Folha (GREENWALD, 2016)³³. A estratégia utilizada pelo jornal foi a do falso consenso (ROSÁRIO, 2018), criando uma ideia de que todos ou a grande maioria preferiam Temer a novas eleições:

³³ Denúncia disponível em: <<https://theintercept.com/2016/07/20/folha-comete-fraude-jornalistica-com-pesquisa-manipulada-visando-alavancar-temer/>>.

Imagem 4 - Reportagem da Folha de S. Paulo



Capa 4. Denúncia sobre manipulação de dados pela Folha de São Paulo a fim de favorecer Temer.

A principal causa para a baixa na aprovação da imagem do Governo Dilma foi a operação Lava Jato que consistiu no trunfo para os meios de comunicação hegemônicos. A figura transmitida do Juiz Sérgio Moro nas mídias, responsável pelos julgamentos desta operação, repercutiu também nas ruas, em manifestações que o exaltavam (LEITE, 2018). Moro atingiu grande popularidade e representa hoje uma das figuras políticas mais influentes da direita (SOUZA, 2016) sendo, inclusive, o novo Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro, em 2019. A condenação dos réus aliados da presidente contribuíram cada vez mais para a credibilidade do Partido dos Trabalhadores (PT) e dela. Hoje, a principal figura de liderança do PT, Lula, também está preso e condenado em segunda instância a 12 anos de prisão³⁴. Ainda há discussões sobre a prisão do ex-presidente considerada como arbitrária pela defesa, dada a inconsistência no volume de provas no que se refere a acusação da ocultação da propriedade de uma cobertura triplex em Guarujá-SP, mencionado no processo como fruto de propina concedida pela empreiteira OAS em troca de benefícios na Petrobrás.

A Globo se empenhou em noticiar a investigação e levou o caso para ser disseminado até na teledramaturgia da emissora³⁵. Com relação a telejornais da emissora, o Jornal Nacional

³⁴ Alguns especialistas em direito veem essa prisão como atípica pela rapidez com que foi expedida, desrespeitando o tempo de prazo para a defesa de Lula (BBC, 2018). A pressa com que o mandado de prisão foi expedido, durante o período de definição de candidatura do PT às eleições 2018 é, no mínimo, algo a se considerar. Lula foi impedido de se candidatar e quem tentou a eleição representando o Partido dos Trabalhadores foi Fernando Haddad, que acabou perdendo no segundo turno para Jair Bolsonaro (PSL).

³⁵ Na novela teen “Malhação”, exibida de segunda a sexta no fim de tarde, foi transmitido um capítulo no qual as personagens explicavam o que era a Operação Lava Jato e a sua importância para o combate a corrupção do país. O capítulo foi ao ar no dia 02 de agosto de 2018 e pode ser acessado em: <<https://gshow.globo.com/novelas/malhacao/2018/capitulo/2018/08/02/videos-de-malhacao-de-quinta-feira-02-de-agosto.ghtml#video-6917607-id>>.

dedicou grande cobertura ao escândalo da Lava Jato, exibindo o vazamento das conversas de Lula e Dilma, de forma decisiva a impedir que Lula chegasse ao Ministério da Casa Civil³⁶ como pretendia Dilma (JUNIOR, 2018). De forma semelhante, tentou fazer recentemente com Temer exibindo todo o diálogo do presidente com Joesley Batista, no caso da JBS. A edição do Jornal Nacional do dia 17 de maio de 2017 dedicou todo o telejornal à denúncia do caso de delação premiada contra Temer suscitando sua renúncia, mas não contava com sua resistência até hoje.

É preciso reforçar junto a Jessé de Souza (2016) que o impeachment ocorrido em 2016 é resultado de um passado de ofensivas contra o PT desde os mandatos de Lula. Segundo o pesquisador, no Brasil há um jogo de interesses da elite do dinheiro que consegue manobrar outras elites (jornalística, literária, jurídica) porque pode comprá-las. Este jogo de poder acabou por difundir uma construção discursiva sobre corrupção, associando-a somente a corrupção de estado e seletiva (ou seja, apenas uns fazem e outros não), a um partido que seria, no caso da nossa política, o da esquerda. Como se apenas houvesse uma dualidade constante, o bem e o mal dividindo a sociedade. A imprensa, por sua vez, é sócia deste percurso discursivo. Houve a tentativa de destituir o PT do poder ainda em 2006, época dos escândalos do mensalão³⁷, posteriormente concretizado na Lava Jato com o impedimento de Dilma. Se olharmos para as entrelinhas destes dois momentos vemos que há semelhanças na posição da mídia e do aparato jurídico-policial do Estado. A mídia hegemônica investiu no pretexto do “combate à corrupção”, novelizando a política. Para Souza (2016),

A grande farsa que ocorreu entre o mensalão e o golpe foi uma tentativa de preparar o enterro do partido dos trabalhadores como partido político. Até então um partido com forte penetração nas classes médias. Por meio do discurso da “ética na política”, o PT sofreu fortes perdas nesses seguimentos sociais. É nesses seguimentos que a mídia-partido, posando de neutra e de instituição de utilidade pública, possui efetiva penetração. É essa classe também que se imagina mais culta e inteligente que os pobres, mas que na verdade possui poucas fontes alternativas de reflexão autônoma além do veneno midiático de todos os dias (SOUZA, 2016, p. 51).

Isto posto, na grande mídia é difícil encontrar uma diversidade de opinião sobre o impeachment (ROSÁRIO, 2018). A prova é que foram citados os principais veículos do país e todos eles apresentaram uma cobertura em comum (ou no mínimo concordante) durante o

³⁶ Lula foi impedido por na época ter sido investigado, mas atualmente Wellington Moreira Franco, ministro-chefe da Secretaria Geral da República, também está sob investigação, no entanto permanece no cargo. Um dia após a nomeação de Lula como Ministro da Casa civil foi imediatamente impedido através da suspensão determinada pelo ministro Gilmar Mendes.

³⁷ Escândalo de corrupção política deflagrado entre 2005 e 2006 expondo a compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional.

processo. Isso se explica também porque, dentro do esquema de propriedade cruzada, muitos veículos pertencem a um mesmo grupo empresarial. O monopólio não se restringe ao comercial, mas sim um monopólio ideológico. Foi neste período, portanto, que percebemos um movimento crescente no jornalismo independente através de novos coletivos com a proposta de proporcionar um discurso diferenciado sobre a cobertura deste fato.

3.3 A política brasileira ao revés

A crise política vem se agravando com a identificação e condenação de diversos políticos pela Lava Jato. Essa investigação tem demonstrado que nossa jovem democracia vem enfrentando problemas que custam ao país o cumprimento da constituição, o bem comum social e a credibilidade do governo tanto para a população brasileira quanto para o cenário internacional. Se pararmos para pensar, em pouco mais de 20 anos, dois presidentes foram depostos de seu cargo. Por problemas diversos, apenas cinco presidentes em noventa anos conseguiram terminar seus respectivos mandatos³⁸.

É possível falar de uma arquitetura bem pensada para que o impeachment ocorresse. As classes burguesas estavam descontentes e assumiram a partir da reeleição de Dilma seu posicionamento desfavorável a ela. Com a deposição de Dilma ocorre o fim de um ciclo político de conciliação de classes (BASTOS, 2017). A deposição do governo Dilma reacende a discussão a respeito de uma luta de classes atual que reflete uma política deficiente em nosso país. Para Boito (2016), a crise institucional é dada a partir de um conflito de classes. Segundo o autor, os representantes dos setores ativos do judiciário, Ministério Público e Polícia Federal são representantes da alta classe média. Isso já dimensiona a falta de representação da alta casta (BOITO, 2016) com o restante dos brasileiros. Os próprios investigadores da Lava Jato são juízes e procuradores que recebem de 30 a 37 salários mínimos, com jornada de trabalho menores, auxílios paletó, educação, moradia e transporte³⁹, mas estes benefícios são legalizados.

³⁸ São eles: Eurico Gaspar Dutra (1946/1950), Juscelino Kubitschek (1956/1960), Fernando Henrique Cardoso (1995/1998; 1998/2002), Lula (2003/2006; 2006/2010) e Dilma (o primeiro mandato de 2010 a 2014). Revista Super Interessante. 2016 Disponível em: <<http://super.abril.com.br/historia/so-5-presidentes-eleitos-completaram-o-mandato-nos-ultimos-90-anos>>. Acesso em 19/05/2016.

³⁹ Idem.

A repercussão do impeachment trouxe uma imagem negativa ao Brasil⁴⁰ e se agravou com a entrada de Temer. De princípio houve o rompimento da aliança entre o PMDB e o PT, que havia sido a base aliada do primeiro governo Dilma. Em seus dois anos de mandato (2016-2018), Temer também sofreu denúncias de corrupção e é alvo de cinco inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) e duas vezes denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR). A crise interna se instalou com a perda de seis ministros⁴¹ envolvidos em polêmicas. O caso de maior repercussão foi a delação premiada de Joesley Batista, executivo do frigorífico JBS. Nesta delação, acusou Temer de receber propina por meio do ex-deputado Rocha Loures e a suposta compra de silêncio de Eduardo Cunha nas investigações da Lava Jato. Ademais, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato, incluiu o atual Presidente na investigação de um esquema de obtenção de propinas para financiamento de campanhas eleitorais do PMDB, em 2014. Com tamanha impopularidade, Michel Temer teve um índice de rejeição de 70% da população que classifica sua administração como ruim ou péssima segundo o Datafolha e, assim, mantém-se acentuada a crise política brasileira.

3.4 Cobertura alternativa do caso do Impeachment: o The Intercept chega ao Brasil

Uma denúncia feita por Edward Snowden, ex-analista da CIA, abalaria os Estados Unidos e suas relações diplomáticas. Em 2013, Snowden revelou a Glenn Greenwald, jornalista que trabalhava no jornal britânico *The Guardian*, o esquema americano de vigilância global efetuado pela Agência de Segurança Nacional (em inglês: *National Security Agency* - NSA). Os EUA coletavam, através desta agência, dados de ligações, fotos, vídeos, e-mails de milhões de pessoas no país e no mundo que usam Skype, Facebook e Google. Essas revelações custaram a Snowden a sua perseguição, fazendo-o buscar asilo em 21 países (entre eles o Brasil), sendo aceito em Moscou, na Rússia, onde vive em exílio. Os jornalistas que estiveram à frente da divulgação deste fato, Glenn Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill receberam a proposta de Pierre Omidyar, fundador do Ebay, de criar, em 2014, uma nova organização de mídia para denúncias e jornalismo crítico. A esta empreitada eles deram o nome de Interceptação, no

⁴⁰Sugestão de leitura: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/imprensainternacional-repercuta-impeachment-de-dilma-rousseff.html>>.

⁴¹ São eles: o ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Romero Jucá; o ex-ministro da Transparência, Fabiano Silveira; o ex-ministro do Turismo, Henrique Alves; o ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero; ex-ministro da Secretaria do Governo, Geddel Vieira Lima; e o ex-ministro das Relações Exteriores, José Serra (este último alegou problemas de saúde).

inglês, *The Intercept* (TI). Graças às reportagens sobre o esquema de espionagem americano, Greenwald foi o vencedor do prêmio Pulitzer em 2014⁴² e no ano seguinte, no Brasil, ganhou o Prêmio Esso de Reportagem, sendo o primeiro estrangeiro a conquistá-lo pelos artigos sobre a vigilância americana no território brasileiro. Em suas investigações foi comprovado que Dilma Rousseff foi uma das chefes de estado vítimas desta espionagem, tendo sido monitorada durante as conversas com seus assessores.

Em 2016, ponto alto da problemática crise política e econômica brasileira, muito atraído pelas questões controversas destes acontecimentos, Greenwald, que já vivia no Brasil, monta a versão brasileira do TI no Rio de Janeiro a fim de cobrir o processo de impedimento de Dilma. No primeiro ano de publicações do *The Intercept Brasil* (TIB), seus conteúdos foram essencialmente sobre a cobertura política do impeachment e as olimpíadas, como ele mesmo descreve no site do TIB:

(...) Neste mês, nosso foco inicial será o julgamento e a votação final do impeachment da presidente Dilma Rousseff no Senado Federal, assim como matérias sobre os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Além da publicação de conteúdo original, vamos implementar os mesmos princípios de proteção de fontes que ocupam um espaço central na missão do Intercept. As mesmas tecnologias adotadas para que nossas fontes forneçam informações confidenciais contando com a máxima proteção contra vigilância e ataques online (como o SecureDrop) também serão disponibilizadas para nossas fontes de informação brasileira (GREENWALD, 2016).

O TIB e o próprio Greenwald, por sua vez, defenderam uma posição contrária ao que foi veiculado pela mídia hegemônica. Sobre isso, o criador do site de notícias se refere ao seu projeto editorial ratificando sua postura diante de outras mídias:

Acreditamos que a sede por um jornalismo mais independente, pluralístico e destemido vai além da crise política pela qual passa o país. Ao simplesmente ignorar grande parte da população, os grandes veículos de comunicação brasileiros mascaram os principais desafios sociais e econômicos presentes, assim como a diversidade de opiniões e movimentos existentes no país (GREENWALD, 2016)

O TIB é um case jornalístico bastante interessante porque aponta para a emergência do jornalismo nacional, uma vez que este se caracteriza por ser um jornalismo de origem estrangeira, mas feito no Brasil e que, mesmo chegando no fervor do impeachment, cobriu com

⁴² Greenwald recebeu o Prêmio George Polk de Reportagens sobre Segurança Nacional; o Prêmio de Jornalismo Investigativo e de Jornalismo Fiscalizador da Gannett Foundation; e o Prêmio de Pioneirismo da Electronic Frontier Foundation.

fôlego o caso. Hoje sua redação já tem a participação de 11 brasileiros entre jornalistas, editores e designers. Apesar de se dedicar prioritariamente à política, o TIB também cobre segurança nacional, política, liberdades civis, meio ambiente, assuntos internacionais, tecnologia, justiça criminal, mídia de todo o país. Mantendo as raízes de seu surgimento, o seu viés é investigativo e, para tanto, propõe que os usuários possam enviar denúncias anonimamente através de um servidor, o Securedrop⁴³. Embora trate de notícias brasileiras, também publica matérias do TI traduzidas.

Em contato com o TIB, percebemos o quanto o coletivo é reservado e não compartilha dados de sua audiência. Porém, com o propósito de caracterização, é possível pelo menos citar a média de pessoas que acompanham as redes sociais do coletivo: no Facebook, o The Intercept Brasil registra 551.436 mil seguidores; no Twitter, 527 mil seguidores; e no Instagram possui 740 mil⁴⁴. A única informação cedida por eles é a respeito da quantidade média de publicações mensais que gira em torno de 15 reportagens ao mês. Este é um dado relevante que o caracteriza menos factual e mais dedicado a reportagens de profundidade.

Diante de seu prestígio internacional, o jornalista foi o primeiro a ser contemplado com uma entrevista exclusiva com a presidente Dilma Rousseff, publicada no dia 19 de maio de 2016, após ela sofrer o afastamento sob votos do Senado Federal. Foi um dos primeiros vídeos publicados pelo The Intercept (o inglês, com sede em Londres) e é o de maior alcance dentro do canal do coletivo, totalizando 283.978 visualizações. Greenwald é também constantemente procurado pelos veículos internacionais, como o noticiário *The Ingraham Angle e Democracy Now*, ambos da Fox News *Chanel*, para análises políticas e coberturas a respeito da situação do Brasil.

3.4.1 Por que dizer que o The Intercept é independente?

Em meio a repercussão do caso de Snowden publicado por Greenwald, Pierre Omidyar, fundador do eBay, anunciou que iria financiar o TIB através da organização sem fins lucrativos *First Look Media*⁴⁵. Sua doação inicial foi de 250 milhões de dólares americanos. Omidyar é um empresário essencialmente capitalista, mas filantropo que investe em diferentes iniciativas tecnológicas. O que o fez investir, então, em um novo veículo de comunicação? Segundo

⁴³ O Securedrop, segundo o TIB, é um sistema confidencial para envio de informações que facilita o contato com o veículo e ao mesmo tempo garante o anonimato do material e denúncias que forem enviadas.

⁴⁴ Esses números foram registrados em setembro de 2019.

⁴⁵ É uma empresa multimídia que financia iniciativas independentes em jornalismo, cultura e arte, cinema e entretenimento.

Greenwald em entrevista ao Observatório da Imprensa, conduzida pelo célebre Alberto Dines, em 2014⁴⁶, Omidyar poderia ter comprado o New York Times ou o Washington Post, dois dos principais jornais estadunidenses, mas preferiu investir em uma nova ideia fora do eixo comercial.

Segundo o jornalista, apesar de Omidyar entrar com o grande apoio financeiro, não interferiu no perfil editorial do The Intercept, informação confirmada categoricamente por Greenwald ao afirmar na entrevista que “no dia em que ele (Pierre) for envolvido no meu jornalismo, é o dia que eu vou sair” (GREENWALD, 2014). Hoje, além deste capital estrangeiro⁴⁷, o coletivo tem uma campanha de crowdfunding, propondo, por sua vez, um modo autossustentável de financiamento no qual os leitores podem contribuir com a quantia e no período que desejar. Como descrito no capítulo anterior, a sua caracterização como um coletivo de jornalismo independente é ratificada por sua não ligação com grandes empresas de mídia seja familiar, política ou religiosa, mas ainda assim é mantido por uma organização sem fins lucrativos. O TIB possui um engajamento forte com a política e um posicionamento claro, muito percebido durante a cobertura do impeachment da qual vamos nos debruçar no 4º capítulo.

⁴⁶ Entrevista disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Lrhhc-BuSKs>>.

⁴⁷ Outros coletivos brasileiros recebem incentivo financeiro estrangeiro. A este exemplo, temos a Marco Zero Conteúdo, coletivo independente pernambucano que é financiado pela Hoquei, uma agência Suíça.

4 APONTAMENTOS NECESSÁRIOS À ANÁLISE DA COBERTURA POLÍTICA DO IMPEACHMENT

4.1 Estudos empíricos de análise do discurso jornalístico sobre o Impeachment

Mergulhamos no desejo de entender como a cobertura de um determinado veículo cria sentidos sobre um evento de importância nacional dentro da esfera política. Como auxílio referencial, buscamos trabalhos que também se dedicam à análise discursiva, mais especificamente sobre a cobertura do impeachment ou que trabalham com a temática do jornalismo independente. Felizmente muitos pesquisadores acadêmicos têm se dedicado a esta tarefa. Vale ressaltar aqui, nomeadamente, alguns estudos empíricos que dialogam com esta pesquisa e que demonstram um olhar mais atento ao discurso midiático e à cobertura política.

Dentro do estudo do jornalismo independente, alguns colegas vêm buscando traçar as características deste movimento jornalístico estudando alguns coletivos em particular. Este é o caso de Lacerda (2016) que em sua dissertação de mestrado traz o jornalismo digital independente como um movimento possível e capaz de restaurar a credibilidade perdida pelo jornalismo hegemônico. Isso se daria, segundo a autora, porque os movimentos sociais começam a se firmar jornalisticamente através da criação de sites ou até de organizações mais consistentes extra-mídia. Estas iniciativas conseguem abranger uma diversidade que é incapaz de ser apresentada na grande mídia por esta permanecer associada a grandes empresas. O maior desafio para estes novos coletivos, no entanto, é o de criar um modelo de negócio sustentável para que assim seja possível produzir e divulgar ainda mais conteúdos. A autora trouxe o mapeamento de seis coletivos, são eles: Amazônia Real, Cidades para Pessoas, InfoAmazônia, Jornalistas Livres, Marco Zero Conteúdo e Ponte, apresentando as formas de organização e sustentabilidade de cada um deles.

Andrade (2016), por outro lado, trouxe em sua tese de doutorado o foco para um único coletivo, o Mídia Ninja, estudando as transmissões simultâneas realizadas durante a Copa do Mundo no Brasil, durante 12 de junho a 14 de julho de 2014. O pesquisador buscou analisar as condições de produção do discurso do Mídia Ninja, caracterizando sua estrutura física e discursiva. Trouxe também a discussão sobre o termo “midiativista”, enquadrando o coletivo Mídia Ninja nesta definição por seu projeto editorial e sua trajetória de cobertura estar associada ao ativismo midiático, principalmente no engajamento em acontecimentos políticos e de

movimentos sociais, como foi nas jornadas de junho quando este coletivo conseguiu grande repercussão.

Tratando mais especificamente de análise da cobertura política, o impeachment além de configurar um dos assuntos mais comentados do país e do mundo, tem sido objeto de estudo em diversas áreas do saber, desde o Direito, Sociologia e Comunicação no ambiente acadêmico. Acessamos aos escritos de Floriani (2017), Eliseu (2017) e Jesus (2017), os dois primeiros dedicados à cobertura do processo de afastamento de Dilma pelo Jornal “A Folha de S. Paulo”, identificando no referido jornal o discurso pró-impeachment.

Adriano Floriani (2017) estudou a formação do discurso contido nas notícias e editoriais da Folha de S. Paulo sobre o impeachment. Seu recorte resultou em 18 matérias analisadas. Para alcançar esse objetivo, utilizou a análise crítica do discurso inglesa, apoiada em autores como Fairclough e Van Dijk, além do auxílio da hermenêutica de profundidade de John B. Thompson (1995), que leva em conta os elementos sociais e históricos dos acontecimentos e suas construções simbólicas. A conclusão destas análises, portanto, foi a de que a Folha contribuiu para a legitimação do discurso hegemônico que ampliou o isolamento político de Dilma e levou a sua deposição.

Esta investigação discursiva identificou ainda que “Dilma”, “Lula” e o “PT” apareciam no texto do jornal sempre associados à corrupção e ao uso de palavras como “cinismo”, “incompetência”, “proprina” e “pedalada”. Segundo Floriani (2017), o jornal ainda utilizou a estratégia de três tipos de discursos que deslegitimassem Dilma Rousseff, sistematizados como: o discurso de mercado, ligando a ex-presidenta ao termo de irresponsabilidade fiscal; o discurso político de oposição, afirmando que Dilma não representa liderança; e, ainda, no arremate final, fez uso de um discurso caracterizado pelo autor como sendo o de “descontentamento público com a classe política”, trazendo uma generalização da presença das pessoas nas manifestações antipetistas, afirmando que a maioria da população brasileira desejava o afastamento da ex-presidente.

Também com o corpus constituído de matérias advindas da Folha de S. Paulo, Thallysson Eliseu (2017) trabalhou em sua dissertação com as representações sociais sobre o impeachment e sobre a figura de Dilma Rousseff em sete editoriais. Eliseu (2017) trouxe como recorte temporal o período de publicações que antecedia a abertura do processo em 2016, se dedicando desde as manifestações pró-impeachment em 2015.

Ele afirma que o jornal procurou se projetar como isento e equilibrado, dando oportunidade a opiniões plurais, porém o que se verificou através das análises foi o contrário

desta intenção. No primeiro editorial analisado, a FSP ainda faz esta tentativa e relata não haver motivos para o impeachment. Mas isso muda na publicação de 3 de abril de 2016, quando o editorial deixa claro o pedido de renúncia da ex-presidente, consagrando no dia 17 de abril, dia da votação da Câmara, a sua posição explícita com um editorial que sugeria o acolhimento do pedido de impeachment e o êxito do processo para punir Dilma e seu governo. Havia uma recorrência de palavras, como “incompetência administrativa, arrogância, estelionato eleitoral, responsabilidade pela crise econômica, desprezo a valores republicanos e éticos, dentre outros” (ELISEU, 2017, p. 106), que manobravam o discurso criando uma imagem de uma presidente incapaz e de um governo deficiente.

Por fim, um trabalho que amplia o corpus de estudo e que é interessante para perceber o discurso de diferentes mídias sobre o impeachment foi feito por Jesus (2017). Essa pesquisa tem como base a análise do discurso francesa aplicada em 63 diferentes materiais entre eles charges, memes, notícias de jornais impressos, cartazes exibidos em manifestações, publicações nas redes sociais do Movimento Brasil Livre (MBL) e Revista Perfil. Com esse número amplo e diverso de mídias, concluiu que muitos conteúdos contra Dilma Rousseff estavam associados à desigualdade de gênero (masculino e feminino), construindo uma imagem de mulher inferior e desqualificada para a função de governabilidade. Outra observação relevante foi sobre o uso da palavra “petralha”, presente principalmente em cartazes nas ruas e em memes na internet, termo que, segundo ele, foi utilizado numa associação ao comunismo, esquerda e corrupção, como uma forma de denegrir o Partido dos Trabalhadores.

Os trabalhos mencionados confirmam a hipótese de uma tendência discursiva da mídia hegemônica no tratamento do impeachment. No geral, a constatação é que os meios de comunicação legitimaram o discurso a favor deste afastamento (também já discutido no item 3.2 do 3º capítulo). Porém, ao propor uma pesquisa em outro tipo de mídia, desta vez de caráter independente, caminhamos para uma versão “inovadora” que busca colaborar para o campo de estudos sobre narrativas midiáticas a respeito do impeachment, trazendo uma análise que desprenda do foco hegemônico. O trabalho de estabelecer alguma comparação entre a cobertura deste acontecimento feita pela mídia hegemônica e pela mídia independente não é o objetivo desta dissertação, mas naturalmente isso pode ocorrer a nível de leitura com a percepção de possíveis marcas (semelhanças ou diferenças) entre as conclusões apontadas nas referências empíricas que citamos acima e os resultados das análises no capítulo seguinte.

4.2 O dialogismo Bakhtiniano e as contribuições teórico-metodológicas para o estudo do discurso a partir de Volóchinov (2017), Jacqueline Authier-Revuz (2004) e Maingueneau (2008)

Como auxílio teórico-metodológico para as análises das reportagens publicadas pelo *The Intercept Brasil* durante o processo de impeachment, nos apoiaremos em três autores fundamentais que contribuem para pensarmos sobre a representação do discurso do outro, principal aspecto observado neste trabalho. Porém, antes é necessário apresentar o teórico que introduz um conceito pertinente ao que estudamos e que, de certa forma, também foi trabalhado entre os autores do nosso tripé: Mikhail Bakhtin e o dialogismo. O pensamento bakhtiniano introduz a perspectiva de que o discurso é sempre formado pelo outro. Daí vem o principal conceito de seus escritos: o dialogismo, a ser tratado logo em seguida no item 4.2.1. Ancorado neste princípio determinante do discurso, é possível admitir que

(...) instituindo o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem, Bakhtin engendrou uma nova maneira de estudar o discurso, abrindo espaço para a consideração da voz alheia, do outro que perpassa inevitavelmente o discurso do eu e, desse modo, contribuiu de forma imensurável para o encaminhando de diversos estudos linguísticos que passaram a levar em conta o caráter dialógico da linguagem (FROSSARD, 2008, p. 184).

Suas obras mais conhecidas “*Estética Verbal*”(2011) e “*Problemas da Poética de Dostoiévski*” (2010) dão embasamento teórico e prático para nossas considerações nas análises. Além de Bakhtin, Authier-Revuz em “*Entre a Transparência e a Opacidade*” (2004) possibilita uma releitura do dialogismo de Bakhtin com o que ela chama de heterogeneidade enunciativa (item 4.2.2). Vamos nos estender mais particularmente à perspectiva da heterogeneidade marcada, aquela que apresenta o discurso do outro no fio do discurso utilizando ferramentas sintáticas como discurso direto e discurso indireto. Numa síntese desses dois autores, Maingueneau (item 4.2.3) se torna conveniente para a conclusão deste tripé teórico. Em “*Análise de Textos de Comunicação*”(2008) e “*Novas Tendências em Análise do Discurso*” (1997) o autor reúne amostras de Bakhtin (no primeiro livro) e Authier-Revuz (no segundo livro), além de descrever exemplos de análises sobre discurso direto e indireto que muito se adequa ao princípio de nossa abordagem.

Com a costura desses três autores será possível fundamentar nossas análises a fim de entender as relações do outro no discurso, questionando, por exemplo, que sujeitos estão sendo mencionados no texto? Qual o recorte de suas falas e o que esses dizeres sugerem dentro do discurso do enunciatador? Através desse ponto de partida será possível identificar o

posicionamento e os sentidos dentro da narrativa construída sobre o impeachment pelo The Intercept Brasil.

4.2.1 A presença do outro e a natureza dialógica do discurso

Partimos, então, dos princípios bakhtinianos⁴⁸ para construir considerações a respeito do objeto deste estudo: o discurso midiático. O autor russo desenvolve a teoria dialógica do discurso que move toda a sua obra e é base para estudos contemporâneos em diferentes áreas do conhecimento como a linguística, comunicação etc. Para Bakhtin, o discurso é por essência dialógico pois carrega dentro de si (mesmo que não demarcado explicitamente) o discurso do outro. Ou seja, é uma característica constitutiva do discurso: ser permeado sempre por um outro discurso. Este diálogo sugerido por Bakhtin (2011) não corresponde simplesmente a uma “conversa” interpessoal, mas é primordialmente a natureza do discurso, é “o princípio básico da existência humana” (FROSSARD, 2008, p. 181). O discurso (ou os discursos) é sempre atravessado por outro.

O dialogismo é fundamentado, nos estudos de Bakhtin, a partir da ideia de comunicação e interação. O ato de comunicar envolve uma série de interações verbais e não-verbais, fruto das relações sociais entre os indivíduos. A palavra, além de ser resultado da interação, tem por si mesma uma natureza ideológica, mas isso também não retira o seu caráter “neutro”, isso quer dizer que pode assumir diferentes posições em todo tipo de discurso. Se a palavra é ideológica, todo discurso assume também o valor ideológico (BAKHTIN, 2011). Porém, não tão somente a palavra é representação do diálogo, mas todo tipo de linguagem, verbal ou não, passa sempre pelo contato com outras linguagens, com seu passado histórico e com as relações do seu presente.

Antes de continuar argumentando sobre discurso e sua propriedade dialógica, é preciso esclarecer o que o constitui: os enunciados⁴⁹. Embora Bakhtin reconhecesse as palavras, fonemas e orações como unidades da língua, não considerava estes aspectos à noção do que para ele seria enunciado. Estas unidades da língua compõem o enunciado, mas não o são em sua totalidade porque, conforme nos revela o autor, estas são repetíveis, ao contrário dos enunciados que são “acontecimentos únicos” a medida que cada enunciado, no ato da

⁴⁸ Partiremos das ideias norteadoras do Círculo de Bakhtin com Volochínov (1895-1936) e Medviédev (1892-1938) (FARACO, 2009). Há uma certa polêmica com relação a autoria de escritos clássicos, que não iremos nos deter neste estudo. Reunimos as ideias do círculo para o auxílio teórico necessário às considerações.

⁴⁹ Fiorin, à luz de Bakhtin, traça esta diferença entre as unidades da língua (sons, palavras e orações) e enunciados (unidades reais da comunicação);

enunciação, assume uma entonação, uma postura, uma emoção, um juízo de valor, e está inserido em um momento social particular.⁵⁰ Isso quer dizer que uma dada oração só se tornará um enunciado à medida que um sujeito a assuma e a enuncie. Cada enunciado representa um novo acontecimento, único e irrepetível.

Portanto, os enunciados são “as unidades reais de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 269). Em cada enunciado existe a participação e o diálogo com outros enunciados: “Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante” (FIORIN, 2008, p. 21). Ao mesmo tempo, parte-se de um jogo de poder, pois este caráter dialógico do discurso não é regido obrigatoriamente pelo entendimento, mas ao contrário, a sociedade é dividida em grupos sociais onde circulam diferentes tipos de discursos entre os indivíduos, inevitavelmente tornando o lugar de enunciação uma “luta entre vozes sociais” (FIORIN, *ibidem*, p. 25). Portanto, o enunciado é por gênese contraditória, fruto da tensão e “luta” entre um enunciado com o outro.

Bakhtin (2011) reforça o dialogismo presente no enunciado (que é matéria-prima do discurso) afirmando que:

Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta (BAKHTIN, 2011, p. 297).

Outra característica constitutiva do enunciado é o seu endereçamento a um interlocutor. Ao contrário das palavras e orações (unidades da língua) que são impessoais, o enunciado tem um autor e um destinatário a quem se refere. Este participante pode ser um interlocutor direto no diálogo, pode ser uma coletividade ou um público específico, ou pode ser um outro indefinido, ainda não concretizado (BAKHTIN, 2011, p. 301). Até mesmo aquele discurso que aparentemente não aponta claramente a quem se destina, graças a sua natureza dialógica, sempre conta com a presença deste outro em si mesmo.

⁵⁰ Esta é uma definição bastante relevante pois estaremos em nossas análises lidando com enunciados que contribuem para a formação do discurso do The Intercept Brasil. Destrinchar esses enunciados é parte da metodologia deste trabalho.

Neste ponto já podemos fazer uma relação com o discurso jornalístico. O jornalista, na produção da notícia, pressupõe o seu destinatário a partir da sua vivência da rotina produtiva e da organização do trabalho do veículo (VIZEU, 2004). O dialogismo aparece de maneira muito clara nesta simples relação: o locutor (neste caso, o jornalista), pressupõe seu destinatário (o leitor, ouvinte, internauta, telespectador) e, ao enunciar, está influenciado por discursos outros a respeito de sua audiência. Observa-se no exemplo do discurso jornalístico outro conceito bakhtiano: o enunciado está posto à medida que solicita uma resposta (mesmo que ela não esteja evidente), esperando sempre uma compreensão responsiva ativa. Esta compreensão leva em conta a capacidade do receptor perceber e compreender o significado do discurso, seja concordando ou discordando dele (BAKHTIN, 2011).

Para entender a complexidade desta estrutura de interações que passam em um dado discurso, Bakhtin introduz a metalinguística, um ramo da linguística que não se preocupa em analisar prioritariamente os elementos formais da língua (como a sintaxe e morfologia das orações), mas sim as relações dialógicas entre os enunciados. O autor entende que a língua não pode ser compreendida somente à luz da linguística que apenas estuda as relações entre os elementos materiais do discurso. Antes é preciso analisar as relações entre os enunciados e a realidade, as formas da comunicação, os gêneros do discurso (BAKHTIN, 2011). Apesar desses aspectos, a metalinguística não pode ignorar por inteiro a linguística e deve aplicar os resultados de uma análise sintático-morfológica às análises dialógicas (BAKHTIN, 2010).

Ilustrando estas considerações a respeito da metalinguística consideremos, então, o processo de recepção de um discurso escrito, por exemplo: ler é um verbo classificado sintaticamente como transitivo, que pede um complemento: ler o que? Se nos detivéssemos apenas a uma primeira etapa (análise linguística), alcançaríamos a materialidade do texto, identificando o que está escrito e de que forma a estrutura linguística está organizada. Porém, a partir do exercício de pensamento da atividade dialógica bakhtiniana podemos complexificar esta pergunta e propor muitas outras: De que forma se lê? Em que suporte? O que se compreende deste texto? Que sentido carrega esta leitura? Qual a relação deste texto com outro(s)? Quais os personagens que aparecem no texto? Para que tipo de leitor foi feito? Que pressupostos (*background*) o leitor possivelmente deve ter ao se deparar com determinado texto? Esta é a direção para qual o analista à luz de Bakhtin caminha ao se deparar com as reportagens: amplamente o “como se lê”, identificando a possível construção de sentidos no discurso, fruto da interação entre leitor, texto e autor.

De tal modo que está claro que o discurso é sempre dialógico e, assim sendo, é sempre permeado pelo outro (de forma constitutiva, ou seja, é aquilo que é), propomos, pois, uma síntese a respeito da constituição dialógica do discurso em alguns pontos, são eles:

1. Existem discursos anteriores que constituem a todo momento o discurso atual do sujeito. Estes discursos podem ser diversos: de natureza familiar, política, religiosa, social;
2. No momento da enunciação, o discurso é atravessado por outros discursos passados e presentes e ainda pressupõe discursos futuros;
3. O enunciador leva sempre em conta a recepção do seu interlocutor. O texto ao destinatário, uma conversa presencial com outro indivíduo que você deseja que compreenda. Até mesmo em discursos como a fotografia, o artesanato, a arquitetura e músicas, por exemplo, percebe-se que tudo é pensado para atender à interação com o outro;
4. O diálogo nem sempre acontece na presença de uma réplica verbal. Em uma conversação, por exemplo, não é preciso que o outro diga que concorda com o que está sendo dito. A expressão facial, os sinais de concordância e discordância, o simples fato de dar atenção se constitui numa forma dialógica de recepção do conteúdo.

Porém, há também (e é o ponto de maior dedicação nas análises sobre o impeachment) a possibilidade deste outro ser mencionado no fio do discurso, o que Bakhtin chama de “discurso alheio”. Em “Estética da Criação Verbal” (BAKHTIN, 2011), o autor sinaliza este debate sobre a referência ao outro no discurso:

Tudo isso se verifica, antes de tudo, **onde o discurso do outro** (ainda que seja uma palavra que aqui ganha força de um enunciado pleno) **é citado textualmente e destacado com nitidez (entre aspas)**: os ecos da alternância dos sujeitos do discurso e das suas mútuas relações dialógicas aqui se ouvem nitidamente. Contudo, em qualquer enunciado, quando estudado com mais profundidade em situações concretas de comunicação discursiva, descobrimos toda uma série de palavras do outro semilantes e latentes, de diferentes graus de alteridade (BAKHTIN, 2011, p. 319, grifos nossos).

Todavia, dentro do Círculo de Bakhtin, é em Valentin Volóchinov (2017)⁵¹, no livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem” que serão destacadas as formas como o discurso alheio pode ser citado. Para isso, o autor trouxe análises sobre o discurso de *outrem* em textos alemães, franceses e russos, através das construções sintáticas do discurso direto, indireto e indireto livre. O discurso Direto (DD) consiste na transcrição da fala do sujeito outro, sinalizada por

⁵¹ MFL é alvo de intensos debates sobre a autoria. As versões brasileiras de tradução da obra atribuíam a autoria a Bakhtin, porém, em 2017, uma nova versão traduzida direto do russo coloca Valentin Volóchinov como autor único. Sheila Grillo, uma das tradutoras desta edição, justifica no ensaio introdutório que Volóchinov é o nome que aparece na capa da primeira edição russa publicada em 1929.

verbos de locução (como falar, comentar, responder etc) ou sinais como travessão e aspas. Já no discusso indireto (DI), o enunciador faz a intermediação, utilizando suas próprias palavras para reproduzir a fala do outro e, assim como no DD, pode vir acompanhado de verbos. O discurso indireto livre (DIL)⁵², é aquele onde as falas das personagens aparecem inseridas de forma integral ao discurso do narrador. Este “não possui qualquer sinal sintático claro” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 265), como os verbos, conjunções ou sinais de pontuação que aparecem de forma comum no DD e DI.

Há um outro conceito pertinente de ser resgatado neste momento: o de polifonia, que também faz referência a presença de diferentes vozes no texto. A polifonia corresponde a diversas vozes que coexistem de forma igual, equipolente. Bakhtin localizou essa polifonia nos romances de Dostoiévski: “Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais são, em realidade, não apenas objetos do discurso do autor, mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante” (BAKHTIN, 2010, p. 5). No romance polifônico, as vozes se preservam no texto de forma individual, ou seja, coexistem de forma semelhante e os personagens passam a ser sujeitos do discurso. Apesar de reconheceremos o valor do termo proposto por Bakhtin, para nós a forma mais coerente para a ocasião de múltiplas vozes em um discurso é a de plurivocalidade. Isso porque só há polifonia quando há uma presença dessas vozes sem hierarquia entre elas, possuindo uma equivalência. Esse caso é presente nas obras literárias de Dostoiévski, mas no discurso jornalístico, o qual é o objeto de nossa análise, não acontece.

Partindo, portanto, do conceito de dialogismo Bakhtiniano e do suporte teórico-metodológico de Volóchinov (2017), as análises da cobertura política do impeachment veiculadas pelo The Intercept Brasil iniciam-se na identificação do “discurso do outro”, ora não citado (relações dialógicas), ora evidente (DD e/ou DI). Entendendo o funcionamento das vozes no discurso, marcadas e não marcadas, é que “(...) percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciadorees citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles (CUNHA, 2002, p. 166 apud RAMOS, 2010, p. 3).

⁵² Os casos de DIL não são comuns no discurso jornalístico, não sendo, portanto, encontrado nas reportagens do nosso recorte.

4.2.2 Heterogeneidade em Jacqueline Authier-Revuz

A linguista Authier-Revuz dá continuidade às considerações bakhtinianas, tendo nelas a fundamentação de um dos principais conceitos de seus estudos: o de heterogeneidade, termo que sugere a natureza heterogênea do discurso, ou seja, a presença constante do outro. Para a autora, um discurso nunca é homogêneo porque “toda palavra remete a um contexto ou a vários, nos quais viveu, sua existência subjugada. Ela chegada a seu próprio contexto, vinda de outro, penetrada pelo sentido dado por outros” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 35-36). A influência de Bakhtin está inserida fortemente na percepção do discurso como uma atividade sempre perpassada pelo outro, isto é, que a palavra do outro é constantemente presente em todo discurso.

As origens teóricas na elaboração de sua teoria sobre heterogeneidade enunciativa vêm, além de Bakhtin, do campo da psicologia, mais propriamente da psicanálise. Atenta às leituras de Lacan sobre Freud, Authier-Revuz discute o inconsciente como sendo aquele que é permeado por conflitos interiores, esquecidos, censurados e isso, de certa forma, é expressado nas palavras do indivíduo, materializando-se, portanto, no discurso. A autora compartilha, neste momento, o conceito de polifonia de Bakhtin, afirmando que o sujeito em seu inconsciente é permeado por diferentes vozes, não sendo o sujeito um ser homogêneo que existe exterior à linguagem, mas que a linguagem o constitui: “A linguagem é a condição do inconsciente” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 51).

Em sua obra “Entre a Transparência e a Opacidade” (2004), Authier-Revuz menciona os dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada (esta última podendo ser marcada ou não marcada). A primeira se refere a processo real que constitui um discurso, ou seja, todo discurso é permeado por outro em sua constituição porque dele participam vozes anteriores e exteriores que vão além do locutor que a pensa e diz. Este conceito tem íntima relação com o dialogismo em Bakhtin, noção fundadora que determina que toda palavra proferida já tem sua origem anterior ao sujeito, portanto, mesmo inconscientemente, o sujeito sempre ao enunciar contará com a presença do outro no interior do seu discurso.

Podemos refletir que essa heterogeneidade nos é constitutiva pois parte da nossa memória discursiva que advém de uma formação social e histórica. Nós, sujeitos situados no mundo, estamos envoltos em discursos de classes, gêneros, religião, política e de tantos outros grupos diversos que se fazem presente também nos discursos que proferimos. A heterogeneidade constitutiva é, portanto, para Authier-Revuz (2004), a base dialógica do

discurso onde se prende a perspectiva de um “outro que atravessa constitutivamente o um” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 25). Isso nos leva a perceber que a tarefa de entender os sentidos não está posta de forma totalmente acessível dentro do limite de um enunciado (seja escrito ou não) pois há uma “teia” de formações dialógicas em seu entorno. A proposta de busca dessa compreensão se dá a partir da identificação de “situações dialógicas limitadas” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.26) para a geração de leituras possíveis daqueles sentidos.

A heterogeneidade mostrada, por outro lado, tem o discurso do outro de forma localizável, podendo ser marcada ou não. Enquanto na heterogeneidade constitutiva não é revelada a alteridade da manifestação de um outro discurso, a heterogeneidade mostrada exhibe essa alteridade ao longo do processo discursivo (FIORIN, 2007). O termo “mostrada” determina um mecanismo de distanciamento entre o sujeito e o outro que fala. Nesta ocasião de discurso, há uma sensação de que o locutor domina o discurso e que tem o controle dos dizeres do outro, operando-os da forma que mais lhe for adequada para aquilo que pretende comunicar. De forma bastante simples, a heterogeneidade marcada é representada quando há explicitamente a representação do discurso do outro, ou seja, a fronteira entre o discurso falado e o discurso citado está demarcada. Isso frequentemente ocorre com o uso do discurso direto e indireto⁵³, além do uso das aspas.

Vale ressaltar brevemente sobre o uso das aspas pois a própria autora dedica o sexto capítulo do livro (2004), sob o título de “Palavras mantidas a distância” a respeito da aplicação deste sinal de pontuação. As aspas são frequentemente utilizadas em situações mais específicas da língua, entre elas está a demarcação do discurso direto associada, muitas vezes, ao sentido de suspensão de responsabilidade do que é reportado, ou seja, o outro falou e não “eu” mesmo. Além dessa função, as aspas podem ser utilizadas para dar destaque a algum título de obra; marcar a presença de estrangeirismos, gírias, palavras técnicas; para chamar atenção para alguma palavra e contribuir para o sentido irônico do termo aspeado (este caso é exemplificado do item 5.3). Cada aplicabilidade do sinal tipográfico leva em conta o contexto e construção dos sentidos do discurso, podendo significar ainda, segundo Authier-Revuz, termos familiares, sentido de proteção, questionamento ofensivo e a ênfase.

Outra forma em que as aspas podem aparecer (mas não somente elas) e que está inserida numa forma explícita de heterogeneidade chamada de “modalização autonímica”. A modalização autonímica consiste no retorno do enunciador sobre seu próprio dizer quando o locutor comenta seu discurso enquanto o produz:

⁵³ Já descrevemos sobre DD e DI no item anterior, proposto por Bakhtin.

Uma forma mais complexa de heterogeneidade se mostra em curso nas diversas formas marcadas da conotação autonímica: o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso (sem a ruptura própria à autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em outra figura, a do observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado - marcado por aspas, por itálicos, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário - recebe, em relação ao resto do discurso, um estatuto outro (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13)

A modalização autonímia pode ser classificada, resumidamente, em quatro tipos de representação que a autora denomina de não-coincidências, conforme vemos a seguir em Authier-Revuz (2004, p. 83):

- 1- **Não-coincidência do discurso com ele mesmo:** quando o enunciador cita um outro discurso dentro do seu. Authier-Revuz cita como exemplo o uso de expressões, como “como diz fulano...”, “No sentido empregado por fulano”, “para usar as palavras de...”
- 2- **Não-coincidência entre as palavras e as coisas:** consiste na busca do uso da palavra correta pelo locutor. O sujeito apresenta no fio do discurso a tentativa de apresentar uma palavra mais adequada ao momento, por isso utiliza expressões como: “X, na falta de palavra melhor”, “X, por assim dizer”, “é preferível dizer X”;
- 3- **Não-coincidência das palavras com elas mesmas:** quando o locutor se depara com palavras em que o sentido é ambíguo e para corrigir essa questão ele direciona através de expressões: “X, no sentido figurado”, “X, não no sentido de...”, “X, em ambos os sentidos”;
- 4- **Não-coincidência interlocutiva:** se referem às modalizações que indicam uma distância entre o enunciador e o destinatário, pois algum elemento do discurso não é imediatamente compartilhado entre eles. “X, se você quiser...”, “como você diz”, “se você preferir...”, “entende o que eu quero dizer?”

Uma vez feito esse merecido destaque às não-coincidências do dizer, Authier (2004), assim, esclarece que a heterogeneidade marcada

é o *outro* do discurso relatado: as formas sintáticas do discurso indireto e do discurso direto designam, de maneira unívoca no plano da frase, um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso do sentido dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou espaço - claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor *dá lugar*

explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.12, grifos da autora).

Para Authier-Revuz, a heterogeneidade mostrada na sua forma marcada ratifica a natureza da heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seja, da presença do outro no discurso. Isso, porém, não pode ser uma redução de uma a outra pois a heterogeneidade mostrada não é simplesmente um reflexo fiel da heterogeneidade constitutiva, é primeiro uma representação explícita do outro no discurso, o que Authier-Revuz chamou de representação fantasmática. Ressalta-se que a heterogeneidade mostrada tem seu mérito na “representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

Assim, as formas marcadas de heterogeneidade mostrada são uma negociação “com forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem um desconhecimento desta, uma representação da enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 33). Essa ilusão a qual a linguista se refere é com relação ao sujeito acreditar que tem o controle do discurso do outro. Com o uso do recurso da heterogeneidade mostrada marcada, o locutor pensa movimentar o discurso citado da maneira que deseja, delimitando-o no espaço da enunciação e que, portanto, estaria separando o discurso do outro do seu discurso, afirmando “que *o outro não está em toda parte* (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 72, grifos da autora).

É um engano pensar que o locutor haja em posição metalinguística, ou seja, que ele se coloque como o que tem condição de separar o “um” do “outro”. A esse sentido Authier-Revuz dá o nome de denegação⁵⁴ manifestada com relação à heterogeneidade constitutiva. Esta denegação, portanto, caracteriza-se pela negação da natureza própria do discurso de ser atravessado por outros.

O outro caso de heterogeneidade mostrada é a não-marcada, caracterizada pela “diluição do discurso do outro” (p.18), ou seja, a sua não identificação clara, sendo reportada em discurso indireto livre, ironias, alusões, metáforas, jogos de palavras. Segundo a autora, esta negociação é uma forma mais arriscada do uso do discurso do outro porque joga com “a dissolução do outro no um” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.34), sendo assim,

esse modo de “jogo com o outro” no discurso opera no espaço do não-explicito, do semidesvelado, do sugerido, mais do que do mostrado e do dito: é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos **discursos irônicos**,

⁵⁴ Termo que Authier-Revuz pega emprestado na psicanálise freudiana. No campo da psicologia, a denegação é uma estratégia de autodefesa na qual o sujeito nega que seu pensamento anterior foi explícito conscientemente.

antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do “dito” que ela se manifesta: é desse jogo, “no limite”, que vêm o prazer – e os fracassos - da decodificação dessas formas (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18, grifos nossos).

Podemos dizer que a diferença entre a heterogeneidade mostrada marcada e não-marcada é a medida do distanciamento que é estabelecido entre a fala do sujeito (locutor) e a do outro manipulada. Na forma marcada, fica claro a fronteira entre esses discursos pois o locutor marca o “lugar” do outro, aponta sua voz, enquanto nos discursos não-marcados esse limite entre um e o outro é dissolvido pois o locutor apenas sugere este outro discurso, assimilando-o a própria voz do locutor (ROSARIO, 2008). Essas marcas “limites” entre um discurso e outro são reveladoras porque contribuem para o sentido, por exemplo, de discordância ou de concordância com esse outro. Tudo isso deve ser observado com a devida atenção ao contexto em que está inserido o discurso porque “há diferenciações que relevam do preciosismo cúmplice de um discurso e seus exteriores (...)” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31).

Através da formulação do conceito de heterogeneidade, Authier-Revuz fornece pontos específicos que direcionam nossas análises: a análise do discurso a partir da heterogeneidade mostrada marcada e não marcada. É importante frisar que não desconsideramos mencionar a heterogeneidade constitutiva, ou seja, a perceber as relações dialógicas dos enunciados no texto. Porém, o destaque maior é a forma explícita do uso do discurso do outro, apontada na heterogeneidade mostrada. Se em Bakhtin iniciamos a discussão sobre as formas de discurso do outro, é em Authier que concluímos com a base para as análises do próximo capítulo, situadas nessa identificação do discurso alheio no fio das reportagens do corpus, a fim de perceber os sentidos formados entre as “fronteiras” do discurso citante e do discurso citado.

4.2.3 Maingueneau entre Bakhtin e Authier-Revuz: pontos de encontro

Completando o trio de autores que auxiliam nas análises das reportagens, recorreremos aos escritos de Dominique Maingueneau (1997; 2008), autor francês que dispõe em sua literatura aportes primários para quem deseja se dedicar aos estudos do discurso. Bastante didático, em seu livro “Análise de Textos de Comunicação” (2008), o autor nos fornece conceitos e procedimentos usuais para a apreensão de sentido do discurso. Pode-se perceber influências claras do pensamento bakhtiniano na obra de Maingueneau e, dessa forma, traçar diálogos precisos para nossas análises. Além deste livro, em “Novas tendências em Análise do Discurso”(1997), Maingueneau faz uma correspondência aos conceitos de heterogeneidade de

Authier-Revuz completando, assim, a conexão entre os autores do nosso referencial teórico-metodológico.

Nitidamente o objeto materializado de análise para os três autores é o enunciado, sendo ele a marca verbal do acontecimento que é a enunciação (MAINGUENEAU, 2008, p. 56). Começamos, então, pelo ponto de destaque nos estudos do discurso que é o conceito-chave de “dialogismo”. Maingueneau não descreve em sua obra sobre dialogismo, mas faz referência a ele. Sua definição de discurso muito se assemelha àquela que Bakhtin nos propõe e isso assinala um ponto de convergência entre os dois autores. Para Maingueneau (2008), o discurso é uma organização situada para além da frase, orientado para algum lugar ou pessoa, de forma interativa. O autor não se restringe à interação entre locutores no ato da enunciação. Sua perspectiva vai além do contato próximo de diálogo presencial entre os locutores, assemelhando-se, dessa forma também aos princípios bakhtinianos. Ele utiliza ao invés de dialogismo, o termo interatividade para essa definição, e ainda mais, agrega o termo “constitutiva” a este, dando a entender que essa interatividade é o princípio que constitui todo enunciado, assim como é proposto no dialogismo e também na heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz. Maingueneau (2008) nos diz:

Parece-nos, no entanto, preferível não confundir a ‘*interatividade*’ fundamental do discurso com a *interação oral*. Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma **interatividade constitutiva** (fala-se também de *dialogismo*), é um troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciados e com relação à qual constrói seu próprio discurso (MAINGUENEAU, 2008, p.54, grifos nossos).

É possível dizer que o dialogismo direciona a obra de Maingueneau quando o autor estabelece a característica essencial do que ele chama de *interdiscurso*, que nada mais é do que entender que, para estudar o discurso é preciso, antes, perceber a relação que este tem com outros discursos. Não há como conceber a ideia de que o discurso se constitua de maneira independente. Esta perspectiva abre ainda a janela para outros conceitos, como o de “gênero do discurso”, pois o discurso é determinado também pelas características do gênero onde está inserido. Este é um ponto que Bakhtin e Maingueneau abordam e, especialmente Maingueneau une o gênero do discurso ao conceito de contexto, pois nos diz que o sentido do enunciado está situado em alguma circunstância (contexto) que é constitutiva do gênero ao qual pertence.

O contexto é um dos pontos fundamentais para compreender os sentidos do discurso porque o influencia. Ao contrário do que recorrememente se associa, contexto não é apenas o momento da enunciação (momento histórico e social), mas vai além deste, correspondendo ao conjunto do ambiente físico da enunciação; do cotexto, outra definição de Maingueneau referente a tudo aquilo que se encontra antes ou depois da unidade a interpretar, ou seja, os enunciados são fragmentos de uma parte maior, portanto o cotexto seria a antecipação e a sequência deste dado enunciado (MAINGUENEAU, 2008); e, por fim, dos saberes anteriores à enunciação, resgatando, por assim dizer, as relações dialógicas da linguagem.

Concordamos, ainda, com a terminologia de texto utilizada em Maingueneau para o conjunto de enunciados que vamos tratar como uma nomenclatura que facilita a compreensão. Inclusive, estaremos lidando com um tipo de texto dentro de um gênero específico: o gênero jornalístico da reportagem. O termo texto “emprega-se igualmente com um valor mais preciso, quando se trata de apreender o enunciado como um todo, como constituindo uma totalidade coerente” (MAINGUENEAU, 2008, p. 5). De modo efetivo, fala-se de texto quando tratamos de “produções verbais orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem, a circularem longe de seu contexto original” (ibidem, p. 57). Há legitimidade em estudar o fenômeno textual, mas atentamos a encarar o texto como uma ocorrência sociodiscursiva, vinculado ao processo de interação real, levando em conta seu caráter dialógico e não tão somente as ocorrências sintáticas da língua.

Do outro lado desta ponte conceitual, no livro “Novas tendências em análise do discurso” (1997), Maingueneau faz uma leitura dos conceitos de heterogeneidade mostrada e constitutiva propostos por Authier-Revuz. Ele julga os estudos da francesa como sendo de relevância, tendo em vista que estudar heterogeneidade, para ele, é perceber as manifestações explícitas e implícitas na formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997). Como já vimos, heterogeneidade tem fundamentação nas teorias bakhtinianas de dialogismo e das análises do discurso de *outrem* (BAKHTIN, 2010). Estes conceitos estão imbricados.

O linguista francês dá destaque ao discurso relatado (correspondente a heterogeneidade mostrada marcada) presente na ocasião do discurso direto e indireto. O direto, acentua Maingueneau, é creditado, de maneira ingênua, como sendo a reprodução literal do trecho do outro. O autor nega essa característica e adverte nos sugerindo que o DD é uma espécie de “teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta” (MAINGUENEAU, 1997, p.85). Portanto, o DD não seria mais ou menos fiel que o DI, estes se constituem como estratégias diferentes utilizadas na enunciação para um efeito pretendido. Sobre a

heterogeneidade constitutiva, Maingueneau concorda com Authier-Revuz que mesmo sem as manifestações explícitas que ocorrem na heterogeneidade mostrada, a constitutiva pode ser observada através da análise do discurso com formulações de hipóteses e da observação do interdiscurso para a compreensão de sua formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997, p. 75)

As correspondências entre os dois autores franceses continuam, desta vez com a abordagem do uso das aspas, sendo ele e Authier-Revuz o suporte para a observação em específico desta ocorrência nos textos do *The Intercept Brasil*. O autor repete as considerações de Authier quanto à funcionalidade das aspas já descritas no item anterior. Porém, acrescenta sobre a importância do interlocutor no processo de compreensão do uso deste recurso, pois “as aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário” (MAINGUENEAU, 1997, p. 91). Ou seja, o enunciador, no ato de sua enunciação, deve ter uma representação de seu leitor oferecendo a ele a possibilidade de compreensão da posição que ele assumiu com o uso das aspas. “Cada decodificação realizada pelo destinatário reforça a convivência entre os parceiros do discurso, visto que estão partilhando a mesma forma de se situar no interdiscurso” (ibidem, p. 91), para que, portanto, se concretize a efetiva comunicação entre eles.

4.2.3.1 *O caso particular da ironia*

Por fim, o último dos aspectos a ser destacado nas análises é o recurso da ironia, citado em Authier-Revuz (2004) e em Maingueneau (1997, 2008). Este é um conceito ainda muito debatido na atualidade e, apesar da pesquisa se deter à perspectiva discursiva através dos autores utilizados no referencial teórico-metodológico, antes é necessário abriremos um breve “parêntese” de discussão sobre este termo. Beth Brait (1996) ajudará com um resumido panorama⁵⁵ de base teórica interdisciplinar a partir de estudos dentro da filosofia, psicanálise, sociologia, retórica e literatura a fim de situar o campo de disputa por uma melhor caracterização do que seria este “fenômeno da linguagem” (BRAIT, 1996).

Os estudos iniciais associam ironia a recursos humorísticos, ideia presente na Grécia Antiga através de Aristóteles. Em sua obra, observa-se que o cômico e a ironia aparecem de forma frequente caracterizados como “atitude intelectual própria de um tipo de homem” (BRAIT, 1996, p. 21). Em Sócrates este pensamento ganha ainda mais força graças a técnicas de dialética desenvolvidas por ele que, por sua vez, determinavam a ironia como um modelo

⁵⁵ Não nos dedicaremos a esmiuçar o levantamento histórico feito por Brait (1996) pois não é o objetivo desta pesquisa. Citaremos alguns teóricos e a essência de seus pensamentos.

de comportamento. No método socrático, perguntas simples eram feitas com o objetivo de identificar nas respostas as contradições do pensar do indivíduo a fim de fazê-lo refletir sobre tal pensamento. Essa tendência filosófica caracteriza a ironia como uma atitude, um traço de personalidade e é ainda hoje a compreensão do senso comum (BRAIT, 1996).

O conceito chega à literatura com a chamada “ironia romântica” através do poeta e filósofo alemão Friedrich von Schlegel. De forma sintética, sua ideia consistia na introdução da concepção socrática no campo literário onde a poesia teria uma negação da seriedade e se renderia ao poder criativo fruto de uma postura poética irônica. Haveria nestes escritos, então, “a marca da contradição” e a distância entre aquilo que é dito e “o que o enunciador pretende que seja entendido” junto a uma “expectativa da existência de um leitor capaz de captar a ambiguidade propositalmente contraditória desse discurso” (BRAIT, 1996, p. 29).

A ironia também foi objeto de estudo a partir do enfoque psicanalítico freudiano. Freud reconhece que o foco não recai somente no locutor, mas também no interlocutor. Este é um fato interessante pois identifica a relação locutor/interlocutor como um ponto-chave de compreensão do processo irônico. O ironista, portanto, “seria aquele que diz o contrário do que quer sugerir, mas que insere na mensagem um sinal, que, de certa forma, previne o interlocutor de suas intenções” (BRAIT, 1996, p. 44).

No campo de pesquisa da pragmática, a contribuição que Brait traz com relevância é da linguista francesa Catherine Kerbrat-Orecchioni. Esta autora ressalta que o ilocutório (ação de proferir um enunciado num determinado contexto, com determinadas condições e intenções), o linguístico e o actancial (participantes do discurso) seriam os componentes fundamentais da ironia. No que se refere ao actante, Kerbrat-Orecchioni propõe que a ironia consiste em uma agressão, portanto envolvendo sempre um agressor e um agredido.

Um ponto que julgamos também bastante interessante e pertinente no pensamento da francesa é a diferença entre ironia e mentira embora ambas sejam a prática de uma não sinceridade. Para ela, a mentira é um processo de desqualificação do interlocutor porque o engana, fazendo-o aceitar o que não é verdade; do contrário, a ironia tem a tendência a qualificar o interlocutor porque concebe que ele será capaz de interpretar o discurso.

Mais tarde, Brait acende a polêmica entre o sentido literal e sentido figurado pois frequentemente a ironia é tratada como sendo um discurso que pretende significar o contrário do que é dito. Identifica-se que esta é uma característica fundamental (Brait fala da presença da “ambiguidade fundadora”), entretanto, não dá conta sozinha da complexidade deste fenômeno. Suas reflexões giram em torno da compreensão de que a literalidade é relativa pois depende do

contexto que, por sua vez, movimenta uma possibilidade de signos que se concretizam em palavras, assim admitindo uma significação e adquirindo efeitos de sentidos (BRAIT, 1996).

Diante da complexidade de reunir um resgate histórico com tantas abordagens sobre ironia, Brait amarra suas conclusões numa perspectiva discursiva ancorada em Benveniste, Bakhtin, Pêcheux e Authier-Revuz, pensando a ironia a partir da intertextualidade e da interdiscursividade. Como já vimos nos itens anteriores sobre o pensamento bakhtiniano (o qual também é fonte para Authier-Revuz) o discurso é sempre formado por outro e nesta presença constitutiva, a interdiscursividade é mobilizada também dentro do discurso irônico. Brait ainda se refere às contribuições de Authier-Revuz com as não-coincidências (item 4.2.2) identificando nelas a operacionalização da ironia no interdiscurso.

Uma vez apontadas algumas contribuições históricas ao redor do termo e identificando os aportes fundamentais, principalmente no que diz respeito ao discurso, vamos nos deter centralmente ao valor dialógico previsto em Bakhtin (2011) e continuado no conceito de heterogeneidade em Authier-Revuz (2004), assim como bem observou Brait (1996). O discurso irônico tem o outro por consequência determinante de sua natureza discursiva. Porém, este outro, dentro da ironia, não está marcado como em um DD e DI. Authier-Revuz (2004) insere a ironia dentro da heterogeneidade mostrada não marcada, tratando-se, portanto, de uma forma mais complexa da presença do outro pois se estabelece numa relação de implícitos com o discurso do locutor:

A presença do outro, em compensação, não é explicitada por marcas unívocas na frase: a ‘menção’ que duplica “o uso” que é feito das palavras só é *dada a reconhecer, a interpretar, a partir de índices recuperáveis no discurso* em função de seu exterior (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18, grifos da autora)

Maingueneau (1997) complementa dizendo que “ a ironia subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor” (MAINGUENEAU, 1997, p.98), cabendo ao interlocutor a competência de interpretar a posição irônica colocada na enunciação. Para Maingueneau, a ironia é o uso da linguagem de forma subversiva onde o locutor estrategicamente utiliza as palavras dentro de sua enunciação, sem expor sua opinião de forma explícita, mas dando indícios do sentido irônico no seu “não dizer”. É o jogo que o locutor faz ao enunciar, dizendo o contrário do que se deseja entender e, assim, espera a compreensão de sentido pelo seu interlocutor.

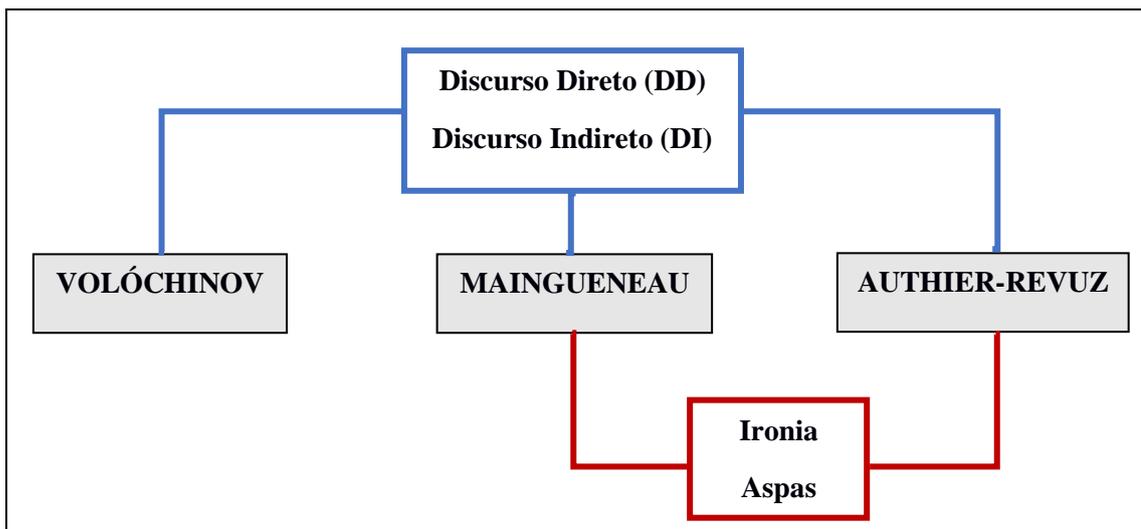
O autor destaca a dificuldade em trazer a ironia para a escrita porque não é possível recorrer à entonação. O locutor, por sua vez, deve fornecer elementos que auxiliem a desvendar

a presença da ironia, como o uso de hipérboles, de uma entonação escrita através de pontos de exclamação, reticências, além das aspas que também podem ser utilizadas para essa conotação. As aspas e a ironia se assemelham pois em ambos os casos há “uma espécie de divisão interna da instância da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 178). Nas aspas, o enunciador, destaca uma palavra ou expressão, sinalizando que não a assume; na ironia, o enunciador produz um enunciado e o invalida.

4.2.4 Quadro de síntese

Uma vez dispostos todos os conceitos e teóricos que norteiam o estudo do discurso sinalizado para esta pesquisa, estabelecemos um esquema ilustrativo com a intersecção dos pontos que são observados nos textos das reportagens:

Quadro 2 - Pontos de partida para as análises



Fonte: elaboração da autora

O principal direcionamento das análises é com relação à presença do outro, marcante nos estudos de Bakhtin, Maingueneau e Authier-Revuz. Isso porque, principalmente no gênero jornalístico, são constantemente utilizadas falas de fontes durante as reportagens. Esta presença definida da “fala do outro” é a representação da própria natureza do dialógica do discurso, um vez que

(...) O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (BAKHTIN, 2002, p. 195 apud BRAIT, 2012, p. 65).

A presença dessas enunciações e a identificação de quem são esses sujeitos outros mencionados no texto contribuem para compreender os sentidos sobre a construção de uma narrativa sobre o impeachment. Além da identificação do discurso alheio, Authier-Revuz e Maingueneau vão mais a fundo nas ocorrências das aspas e do discurso com marcas de ironia, recursos frequentemente utilizados pelo *The Intercept* e já percebidos durante as nossas primeiras leituras, despertando o interesse, portanto, de relatá-los nas análises. O DD, DI, aspas e ironia são recursos que desempenham funções no texto e se constituem como estratégias propositivas na formação dos efeitos de sentido. Dada essa importância, é neste sentido que caminharíamos durante as análises das reportagens.

Além do texto, procuramos estabelecer as reflexões analíticas sobre títulos e fotografias, ampliando a observação sobre estes elementos que também são fundamentais na composição das reportagens.

4.3 O não dito também é fonte de sentido

Além de nos determos à materialidade do texto, não devemos desconsiderar o que está por detrás do que é dito. Como já viemos argumentando sobre o conceito de dialogismo elaborado por Bakhtin, o sujeito é um ser constituído de relações dialógicas, vivenciando interações com várias vozes em seu entorno discursivo. Nem tudo está dito de forma explícita (e é próprio de sua heterogeneidade constitutiva), mas está posto em si, é parte de si. Assim, o que o sujeito enuncia não é somente aquilo que aparentemente ele “diz”, mas o que é anterior a essa enunciação e também o seu posterior. Diante da constatação desta relação básica, percebemos que os sentidos são construídos no dizer e não dizer no processo da enunciação.

O enunciado, segundo Bakhtin, é resultado do processo da interação entre os sujeitos e compreende a parte perceptível das palavras, constituída pelos fatores verbais, as marcas linguísticas; e a parte implícita, que ele chama de extraverbal, corresponde ao que não é verbo-visual, mas que complementa o sentido que se quer dar ao enunciado. Este universo extraverbal nada mais é do que o contexto espacial e temporal que forma o enunciado, além da relação com seu receptor, o conhecimento de mundo dos interlocutores e suas ideologias na situação comunicativa. Além disso, a entonação durante a enunciação também expressa um sentido que vai além do verbal. Este valor apreciativo é recorrente pois “sem acento apreciativo, não há

palavra” (BAKHTIN, 2011, p.123). O todo do enunciado é constituído de sua relação com o verbal e o extraverbal, como sugere Bakhtin (2011):

(...) a expressão do falante penetra através desses limites e se dissemina no discurso do outro, que podemos transmitir em tons irônicos, indignados, simpáticos, reverentes (essa expressão é transmitida com o auxílio de uma entonação expressiva – no discurso escrito é como se a adivinhássemos e a sentíssemos graças ao contexto que emoldura o discurso do outro – ou pela situação extraverbal – ela sugere a expressão correspondente (BAKHTIN, 2011, p. 299).

Sobre isso, Orlandi nos ajuda a refletir afirmando que o dizer tem relação com o não dizer e “o posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente)” (ORLANDI, 1999, p. 82). Neste percurso, entende-se que os sentidos podem ser lidos num texto através do que é dito e não dito, principalmente do que está implícito, mas que gera significado. Se temos a afirmação de “sou a favor”, é porque “não sou contra”; se “ não estou cansado” é porque “ estou disposto”, “se prefiro sol” logo “não prefiro a chuva”. Essas marcas estão no fio do discurso e presentes mesmo que não esteja de forma aparente em palavras. O sentido se constrói a partir, segundo Orlandi (1999, p. 34), do que “é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo”. Logo, o desafio para a compreensão do discurso é o de “escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária”, pois “(...) só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (ORLANDI, 1999, p. 34).

A importância de observar o não-dito⁵⁶ não se restringe a escavar o que está oculto como se houvesse uma verdade e um significado fixo por detrás. No texto, os elementos partem de uma interpretação do leitor (e as interpretações variam de leitor para leitor). O objetivo da investigação das marcas do não-dito é entender o simbólico estabelecendo uma relação do explícito com o implícito e seus sentidos. “Não é tudo que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa” (ORLANDI, 1999, p. 82). De tal modo, através das análises do discurso com os métodos já dispostos nos itens anteriores, estar atenta à construção de

⁵⁶ Orlandi (1999) ainda reflete uma outra forma de não-dito: o silêncio. De certo modo, o silêncio já é parte fundante do discurso, do que é enunciado, fazendo com que o dizer signifique. A esta característica, Orlandi nomeia de silêncio fundador. Para além deste, tem-se o silenciamento que pode ser observado através do silêncio constitutivo (quando uma palavra apaga outra palavra), e o silêncio local, que é a censura, o proibir dizer.

sentido das ausências. O que o jornalista deixou de dizer? E o que ele quis “dizer” em seu discurso através do “não-dizer”?

4.4 Corpus da pesquisa

Viemos introduzindo ao longo desta dissertação o objeto de pesquisa, situando o recorte temporal e temático. Trata-se de uma análise do discurso das reportagens veiculadas pelo site do The Intercept Brasil referentes à cobertura política do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que vai desde a votação da admissibilidade na Câmara dos Deputados até o seu afastamento definitivo da presidência, um período que compreende de 17 de abril a 31 de agosto de 2016. No total, são 14 reportagens ligadas ao tema.

Atenta à produção de sentido, propõe-se a partir das discussões entre Bakhtin, Authier-Revuz e Maingueneau descrever e analisar as características explícitas: título, as vozes do texto, através do DD e DI, o tema geral de cada reportagem, o contexto. Para analisar o objeto é fundamental recorrer sempre à teoria, descrevendo e interpretando os enunciados que levam a refletir sobre questões sociopolíticas e que descrevem as condições de existência daquele discurso (MARQUES, 2011).

Após a coleta do material dentro do período estabelecido, os critérios de escolha para definir o corpus foram os seguintes:

- 1) Gênero jornalístico de reportagem
- 2) A seleção das reportagens foi feita segundo a data de publicação delimitando entre o período de 17 de abril a 31 de agosto de 2016.
- 3) Reportagens que tratem especificamente sobre o processo de Impeachment.

Na primeira coleta, foram apuradas 27 reportagens, mas após a leitura de cada uma delas, apenas 14 contemplaram os três critérios fundamentais propostos. Deste conjunto foram eliminadas as reportagens que falavam sobre políticos e olimpíadas e sobre o ex-presidente Michel Temer e partidos políticos diversos, sem citar o processo de impeachment. Assim, após a seleção, em posse das 14 reportagens publicadas pelo The Intercept durante o período indicado e que tratam sobre o processo de afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, identificam-se em ordem cronológica de publicação os seus títulos. Cada reportagem está representada por uma letra (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M e N) para auxiliar a sua referência durante as análises feitas no capítulo seguinte:

Quadro 3 – Corpus da pesquisa

Data de publicação	Títulos das Reportagens
18/04/16	Reportagem A: Porque o Sem. Aloysio Nunes foi a Washington um dia depois da votação do impeachment?
11/05/16	Reportagem B: A democracia brasileira sofrerá um duro revés com a posse de um inelegível e corrupto neoliberal
23/05/16	Reportagem C: Novo abalo político no Brasil: é hora da mídia começar a dizer “Golpe”?
16/06/16	Reportagem D: Enquanto a corrupção assombra o Temer, caem as máscaras dos movimentos pró-impeachment
30/06/16	Reportagem E: Eventos importantes no Brasil expõem a fraude do impeachment de Dilma e a corrupção de Temer
20/07/16	Reportagem F: Folha comete fraude jornalística com pesquisa manipulada visando alavancar Temer
05/08/16	Reportagem G: Grande mídia promove candidatura de Temer ignorando sua inelegibilidade
07/08/16	Reportagem H: Jesus.com X Dilma na terra da lei de recúpero
09/08/16	Reportagem I: Bernie Sanders chama impeachment de antidemocrático enquanto Michel Temer perde força
24/08/16	Reportagem J: Impeachment é “ataque contra instituições democráticas”, declaram intelectuais internacionais
29/08/16	Reportagem K: Dilma falou para a história, mas a história a engoliu
29/08/16	Reportagem L: Os novos donos do trono no Reino da hipocrisia
29/08/16	Reportagem M: Vídeo: impeachment de Dilma caminha para o fim e ameaça democracia brasileira
31/08/16	Reportagem N : 10 momentos em que Dilma caiu lutando no senado

Fonte: elaboração da autora

4.4.1 Gênero reportagem e suas características

O corpus de análise, como já exposto, está inserido no gênero reportagem. Antes de falarmos as principais características presentes neste tipo de texto jornalístico, é necessário falar um pouco do que é um gênero à luz de Bakhtin. Não adiantamos sobre gêneros do discurso no item 4.2.1 por entender que o devido destaque para a temática caberia muito bem neste momento, oportunidade que poderemos caracterizar o gênero no qual as análises discursivas se debruçam.

Descrevemos na parte referente ao pensamento bakhtiano sobre a forma em que a língua se emprega no nosso cotidiano através dos enunciados (escritos ou orais), únicos à medida de sua enunciação. Esses enunciados refletem momentos e uma finalidade específica,

desenvolvendo, portanto, um estilo de linguagem através de uma seleção de recursos lexicais e gramaticais da língua (BAKHTIN, 2011). Tratando-se de uma definição, podemos dizer que gêneros “são enunciados relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2003, p.262) circunscritos dentro de um eixo-temático, um estilo⁵⁷ e uma construção composicional (FIORIN, 2008).

São relativamente estáveis porque mesmo organizados na tendência da circunscrição de um campo social podem sofrer alterações segundo a situação em que são empregados na comunicação. A questão do eixo-temático se refere à organização do conteúdo do conjunto de enunciados em determinado tema para assim constituir um gênero. O estilo, por sua vez, revela a individualidade de quem escreve ou fala o enunciado, porém nem todo discurso refletirá explicitamente esse estilo. No caso dos gêneros literários há um ambiente favorável para a apresentação desse estilo pelo autor, mas em gêneros mais padronizados, como os de ordem militar e documentos oficiais não apresentam condições favoráveis a apresentação de um estilo autoral (BAKHTIN, 2011). Por fim, a terceira característica leva em conta a construção composicional do texto ou fala, o seu modo de organizar o enunciado quanto a que partes os compõem e como eles se distribuem.

Isto posto, a formação de gêneros se justifica em razão da necessidade de organizarmos os enunciados no mundo. Maingueneau (2008) citando Bakhtin (1984), descreve a utilidade dos gêneros de discurso:

[...] Se os gêneros de discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível (BAKHTIN, 1984, p. 285 apud MAINGUENEAU, 2008, p. 63).

Existem infinitos gêneros do discurso porque são “inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana” (BAKHTIN, 2011, p. 262). Porém, Bakhtin dividiu os gêneros do discurso levando em consideração o uso da linguagem e sua variação de complexidade diante das condições do convívio cultural. São dois tipos mencionados pelo autor: os gêneros primários, caracterizados pela a comunicação cotidiana (exemplos como diálogos de salão de beleza, do círculo familiar, escolar etc) e os secundários, fruto da comunicação organizada de grupos artísticos, científicos e sociopolíticos (idem. p. 263). São exemplos de gêneros secundários as pesquisas científicas, produtos publicitários, romances, sendo este último o de maior dedicação nos estudos de Bakhtin. Mas Bakhtin não chega a introduzir mais

⁵⁷ “Estilo é, pois, uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado” (FIORIN, 2008 p. 62).

classificações de gênero, principalmente no que se refere à diferenciação clara dos gêneros de uma mesma esfera organizada, como é o caso do campo jornalístico (SEIXAS, 2009).

A notícia, a reportagem, a entrevista, editorial e artigo de opinião são exemplos de subgêneros inscritos no gênero jornalístico. Vamos nos limitar, porém, a elucidar a reportagem. Muniz e Ferrari (1986) definem a reportagem como uma narrativa inserida no jornalismo que conta com a presença dos personagens, de uma ação dramática e de descrições do ambiente, “separada entretanto da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa” (MUNIZ e FERRARI, 1986, p. 9). Outra autora, Conceição Kinderman (2005), realizou um levantamento bibliográfico para constituir uma síntese concetual de reportagem. Partiu da ideia da reportagem como uma notícia ampliada definida por Juarez Bahia (1990) e José Marques de Melo (1985) e na caracterização da reportagem como gênero autônomo de Lage (1979). A reportagem para a autora é, portanto, um texto que:

(a) provém de pauta planejada (mostrando um alvo que foi buscado fora da realidade imediata dos fatos em eclosão); b) envolve pesquisa em fontes e temas além dos limites imediatamente relacionados ao fato de notícia, sendo, em vários graus, mais atemporal; c) detém um estilo mais livre, rompendo a rigidez da técnica jornalística e podendo ser mais pessoal; e d) embora diferente da notícia, é um relato (KINDERMAN, 2005, p. 88).

A reportagem já se diferencia da notícia a partir da pauta (LAGE, 2003) pois exige uma pauta mais direcionada a aprofundar o tema. Uma vez delimitada a pauta, a imersão da reportagem exige uma pesquisa maior para dar conta do tema, com fontes e temas variados. De acordo com Lage (2003), a reportagem é um gênero menos rígido que a notícia, mas que apresenta mais profundidade de interpretação dos fatos. Essa menor rigidez se refere a questão estrutural. A notícia consiste em anunciar um fato, de forma mais breve e com uma organização estabelecida, principalmente no que se refere ao lead. O lead deve ser o primeiro parágrafo da notícia e é dele o papel de informar quem fez, o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê (idem. p. 27). A reportagem, por outro lado, pode iniciar com esse lead, mas não é obrigatório.

Mesmo não possuindo uma estrutura tão rígida quanto a notícia, a reportagem apresenta partes comuns, são elas citadas em Koche e Marinello (2012) :

- 1) Título: o papel do título é o de anunciar o tema da reportagem;
- 2) Subtítulo: é uma informação adicional, utilizada também para chamar interesse ao tema. Não é obrigatório, mas seu uso é bastante recorrente;
- 3) lead: como já mencionado, o lead consta geralmente no primeiro parágrafo e situa os acontecimentos mais importantes do que está sendo noticiado;

4) Corpo do texto: é o todo da reportagem. Aqui são narrados os fatos a respeito do assunto, aprofundando em aspectos específicos.

Tanto no formato impresso como na internet, a reportagem, assim como a notícia, acolhe o recurso da fotografia para complementar e comprovar o que está sendo dito no texto. No caso da TV, a reportagem é toda constituída da imagem em vídeo; no rádio, não há essa possibilidade de recurso imagético. Na reportagem impressa ou online, a fotografia participa da narrativa reportada, funcionando primordialmente como uma forma de credibilizar o que está sendo dito: “o leitor poderá duvidar da palavra, mas dificilmente questionará a ‘verdade’ de uma foto” (BRIL, 1987, p.111). Porém, a imagem também poderá assumir outras posturas segundo a intencionalidade do enunciador. No TIB, o recurso da imagem é utilizado em muitos casos também para ironizar personagens, como veremos no 5.2.1.

Como TIB é um coletivo com publicações localizadas na web, as possibilidades de recursos ainda aumentam. Além da imagem, o ambiente virtual permite reforços ao texto como infográficos, vídeos, áudios, hiperlinks. Além dos recursos audiovisuais, a experiência de leitura (não-linearidade), a instantaneidade, interatividade entre autor e leitor, e os custos mais acessíveis de produção e veiculação (PINHO, 2003) são características presentes na realidade online, este último sendo um ponto bastante relevante para que coletivos independentes se engajem na internet.

O recorte das 14 reportagens nos fez notar algumas características comuns da composição estrutural adotada pelo TIB em suas publicações. Começam sempre com uma imagem, ou no topo da página ou logo em seguida do título, por vezes sem legenda. Sem o uso de subtítulos, a reportagem logo se inicia. Ainda sobre imagens, durante o texto este recurso é bastante presente. Vídeos⁵⁸ também são utilizados nas reportagens, mas não sempre e quando aparecem estão dispostos ao longo da reportagem. As reportagens “B”, “G” e “M” apresentaram um vídeo complementar; o maior registro, no entanto, foi na reportagem “N” que trouxe um total de oito vídeos. Além disso, outra marca recorrente são pequenos trechos destacados durante o texto, chamados de “olho” no jargão jornalístico. O TIB frequentemente tem usado este recurso para destacar as falas em discurso direto de alguma fonte do texto.

Neste ponto gostaria de destacar a importância do discurso do outro (este que é o nosso maior foco) dentro dos gêneros jornalísticos, principalmente da reportagem. Para além destes “olhos”, em vários momentos das reportagens há a presença de outras vozes de um discurso alheio, sendo na linguagem jornalística tratada como “fontes”. As reportagens originam-se não

⁵⁸ Os vídeos não serão analisados neste trabalho pois nosso foco foi o material textual e as fotografias.

somente do conhecimento do jornalista, mas sim das informações frequentemente fornecidas por instituições e personagens que participam do fato noticiado e o testemunham (LAGE, 2001). Essas fontes são selecionadas e entrevistadas, seus depoimentos são coletados e inseridos no texto.

Nilson Lage (2001, p. 62-68) ainda descreve uma classificação para as fontes, como oficiais (instituições, órgãos autorizados), oficiosas (não estão autorizadas a falar em nome de organização), independentes (organizações não governamentais). Na perspectiva de envolvimento com o acontecimento, ele se refere a fontes primárias e secundárias. Ele aponta as fontes “primárias” e “secundárias” na perspectiva da sua relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. Nas análises, não iremos trabalhar com a classificação das fontes, estas foram citadas a fim de esclarecimento habitual. O foco das análises é a funcionalidade dos dizeres das fontes e a construção de sentidos dentro do texto.

5 O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PELO THE INTERCEPT BRASIL

- (1) Depois de aparecer contida em seu discurso, em que fez poucas menções ao golpe que ela e seus apoiadores **brandam** aos quatro ventos no dia a dia, Dilma perdeu o pudor de **afirmar** que o processo que enfrenta é um golpe parlamentar – na frente dos parlamentares. Certamente não conquistou simpatias. Mas **deixou seu recado**. Em resposta a Zezé Perrella, por exemplo, **disse**, repisando suas teses jurídicas: **“me julgar por um crime que eu não cometi, sendo eu presidente da República, implica necessariamente em me condenar num processo que tem todas as características de um golpe parlamentar no meu mandato”** (Trecho da reportagem “N”, grifos nossos).

Com um olhar atento ao referido trecho da última reportagem do nosso recorte, vamos começar a esclarecer os efeitos de sentido provocados no texto. Aí percebemos a presença evidente de duas vozes: a do enunciador (jornalista) e a de Dilma Rousseff. Num esforço pertinente, pensemos: Qual o contexto de fala deste fragmento? Este trecho trata da cobertura do discurso de defesa de Dilma durante a fase do processo a nível de Senado. Nele, Dilma declara sua inocência diante das acusações sobre os crimes de responsabilidade. Por que especificamente este “recorte” de sua fala? Este é o ponto inicial de nossas discussões.

5.1 O uso do discurso do outro

Para chegarmos ao objetivo de entender o percurso discursivo e as estratégias utilizadas pelo The Intercept Brasil na cobertura do impeachment é preciso percorrer os detalhes da enunciação. Na obra “Marxismo e Filosofia da linguagem”, Volóchinov (2017) faz uma observação relevante a respeito dos estudos a nível sintático da frase. A compreensão do sentido apenas ligado à sintaxe reduz o estudo às fronteiras gramaticais, sem exatamente chegar ao ponto de maior interesse: entender o funcionamento dialógico, os efeitos de sentido de um discurso situado em determinado contexto. Dessa maneira, “no âmbito das categorias gramaticais presentes na linguística moderna, o todo discursivo inapreensível nunca será compreendido” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 243).

A ideia original de Volóchinov é justamente a figura do “outro” que interage e permite que a enunciação seja construída. Ainda assim, o autor não desconsidera a importância da

análise sintática, identificando nela uma contribuição relevante para compreender “a língua e seu processo de evolução” (RAMOS, 2010, p. 2), pois ele classifica, dentre as análises morfológicas e fonéticas, a sintaxe como a que mais se aproxima da enunciação (condições reais de fala). Por isso, o estudo da sintaxe é viável à medida que dentro da teoria da enunciação possamos observar as suas relações dialógicas. Em razão disto, Volóchinov (2017) traça uma orientação que identifica a transmissão da palavra do outro e a importância do contexto em que está inserida: “Entre o discurso alheio e o contexto da sua transmissão existem relações complexas, tensas e dinâmicas, sem as quais é impossível compreender a forma de transmissão do discurso alheio” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 254-255). O discurso citado nunca é apenas uma transcrição ou repetição, mas a criação de um sentido sobre algo e este sentido é construído dentro de um enquadramento contextual:

A dinâmica da interação entre o discurso de outrem e o contexto no qual ele aparece, para compreender as posições dos sujeitos que podem ser aliados ideologicamente, adversários, portadores de verdade, de erro, etc. A análise da tensão entre contexto introdutor da citação e formas de representação de outro no discurso vai além de uma classificação com base em critérios tipográficos e linguísticos (CUNHA, 2002, p. 169, grifo da autora apud RAMOS, 2010, p. 3).

No gênero jornalístico da reportagem, o jornalista expõe os fatos de interesse social e distribui as vozes citadas durante o texto, participando de forma a concordar ou discordar. Essas vozes fornecem uma determinada opinião (ou o recorte dela), portanto, marcando o discurso sempre com a expressão de diferentes sujeitos. “Essas posições discursivas entrelaçadas, entre o autor e as outras vozes, é a manifestação das relações dialógicas entre enunciados” (GUBERT, 2015, p. 248). Compreendamos, então, as relações de sentidos na demarcação do discurso do outro a partir dos formatos percebidos dentro das reportagens: o discurso direto (DD) e indireto (DI) em suas diferentes apresentações e propósitos.

5.1.1 Discurso direto nas reportagens analisadas

Esta é a primeira forma de discurso do outro citada pelos três autores que nos embasamos: Volóchinov (2017), Maingueneau (2008) e Authier-Revuz (2004), além de ser a forma de discurso do outro mais utilizada no gênero da reportagem. Trata-se da referência direta a fala de um outro (discurso citado) de forma marcada na heterogeneidade mostrada

(AUTHIER-REVUZ, 2004). Segundo Maingueneau (2008), a estratégia do uso do discurso direto (DD) é um modo de apresentar de forma dissociada o discurso citante e o discurso citado. Deve-se ter em mente que “por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento do texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (MAINGUENEAU, 2008, p. 141).

O uso do DD, dependendo da maneira como for enunciado, gera efeitos de sentidos ao discurso proferido. Pode ser utilizado como estratégia para criar o efeito de autenticidade, indicando que a sua fonte proferiu aquelas palavras e que está integralmente posta no texto; pode-se apresentar no objetivo de se distanciar, por não concordar, ou o contrário, demonstrando sua “adesão respeitosa ao dito” (MAINGUENEAU, 2008, p. 142); e, por fim, mostrar-se objetivo, dando um tom de seriedade ao que está sendo enunciado. Vamos perceber algumas destas características nas reportagens coletadas do The Intercept Brasil. Ao detalhar a presença destes discursos, será possível identificar a condução discursiva definida pelo coletivo, como concorda ou discorda dos enunciados que citam. Vejamos, então, como se apresentam nos trechos a seguir:

- (2) Sanders explicou sua posição em uma nota publicada em sua página no site do Senado americano “fazendo um apelo para que Estados Unidos tomem uma posição definitiva contra os esforços pela remoção da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de seu cargo”. Ele acrescentou: **“Para muitos brasileiros e observadores, o controverso processo de impeachment se assemelha a um golpe de estado”** (Trecho da Reportagem I, grifos nossos).
- (3) **“O impeachment da presidente Dilma Rousseff seria um ataque contra as instituições democráticas”**, alertaram 22 artistas e intelectuais internacionais que assinaram uma carta endereçada aos senadores brasileiros (Trecho da Reportagem “J”, grifos nossos).

Nas reportagens em destaque temos casos do uso do discurso citado de forma direta, caracterizado por apresentar evidências de que há um discurso do outro citado no corpo da enunciação delimitando quem reporta este discurso. Na materialidade textual, para citar o discurso do outro, frequentemente fazemos usos de recursos tipográficos para introduzi-lo: o sinal das aspas (“ ”), dois pontos ou o itálico. A estratégia mais frequentemente percebida através da leitura das reportagens do The Intercept (e em textos de notícias em geral) é uso das aspas acompanhada com verbos declarativos que indicam uma nova enunciação (nos dois primeiros exemplos, os verbos utilizado foram: explicar, acrescentar e alertar, nesta ordem), seja no início ou no final da oração.

Vamos, então, olhar para além do uso destes recursos do DD. A reportagem “I” traz em seu contexto o pronunciamento do senador americano Bernie Sanders contra o processo de impeachment. O senador publicou uma nota em sua página virtual do senado de onde foram retiradas as enunciações em destaque apontadas na reportagem do The Intercept Brasil. Com o relato de Sanders, o jornalista (pode-se dizer narrador da reportagem) demarca nitidamente a voz do político americano, criando um efeito de sentido de verdade (FIORIN, 2008). Esta tendência de uso do discurso do outro, segundo Volóchinov (2017), visa a conservação de sua integridade e autenticidade. Por isso, delimita o discurso e o apresenta em fronteiras bem colocadas pela pontuação. Maingueneau concorda com esse apontamento e descreve que o uso do DD “trata-se apenas de uma encenação visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador” (MAINGUENEAU, 2008, p. 141).

Já a reportagem “J” aponta para uma observação curiosa. Este fragmento mencionado é a primeira oração do primeiro parágrafo (lead). Vamos observar o título desta mesma reportagem:

(4) Impeachment é “ataque contra instituições democráticas”, **declaram** intelectuais internacionais (Título da Reportagem “J”, grifo nosso).

O título e o lead da reportagem trazem orações bastante semelhantes, mas há uma modificação considerável: os verbos alertar e declarar. Este é um aspecto importante de ser revisado porque “quando uma palavra é escolhida em detrimento de outra, para expressar quase a mesma coisa ou para denotar o mesmo referente, o escritor está indicando suas opiniões, posições políticas ou sociais e não apenas sumarizando o evento” (TRAVASSOS, 2003, p. 66). No título, “declarar” é um verbo de enunciação cujo sentido diz respeito a expor algo, afirmar; já “alertar” é um verbo sugestivo a interpretação de que está ali para avisar sobre algo de errado que poderá acontecer, sendo, portanto, necessário estar em “estado de alerta”. Supomos que pela demarcação das aspas no título e no trecho, o discurso proferido pelos intelectuais é exatamente este (ou pensa-se ser): “um ataque contra as instituições democráticas”. No texto apresentado, apreendemos que os artistas internacionais disseram esta frase, mas o caráter com que dizem é posto pelo enunciador: é o “como se diz”. Numa possível compreensão, o jornalista preferiu utilizar o verbo alertar no lead com o provável efeito de sentido de vigilância para expressar a necessidade de uma atenção maior às consequências do impeachment.

O uso do DD também pode assumir uma relação de distanciamento com discurso que está sendo citado, atribuindo a responsabilidade ao outro que o profere. Temos exemplo deste caso em:

- (5) Quando discutia a conspiração para remover Dilma como um meio de finalizar a Lava Jato, Jucá **disse** que as forças armadas do Brasil apoiam a conspiração: **“Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir”** (Reportagem “C”, grifo nosso).

A reportagem “C” trata de uma denúncia a respeito de conversas entre Romero Jucá, ex-ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, no Governo Temer, e o antigo executivo de petróleo, Sergio Machado. As transcrições dos áudios divulgados por Machado originalmente foram publicadas pelo Jornal Folha de S. Paulo no dia 22 de maio de 2016, mas os áudios já haviam sido gravados em março do mesmo ano, pouco menos de um mês antes da votação do impeachment na Câmara. As conversas revelaram indícios de acordos entre instituições para que Dilma fosse removida da presidência e Michel Temer assumisse o cargo, assim garantindo a descontinuidade da Lava Jato, operação em que Jucá e Machado estão sendo investigados. O TIB trouxe, então, o recorte de falas de Jucá nestas gravações, introduzindo o trecho com o verbo “disse”, propondo que a fala é de responsabilidade de Jucá. Porém, antes explica brevemente o tema do trecho citado com marcas opinativas ao chamar o possível acordo entre os que seriam inimigos políticos de Dilma e as Forças Armadas do Brasil de “conspiração”. “Conspiração” é uma palavra que possui significado negativo, indicando um plano preparado para prejudicar alguém. Nesta caso, fica claro a ligação feita pelo TIB de referir os protagonistas desta trama conspiratória, Romero Jucá e seus aliados, e como vítima, a presidente destituída de seu cargo, Dilma Rousseff.

Na reportagem “H”, o TIB volta a citar o caso das conversas entre Jucá e Machado quase três meses depois. Desta vez destacou outro trecho da fala do ex-ministro:

- (6) Vejam só! O homem de Cunha retornou em grande estilo para o Governo! Dessa vez, por indicação do Romero Jucá, autor da célebre frase sobre a Lava Jato: **“Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria”** (Trecho da reportagem “H”, grifo nosso).

A reportagem “H” foi escrita no contexto da nomeação de Luiz Henrique Hamann como diretor de distribuição da Eletrobrás. Humann foi afastado por Dilma no ano de 2011 por suspeita de corrupção quando estava na diretoria financeira de Furnas. Na época, Dilma demitiu além de Hamann, Henrique Alves e Valdir Raupp, todos ligados ao PMDB e próximos a

Eduardo Cunha. Segundo a reportagem, Romero Jucá, mesmo já afastado de suas funções como ministro, indicou Hamann para o cargo da Eletrobrás durante o Governo de Temer. Podemos citar algumas questões interessantes neste trecho pois também existem marcas opinativas claras do TIB. Primeiro, o enunciador chama a atenção do co-enunciador (leitor) com o “Veja só!”, indicando o próximo enunciado que consta, inclusive, com o recurso da ironia quando enuncia “o homem de Cunha” para se referir depreciativamente a Hamann, afirmando que ele “retornou em grande estilo”, com o novo cargo dentro da principal empresa de energia do Brasil. Após isso, aponta para o trecho que citará, qualificando-o como uma “célebre frase”, dando a entender, de forma pejorativa, que essa é a frase mais conhecida de Jucá sobre a Lava Jato. Considerando o trecho citado da fala de Jucá, temos uma declaração onde o ex-ministro “fala” (assim se pensa ser) contundentemente que é preciso resolver “essa porra”, utilizando de uma linguagem de baixo calão para se referir a Operação Lava Jato, concluindo com “Tem que mudar de governo” propondo a retirada da presidente Dilma, para “estancar a sangria”, ou seja, evitar as denúncias e investigações que estavam sendo feitas contra integrantes do seu partido, o PMDB. A escolha por esse discurso citado gera um efeito de desprestígio à figura de Romero Jucá pois revela, através desses termos que destacamos, a postura dele contra Dilma, já indicada na reportagem “C” (trecho 5) e confirmada no trecho 6.

Em contraponto ao uso do distanciamento para não concordar, o uso do discurso do outro pode ser apropriado para expressar o sentido de confirmação ao discurso do enunciador. De forma bastante contundente, o The Intercept demonstrou estar insatisfeito com a cobertura do impeachment feita pela mídia hegemônica e utilizou o discurso da Organização Repórteres Sem Fronteiras para ratificar sua opinião em relação aos veículos de mídia no Brasil:

- (7) Para além da óbvia importância global deste assunto, a razão pela qual eu dediquei tanto tempo e energia escrevendo sobre estes eventos é porque tem sido espantoso – e irritante - assistir ao desenrolar dos acontecimentos, particularmente a forma pela qual os meios de comunicação, dominados por um pequeno grupo de famílias muito ricas, sufocam qualquer pluralidade de opinião. Ao invés disso, **como disseram** os Repórteres Sem Fronteiras neste mês: “**De maneira pouco velada, os principais meios de comunicação do país incitaram o público a auxiliar na derrubada da Presidente Dilma Rousseff. Os jornalistas que trabalham para estes grupos estão claramente sob influência dos interesses privados e partidários, e esses conflitos permanentes de interesses estão em óbvio detrimento da qualidade de suas reportagens**” (Trecho da Reportagem “B”, grifos nossos).

Incontestavelmente, vemos que o jornalista se posiciona neste excerto. Ele se utiliza da primeira pessoa, um “eu” de identificação para expressar o incômodo pessoal. O enunciador utiliza do discurso direto de uma publicação do Repórteres Sem Fronteiras para confirmar a sua afirmação anterior e aderir de forma respeitosa ao que considera verídico: que os grandes meios da comunicação brasileira pertencem a grupos específicos de famílias e partidos políticos e que diante dos interesses privados desses grupos houve uma inclinação para auxiliar a conclusão do impeachment através da manipulação da opinião pública. O “eu” enunciador está tão presente que deixa para o co-enunciador pistas de como tem se sentido a respeito do tema: “espantoso” e “irritante”.

Vejamos outros exemplos:

- (8) **Como colocou** a Associated Press: **“Auditores independentes contratados pelo Senado brasileiro disseram em relatório divulgado na terça-feira que a presidente suspensa Dilma Rousseff não agiu na modificação da contabilidade de que foi acusada no julgamento de seu impeachment”**. Em outras palavras, os próprios técnicos do Senado esvaziaram o primeiro argumento na defesa de que o impeachment era outra coisa que não um golpe (Trecho da Reportagem “E” grifos nossos).
- (9) Mas esse sempre foi o aspecto mais absurdo desse processo antidemocrático. **Conforme escreveu** ontem Franklin Foer na Slate em um longo artigo sobre o Brasil: **“O impeachment de Dilma foi uma farsa, tão somente porque os que a acusaram se beneficiaram de um incentivo em uma escala inimaginável, criando um espetáculo capaz de desviar as atenções de seus próprios delitos”** (Trecho da Reportagem “I”, grifos nossos).

No trecho (8), o enunciador concorda com discurso publicado pela Associated Press sobre o relatório solicitado pelo Senado, o qual divulgou a conclusão de que não há indícios de ação direta ou indireta de Dilma nas manobras orçamentárias (pedaladas fiscais). Um detalhe importante: A Associated Press é uma agência de notícias que não produziu o relatório, mas o citou, dando a responsabilidade do que é dito aos auditores independentes que produziram o documento. Ou seja, é a apresentação de um discurso do outro feito antes pela Associated Press e, posteriormente, citado pelo TIB. Há pelo TIB uma citação DD sobre a Associated Press, a qual em seu interior cita em DI os auditores. Ao final do fragmento, após a referência ao discurso da Associated Press, o jornalista traz uma explicação sobre a citação. Nesse esclarecimento há uma descaracterização do processo de impeachment como um aparato legal, caracterizando-o, logo, como um “golpe”. Sentido este que corrobora com o trecho citado do

relatório, onde a Associated Press classifica o impedimento como uma farsa, justificado a partir da afirmação de que não houve provas de crime de responsabilidade, principal acusação a que Dilma respondia e que a fez, tempos depois, perder o cargo de presidente.

No fragmento (9), o enunciador prossegue na construção de sentido de desqualificação do processo de impeachment contra Dilma, definindo-o, neste momento, como antidemocrático. Para atestar isso, cita uma parte do escrito de Franklin Foer, famoso escritor norte-americano, que relaciona o impeachment a uma farsa, a um espetáculo criado para beneficiar os inimigos políticos, uma vez que desviaria a atenção das investigações de seus crimes para o impedimento. Nestes três exemplos (7, 8 e 9), o TIB usa de um recurso da sintaxe da língua para expressar a ideia de concordância entre o discurso citado e o enunciador que o utiliza, feito através das conjunções conformativas “como” e “conforme”, respectivamente.

Diante dos apontamentos a respeito do discurso do outro, voltemos ao exemplo que abre este capítulo. Antes da citação direta aspeada, o enunciador introduz um “enredo” dando um tom de narração do que ocorreu na sessão do senado. O jornalista (podemos até dizer um “narrador observador”) nos diz como Dilma pareceu: contida (do contrário estaria descontrolada pela situação que passou); nos revelou que ela e seus apoiadores “bradam”, ou seja, gritam sobre o que eles chamam de “golpe”, mas Dilma teria certo receio de declarar este termo em meio aos parlamentares. Contudo, narrando uma atitude libertadora da ex-presidente, o enunciador nos revela que ela “perdeu o pudor”, aludindo que não teria mais receio de se referir ao impeachment como um “golpe”.

A preferência pelo uso da expressão “perdeu o pudor” ao invés de “não teve vergonha” ou até mesmo de suprimir estas palavras e somente introduzir o DD com um verbo como “disse” ou “afirmou”, revela o possível sentido: tornar evidente que Dilma antes teria medo, mas corajosamente se pronunciou desta forma, denunciando que passaria por um golpe. A parte que antecede o DD também enuncia o que Dilma teria dito, porém sem a identificação de que era transcrição exata de suas palavras, mas representando o conteúdo de seu pensamento (MAINGUENEAU, 2008).

Vamos, então, observar outros momentos em que o TIB traz o discurso direto da ex-presidente. O TIB voltou a fazer referência ao discurso de Dilma na reportagem “K” (trecho 10) e só retoma de maneira intensa na reportagem “N”, a última do nosso recorte. Vejamos todas as ocasiões em que foram registradas o uso do discurso direto de Dilma Rousseff:

- (10) Hoje, em seu discurso, em um dos momentos mais fortes de um texto que, em sua parte, repetiu ideias já declaradas em entrevistas, ela fez

referência justamente a essa cláusula pétrea do jogo político do país, incapaz de ser alterada por qualquer reforma política - até porque quem faz a reforma são os que jogam e crescem com essas regras. **Disse a presidente aos seus julgadores no Senado: “Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade, com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente. Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito não tem respeitabilidade para governar o país”** (Trecho de Reportagem “K”, grifo nosso).

- (11) Ainda na resposta ao líder do PSDB, Cassio Cunha Lima, Dilma **fez piada** com seu gosto pelas planilhas: **“Se vamos começar a mostrar tabelas, eu também mostro. Não gosto de fazer isso porque sempre me acusaram de gostar de power point”**. (Trecho da reportagem “N”, grifo nosso).
- (12) Em resposta a Cristóvam Buarque (PPS-DF), que perguntou sobre as qualidades que Dilma havia visto em Temer para escolhê-lo para ser seu vice em duas eleições, a presidente respondeu, com direito a menção a gravações da Operação Lava Jato: **“O deputado Federal Michel Temer foi escolhido para ser meu vice-presidente porque supúnhamos que ele era integrante desse centro democrático, progressista, transformador. Por isso, ele foi convidado. Nós acreditávamos que ele representava o que havia de melhor do PMDB. Senhor senador, eu não sei dizer quando isso começou a mudar, mas o certo é que começou a mudar quando, ao ser gravado o senador Jucá disse que ‘Michel é Cunha’. Ele queria dizer o que? Michel Temer integra o grupo do deputado Eduardo Cunha”** (Trecho da Reportagem “N”, grifo nosso).
- (13) A resposta de Dilma foi uma das quais ela mais mostrou irritação: **“Senhor senador José Aníbal, a quem eu conheço a 50 anos. Sei perfeitamente da forma pela qual o senhor se conduz. Espero que o senhor tenha em relação a esse processo uma posição de imparcialidade e que o senhor não me condene antes da hora. Acho que é uma falha profunda no devido processo legal, e eu nunca soube que isso era possível, um julgador, na hora em que uma testemunha está depondo, externe o seu julgamento. Lamento, senador Zé Anibal, que o senhor não cumpra os mínimos princípios do devido processo legal, que me assegura amplo direito de defesa. E fico estarecida por isso partir do senhor, que me conhece há muitos anos”** (Trecho da reportagem N, grifo nosso).
- (14) Ao comentar as acusações de que seu governo produziu indicadores terríveis, o que também é verdade, Dilma lembrou ao tucano que foi alvo de forte boicote político. **“Não acho de maneira alguma que a situação que eu enfrentei, a situação que qualquer presidente da República enfrentará, diante de crises que são cíclicas, no mundo atual, em relação à economia internacional – e não só ao Brasil –, que essas flutuações cíclicas podem ser encaradas sem uma cooperação entre os diferentes órgãos do poder. Não podem, senador.”** (Trecho da reportagem N, grifo nosso).

O fragmento da reportagem “K” aqui destacado e toda a sequência de fragmentos da reportagem “N” (11, 12, 13 e 14) estão relacionados ao discurso de Dilma no Senado, assim como o trecho que abre este capítulo (este é o último que aparece na reportagem “N”). No exemplo (10), o enunciador narra o contexto e a forma como foi proferido o discurso que pertence a Dilma. O recorte da “fala” utilizado pelo coletivo expõe uma afirmação feita por ela sobre não ter cometido crime quando garante não ter se “acumpliciado com a improbidade” e nem se associado ao que “há de pior da política brasileira”. O enunciador nos situa que o cenário político brasileiro, ao contrário, é permeado de desonestidade e corrupção como uma condição que ele chama de “cláusula pétrea do jogo político do Brasil”. “Cláusula pétrea” é um termo jurídico utilizado para designar um dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo com Emenda Constitucional. Ao associar este termo ao “jogo político do Brasil” nos leva a entender que a corrupção dificilmente será resolvida no país, justificada através da postura dos políticos brasileiros: “até porque quem faz a reforma são os que jogam e crescem com essas regras”, aludindo ao sistema que conta com corruptos que se relacionam entre si e mantêm esse esquema vivo.

No trecho (11), o enunciador também nos dá um sinal da enunciação de Dilma, declarando que ela foi irônica (fez piada) com a próxima fala :“Se vamos começar a mostrar tabelas, eu também mostro. Não gosto de fazer isso porque sempre me acusaram de gostar de power point”. A ironia na fala de Dilma se refere às críticas recebidas contra sua forma de discursar enquanto presidente, julgando-a com pouca expressividade e refém de planilhas e discursos prontos. Em outro momento, Dilma é questionada sobre a escolha de Michel Temer para vice. Essa pergunta irônica sobre Temer, um dos protagonistas no impeachment, propunha que Dilma respondesse acerca das qualidades de seu ex-vice . Na fala de Dilma, ela deixa claro que, no momento da escolha, acreditava-se que Michel Temer era progressista e democrático e que isso havia mudado com o tempo. O momento que ela citou para exemplificar a mudança de Temer foi quando Romero Jucá, na ocasião dos áudios vazados, diz que “Michel é Cunha”, sinalizando que a aliança de Temer não era mais com Dilma e o PT, mas sim com Cunha e o PMDB.

Prosseguindo, Dilma foi confrontada pelo seu antigo aliado, José Aníbal (PSDB-SP), militante na ditadura militar junto com a ex-presidente e que, no momento do Senado, insinuou a queda do presidência de Dilma ao dizer que este governo “já não existe mais”. Dilma, como nos descreve o enunciador, esteve irritada com esta declaração e respondeu o que está posto em destaque no trecho (13). Dilma Rousseff pediu imparcialidade e o não julgamento prévio

já que o processo ainda não havia sido concluído. Ela acusa Aníbal de não cumprir “os mínimos princípios do devido processo legal, que me assegura amplo direito de defesa”.

No último trecho (14), o jornalista reporta o momento de fala de Dilma a Aécio Neves (a quem o enunciador se refere como “o tucano”⁵⁹), que a acusava de vivenciar uma crise sem soluções. O enunciador (jornalista) comenta em meio à sua descrição do acontecimento, dizendo que também concorda com os “indicadores terríveis” vivenciados no governo Dilma, mas sem criminalizar a ex-presidente. Logo após, ele traz justificativa da crise econômica na própria fala de Dilma, que discorre sobre a falta de apoio que recebeu para enfrentar as dificuldades do governo. Para ela, crises atingem qualquer país e são cíclicas, ou seja, podem ir e voltar, porém, precisam ser enfrentadas em parceria com os diferentes órgãos do poder. A ausência de apoio deixou a ex-presidente numa situação vulnerável, sendo reprimida e levada até as últimas consequências do processo de impeachment.

5.1.2 Discurso indireto: a forma emancipada do uso do discurso do outro

Além da presença de DD, no exemplo que abre este capítulo temos o clássico uso do discurso indireto (DI) no seguinte fragmento: “Dilma perdeu o pudor de afirmar que o processo que enfrenta é um golpe parlamentar – na frente dos parlamentares”. O verbo “afirmar” nos indica que há um discurso relatado. Se modificássemos esta mesma oração retirando o verbo, certamente não teríamos o discurso do outro sendo apontado, dessa forma: “Dilma perdeu o pudor ao saber que o processo que enfrenta é um golpe parlamentar”. O sentido muda e a intenção também. O uso do verbo, assim como no discurso direto, é significativo porque dá um direcionamento sobre o discurso citado.

Outros exemplos apresentam-nos o uso do discurso indireto:

- (15) A presidente Rousseff e seus apoiadores chamam explicitamente **de golpe a tentativa de removê-la** (Trecho da Reportagem “A”, grifos nossos).
- (16) A manchete principal impressa pela Folha, que rapidamente se alastrou pelo país como era de se esperar, dizia **que metade do país deseja que Temer permaneça como presidente até o fim do mandato que seria de Dilma no final de 2018** (Trecho da Reportagem “G”, grifos nossos).

⁵⁹ O PSDB possui como símbolo um tucano nas cores azul e amarela e, por essa razão, seus membros são chamados ocasionalmente de tucanos.

A enunciação de que Dilma e seus apoiadores chamam o impeachment de golpe não ganha a mesma entonação no discurso indireto. Não é o mesmo que dizer “Dilma e seus apoiadores declaram: é golpe”. O mesma lógica se aplica no exemplo 16, retirado da reportagem “G”. As peculiaridades de construção e entonação do enunciado, seja de forma interrogativa, exclamativa ou imperativa não se conservam no DI (VOLÓCHINOV, 2017). Dessa maneira, Maingueneau nos auxilia a concluir que “No DI *há apenas uma situação de enunciação*; as pessoas e os dêiticos espaço-temporais do discurso citado são identificados, com efeito, em relação à situação de enunciação do discurso *citante*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 150, grifos do autor).

O DI é uma transposição analítica do enunciador sobre o discurso citado. “O discurso indireto “ouve” diferentemente o enunciado alheio, percebendo-o ativamente e atualizando, na sua transmissão, outros aspectos e tons em comparação com os demais modelos” (VOLOCHINOV, 2017, p. 270). Se analisarmos mais de perto, os dois fragmentos propõem uma composição objetiva exata, portanto seria a proposição do que disse(zem) o (s) falante(s). Volóchinov (2017) nomeia de “discurso indireto analisador de conteúdo”, como uma nomenclatura para determinar que o discurso, prendendo-se ao tema das declarações, abre a possibilidade de compreensão de que o discurso citado de forma indireta seria uma réplica em forma linear do discurso do outro.

No fragmento (17), logo abaixo, vemos mais uma vez o uso de DI. “Os meios de mídia internacionais e as pesquisas” constituem um “eles”, tratando-se de um enunciador genérico (MAINGUENEAU, 2008) pois representa um conjunto. A fonte da fala citada não é um indivíduo como nos exemplos anteriores, mas uma classe de locutores. É provável que não se trate exatamente do discurso preciso destas pesquisas, mas de uma reformulação que mantém o sentido geral. O trecho ainda revela um posicionamento do enunciador: “(...) em outras palavras, as mesmas pessoas que sempre odiaram e votaram contra o PT”, tratando de ressignificar o discurso citado anterior através de uma interferência pessoal, referenciando a população branca e rica como aquela que não vota no PT:

- (17) **Como reportado** pelos meios de mídia internacionais, **pesquisas mostraram** que os manifestantes não eram representativos da sociedade brasileira mas, ao invés disso, eram desproporcionalmente brancos e ricos: **em outras palavras, as mesmas pessoas que sempre odiaram e votaram contra o PT** (Trecho da Reportagem “E”, grifos nossos).

- (18) João Roberto Marinho, herdeiro do O Globo, defendeu no The Guardian a legalidade do impeachment e ainda afirmou que a sua lojinha fez uma cobertura imparcial de todo o processo. Sim, ele teve essa audácia (Trecho da Reportagem “I”).

No caso (18) vemos mais um caso de DI, mas com uma interferência irônica percebida ao reportar que o dono do jornal “O Globo”, João Roberto Marinho, esteve a favor do impeachment e que ele realmente teria dito que a cobertura feita por sua empresa foi imparcial. Observemos a segunda oração: “ainda afirmou que a sua lojinha fez uma cobertura imparcial de todo o processo (...)”. Neste caso específico, quem assume o enunciado? Será que João Roberto teria se referido a sua empresa como uma “lojinha”? Apesar do texto apontar que a fala seria do empresário, não corresponde como tal porque é alterada de forma irônica por quem o enuncia. De certo, esta enunciação da enunciação tem alterações nítidas: o enunciador (que é quem escreve o texto) aponta como uma fala do João Roberto Marinho, mas modifica esta compreensão quando se apropria deste discurso e o altera. Na enunciação citada, o jornalista escreve “lojinha” para se referir com ironia à empresa de comunicação “O Globo” e ratifica seu posicionamento contrário à empresa e a figura de João Roberto Marinho concluindo o parágrafo com a afirmação: “sim, ele teve essa audácia”.

Vamos, então, perceber também formas híbridas do uso do discurso indireto. Observemos em:

- (19) O pretenso presidente enviou Nunes para Washington, **segundo** a Folha, para lançar “uma contraofensiva de relações públicas” e combater o aumento do sentimento anti-impeachment ao redor do mundo, o qual Temer **afirma** estar “desmoralizando as instituições brasileiras” (Trecho da reportagem “A”, grifos nossos).

Na reportagem “A”, o jornalista introduz o DI utilizando o que Maingueneau (2008) chama de “grupos preposicionais”, cujo uso não indica neutralidade, mas trazem um enfoque subjetivo. O enunciador citante utilizou o termo “segundo a Folha” para apresentar considerações que o Jornal “Folha de S. Paulo” publicou a respeito da ida do Senador brasileiro Aloysio Nunes para Washington, um dia após a votação do impeachment pela Câmara de Deputados. Incorporou o discurso do outro e apresentou ainda uma afirmação de Michel Temer também referida por aspas. Porém, o discurso de Temer foi citado antes pela Folha e o The Intercept o recorta e estabelece uma nova relação ao utilizar esta fala. Identificamos como uma objetiva decisão de dar responsabilidade ao discurso citante, principalmente porque o The Intercept Brasil já demonstrou não concordar com o jornal paulista na reportagem “H”, onde

identificou que a Folha produzia um discurso a favor da elegibilidade de Temer antes do processo de impeachment ter sido concluído. Porém, logo no começo do trecho, o enunciador se posiciona ao caracterizar que o “pretense presidente” teria enviado Nunes aos Estados Unidos. Momentos depois na reportagem, o enunciador deixa claro que este “pretense presidente” se trata de Michel Temer: “A viagem de Nunes a Washington foi divulgada como ordem do próprio Temer, que está agindo como se já governasse o Brasil” (Trecho da reportagem “A”). O adjetivo pretense significa “aquele ou aquilo que supõe ser o que de fato não é”⁶⁰, que podemos relacionar ao fato de que o enunciador trata Temer, naquele momento, como aquele que deseja ser Presidente, mas ainda não o é.

Na abordagem sintática, o modo como enunciador citante trouxe o discurso citado consiste numa recorrência híbrida chamada de “ilha textual”. Authier-Revuz (2004) descreve a ilha como um tipo de representação do discurso de um discurso-outro o qual a imprensa faz uso constante. A autora ainda cita Volóchinov (1929) que caracteriza este caso como “variante analítico-verbal” do discurso indireto, “integrando à construção indireta as palavras e as construções do discurso de outrem” (AUTHIER REVUZ, 2004, p. 194) através do uso das aspas. Segundo o próprio Volóchinov nos adiantou em MFL (2017), a variante analítico-verbal:

(...) introduz, na construção indireta, palavras e modos de dizer do discurso alheio que caracterizam a fisionomia subjetiva e estilística do enunciado alheio enquanto expressão. Essas palavras e modos de dizer são introduzidos de forma que o seu caráter específico, subjetivo e típico seja percebido com clareza, sendo que o mais comum é que eles sejam colocados entre aspas (VOLÓCHINOV, 2017, p. 273)

Na ilha textual, a citação do discurso indireto aparece isolado entre aspas ao mesmo tempo que o enunciador citante “menciona, emprega, cita” (MAINGUENEAU, 2008, p. 151). Mesmo que seja constituído como um discurso indireto, este conta com palavras atribuídas ao discurso citado. Volóchinov (2017) descreve como sendo o caso em que “o discurso direto é preparado pelo indireto, como que surgindo imediatamente dele” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 275) ressaltando ainda que essa forma de trazer o discurso indireto “cria efeitos totalmente originais e pitorescos na transmissão do discurso alheio” (ibidem.). No exemplo 19, esse uso acontece com as duas citações em negrito. O enunciador inicia a citação como se fosse utilizar o discurso indireto comum, utilizando os recursos introdutórios: “segundo a Folha” e o verbo “afirmar”.

Temos outros exemplos de ilhas textuais nos casos seguintes:

⁶⁰Definição encontrada no Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pretense/>>.

- (20) Até mesmo a revista *The Economist*, que há tempo tem desprezado o PT e seus programas de combate à pobreza e recomendou a renúncia de Dilma, argumentou que “na falta da prova de um crime , o impeachment é injustificado” e “parece apenas um pretexto para expulsar um presidente impopular” (Trecho da reportagem “A”).
- (21) Mas nesta semana, enquanto o Senado conduz o julgamento do impeachment, esta acusação foi suprimida: o relatório de peritos do Senado concluiu que “não há indício de ação direta ou indireta de Dilma” em nenhuma destas manobras orçamentárias (Trecho da reportagem “E”).

No exemplo 20, o enunciador citante utiliza, no fio de sua enunciação, o recurso da ilha textual para trazer e refutar sua constatação de que a Revista *The Economist*, historicamente conhecida por não ser favorável ao PT (constatação apoiada nas pistas deixadas pelo enunciador quando ele diz que o *The Economist* “tem desprezado o PT” e “recomendou a renúncia de Dilma”), havia caracterizado o impeachment como infundado. Da mesma forma o exemplo 21, usando a ilha textual para reforçar sua enunciação sobre o relatório solicitado pelo Senado com a informação entre aspas esclarecendo a comprovação da ex-presidente não ter cometido o crime de pedais fiscais.

Vejamos em outro fragmento um atributo mais específico do recurso da ilha textual:

- (22) No fim de abril, **a Organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) publicou** seu ranking anual de liberdade de imprensa e o Brasil caiu para a 104ª posição, em parte devido à “propriedade dos meios de comunicação continuar concentrada nas mãos de famílias dominantes vinculadas à classe política”. Mais especificamente, o grupo observou que “ de forma pouco velada, a mídia nacional dominante encorajou o povo a ajudar a derrubar a Presidente Dilma Rousseff” e “ os jornalistas que trabalham nesses grupos midiáticos estão evidentemente sujeitos à influência de interesses privados e partidários, e esses conflitos de interesse permanentes são obviamente prejudiciais à qualidade do jornalismo produzido” (Trecho da Reportagem “G”, grifos nossos).

Maingueneau (2008) estabelece também uma outra categorização para esse tipo de ocorrência que ele chama de “resumo com citações”, marcada por uma síntese que reúne fragmentos de um discurso do outro reconhecido através do uso de aspas e, por vezes, de itálicos para demarcar as falas. Indica-se apenas no início que o discurso é de outro e eventualmente no final. Os fragmentos aspeados representam o discurso da “Organização Repórteres Sem Fronteiras” com trechos que, para o jornalista, tem o papel de resumir o sentido completo do documento que foi publicado, mas atendendo às expectativas do que ele quer passar. Na estratégia resumitiva do discurso do outro, o leitor “apreende o sentido e, ao mesmo tempo, lê as palavras mesmas utilizadas pelo enunciador citado” (MAINGUENEAU, 2008, p. 155).

Através deste recurso, portanto, o TIB, ao utilizar o discurso da Organização Repórteres Sem Fronteiras, aponta de forma resumida o que causou a queda de posição do Brasil no ranking de liberdade de imprensa estabelecendo também uma ligação deste ranqueamento com o impeachment. Associou no referido trecho a concentração midiática presente em nosso país que impede a constituição de uma imprensa livre de amarras mercadológicas; o papel da mídia comercial no encorajamento do impeachment; e os conflitos de interesse dos jornalistas que trabalham para a mídia privada.

5.2 Ironia: a opinião crítica do The Intercept Brasil

No item 5.1 mencionamos brevemente algumas marcas do uso da ironia através da demarcação de palavras específicas (nos exemplos 6, 12, 14 e 18). Este recurso é classificado por Authier-Revuz como uma forma não marcada da heterogeneidade mostrada, onde a presença do outro não é citada de forma explícita, mas encontrada no “espaço do implícito, do semidesvelado, do sugerido” (BRANDÃO, 2002, p. 50). Maingueneau (2008) acrescenta que a ironia é uma estratégia de subverter a própria enunciação. Na escrita, a ironia aparece acompanhada por marcas (aspas, reticências, palavras enfáticas), mas é identificada principalmente porque o seu sentido desqualifica a enunciação proferida: “A ironia é por essência ambígua, pois se mantém na fronteira entre o que é assumido e que é rejeitado” (MAINGUENEAU, 2008, p.175).

Dois exemplos demonstram esta marca de subversão no discurso:

- (23) É esse o motivo pelo qual uma foto – de uma família rica e branca num protesto anti-Dilma seguida por sua babá de fim de semana negra, vestida com o uniforme branco que muitos ricos no Brasil fazem seus empregados usarem – se tornou viral: porque ela captura o que foram estes protestos (Trecho da Reportagem “E”).
- (24) Ainda assim, ninguém pode acusar a imprensa brasileira de omitir informações. Ela publica tudo. Tudo mesmo, sem ironia. Mas, como se sabe, o diabo mora mesmo é nos detalhes, nas manchetes de capa, nos editoriais e na opinião dos colunistas mais prestigiados pelos patrões (Trecho da Reportagem “I”).

O primeiro trecho tece uma crítica a um casal, caso bastante repercutido nas redes sociais, que levou a babá para cuidar do filho durante as manifestações a favor do impeachment. Os adjetivos “rica” e “branca” desqualificam a figura da família que representaria estes

movimentos, além do termo “protesto anti-Dilma”. “Anti-Dilma” estabelece uma relação dialógica de contradição com o termo “anti-corrupção”, sugerindo que os protestos não são contra a corrupção como parece ser, mas especificamente contra a figura de Dilma Rousseff. Esta caracterização demonstra o tom irônico utilizado pelo enunciador aos movimentos pró-impeachment. A palavra “protesto” que aparece no final também desqualifica, revelando ser um ato de rebelia, de contra-direção.

O segundo exemplo estabelece uma crítica categórica à mídia hegemônica. Os indícios que nos levam a esta interpretação se constituem na contextualização de todo fragmento: primeiro o enunciador começa afirmando que a imprensa brasileira não pode ser acusada de omitir informações e ainda complementa dizendo que esta constatação não é feita num tom irônico: “Ela publica tudo. Tudo mesmo, sem ironia”. A maneira enfática como descreve (repetindo que a mídia publica tudo) é um traço de identificação da ironia. Mas a constituição de um sentido irônico só se complementa quando olhamos para a oração seguinte, quando o jornalista diz que “o diabo mora mesmo é nos detalhes, nas manchetes de capa, nos editoriais e na opinião dos colunistas mais prestigiados pelos patrões”. O diabo representa o mau que, segundo o jornalista, está presente nos grandes veículos de mídia em suas entrelinhas, nos detalhes percebidos nas capas e nos escritos daqueles que são prestigiados pelos patrões. A figura do patrão revela outra marca irônica: ele se refere àquele que manda no empregado, portanto, denuncia que os jornalistas da imprensa brasileira obedecem aos donos dos veículos que por sua vez tem interesses mercadológicos.

Não é a primeira e única vez que o TIB faz críticas veementes à mídia hegemônica. Além do exemplo 24, vimos também no exemplo 22 do item anterior (4.1.2) e, em outro trecho que gostaríamos de destacar, isso também é notável:

- (25) É conhecido o combo que estabelece a linha narrativa que guia o debate político no Brasil: manchetes de capa dos grandes jornais, doses noturnas de William Bonner e uma capa da Veja no fim de semana. É esse tripé fundamental que, há anos, vem pautando e influenciando fortemente o jogo político (Trecho da Reportagem “H”).

O percurso de construção de crítica à grande mídia é, além de caracterizá-la como um veículo de interesses privados, determinar a sua participação efetiva no impeachment. Esse último ponto é exemplificado no trecho 25 quando o enunciador configura o que ele chamou de “combo” (combinação) de três meios fundamentais (se referiu como “tripé”) que assumem forte influência do jogo político. Esses meios são: “as manchetes dos grandes jornais”, que, fazendo uma breve relação contextual com outras reportagens do TIB, trouxeram uma narrativa

a favor do impeachment (a exemplo a Folha de S. Paulo, na reportagem “F”); “as doses noturnas de William Bonner”, fazendo referência ao Jornal Nacional, telejornal diário da rede Globo (empresa criticada na reportagem “I”) em que Bonner é âncora; e a “capa da Veja no fim de semana”, fazendo referência à revista semanal “Veja”, conhecida por sua postura antipetista e capas provocativas.

5.2.1 O recurso da ironia entre títulos e imagens

À primeira vista, os elementos privilegiados no gênero da reportagem são o título e a imagem. Assim são porque alcançam primeiro o nosso olhar, apresentando com certa antecipação o conteúdo a ser desenvolvido (TRAVASSOS, 2003). O título tem a função primordial de dar nome ao texto, fornecendo uma síntese do tema, além de promover uma expectativa a respeito de sua abordagem. A compreensão do título pelo leitor depende “então, do conhecimento de mundo, armazenado na memória” (TRAVASSOS, 2003, p. 57). Cada sujeito é singular e tem leituras distintas a respeito de um mesmo título. Portanto, o título é dialógico porque surge desta interação e da pressuposição do outro (o co-enunciador) para que o sentido a ser transmitido seja efetivo. A sua interpretação é fundamental para a apreensão do efeito de sentido geral do texto.

Porém não somente de elementos textuais se faz um discurso da reportagem, mas também da composição das fotografias. O TIB faz uso recorrente de imagens durante suas publicações e, assim como em seus textos, a marca da ironia se mantém presente nas escolhas deste recurso visual. As imagens são atribuídas ao não-dito no discurso (ORLANDI, 1999), porque não diz em palavras, mas significam e contribuem para o sentido total da enunciação. Citando Davallom (1999), Barbosa (2003) esclarece a funcionalidade da imagem no texto jornalístico, revelando a sua capacidade simbólica e semântica:

Do ponto de vista simbólico, a observação da imagem possibilita o desenvolvimento de uma atividade de produção de significação. Se, de um lado, essa eficácia simbólica favorece a liberdade de interpretação - o conteúdo legível ou dizível da imagem pode variar conforme as leituras -, de outro, faz com que a imagem comporte um programa de leitura, uma vez que assinala um certo lugar a quem a observa.

Do ponto de vista do aspecto semântico, existe uma espécie de integração entre a materialidade e o sentido. Os aspectos relativos à forma, cor e tipografia se articulam à instância textual e enunciativa, a fim de conferir à imagem uma abordagem textual. Desse modo, os aspectos formais retêm o

olhar e, ao mesmo tempo, nos dizem algo sobre os sentidos construídos e vinculados à imagem (BARBOSA, 2003, p. 118).

É justamente o que perceberemos na manobra do recurso da ironia nas imagens:

Imagem 5 - Reportagem “C”



Fonte: The Intercept Brasil

A reportagem “C” foi publicada no momento em que Dilma foi afastada da presidência provisoriamente por determinação do Senado e o cargo passou a ser ocupado interinamente por Michel Temer. Um dia antes da publicação da reportagem, foram divulgadas as conversas entre Romero Jucá e Sergio Machado (já abordadas aqui no item 4.1.1, exemplo 5). A exposição da transcrição dos áudios apontou diversos momentos em que Jucá busca fortalecer a investida contra Dilma e alavancar Temer ao poder. O texto do TIB relata o caso e constrói seu discurso argumentando sobre a articulação de um possível golpe. O título, então, nos indica uma pergunta: é hora da mídia começar a dizer “golpe”? E, na foto de abertura da reportagem, traz a figura de Michel Temer com sorriso discreto, interpretativamente satisfeito quando faz o sinal manual de positivo. Esta escolha do enunciado propõe uma sequência narrativa de pergunta e resposta entre o título e a fotografia. Os efeitos de sentidos perpassam a figura de Temer na foto, tratado no contexto desta reportagem como um dos principais articuladores do impeachment. A fotografia não traz nenhuma legenda na reportagem, deixando subentendido o seu propósito a cargo da interpretação do leitor.

Vemos nesse exemplo que a ironia visa atingir a Michel Temer, direcionando a compreensão de que ele é responsável pela resposta dada a pergunta do texto, criando uma sensação de “diálogo”. Essa característica, segundo Maingueneau (2008), é uma estratégia irônica utilizada pelo enunciador de citar o outro de maneira que este seja desqualificado. A

crítica a Temer é uma das estratégias já identificadas em nossas análises do TIB e constantemente reforçada nas imagens utilizadas nas reportagens. A seguir temos Michel Temer sendo mencionado em outras duas ocasiões:

Imagem 6 - Reportagem “D”



Fonte: The Intercept Brasil

Imagem 7 - Reportagem “F”



Fonte: The Intercept Brasil

Começamos com o que o enunciador chamou de “máscaras dos movimentos pró-impeachment”. A palavra “máscaras” é utilizada para desqualificar os movimentos a favor do impeachment, estando associada à farsa, fingimento, adjetivos utilizados também em outros momentos pelo TIB (por exemplo, na reportagem “I”, excerto 9) para caracterizar o processo, além da palavra “golpe” (reportagem “C”). A reportagem “D” discorre sobre os manifestantes a favor do afastamento de Dilma com crítica mais específica às elites brasileiras, partindo dos cidadãos brancos e de classe média alta. Também fala sobre os casos de corrupção que envolvem Temer (deflagrados nas ligações entre Jucá e Machado) e, portanto, traz a sua imagem para abrir a manchete relacionada mais diretamente à primeira parte do título: “Enquanto a corrupção assombra o Temer...”. Na fotografia, Temer está com as mãos para cima, aparentando ter sido surpreendido, principalmente porque a pista que o enunciador nos dá é que Temer estaria “assombrado” (sinônimo de assustado) pelas evidências de sua corrupção. Porém, seu rosto não aparenta medo em razão de seu leve sorriso, levando-nos a uma possível interpretação de certa segurança do presidente, naquele momento interino.

Porém, na reportagem “F” Michel Temer aparece mais abatido na imagem. O assunto que a reportagem discorre é sobre a denúncia da “fraude jornalística” publicada pela Folha de S. Paulo. Os enunciadores se referem a “fraude” como a estratégia utilizada pela FSP a fim de evidenciar Michel Temer, dando a entender que a preferência da população brasileira seria a de que ele assumisse a Presidência oficialmente ao invés de Dilma. Podemos relacionar fraude ao significado de “farsa”, palavra utilizada no exemplo anterior (imagem 7). Uma vez que essa fraude foi descoberta, o enunciador expõe a imagem de Michel Temer cabisbaixo, com uma expressão de lamentação, sugestiva de uma insatisfação e até culpabilidade, mesmo que Temer não tenha sido o “outro” principal desta reportagem. O nome dele é citado, mas a acusação do TIB é feita à FSP e ao material que foi publicado por ela. As reportagens “D” e “F” apresentam um percurso de sentido semelhante sobre a imagem de Temer pois ambas propõem apresentar flagrantes sobre a utilização de artifícios na criação de uma imagem positiva do ex-vice, propondo, por fim, sua imagem negativa: na primeira imagem, o flagrante seria dos movimentos pró-impeachment, e na segunda, o flagrante da reportagem publicada pela FSP.

Vejamos agora outra imagem:

Imagem 8 - Reportagem “J”



Fonte: The Intercept Brasil

Mesmo a fotografia da reportagem “J” não expondo Michel Temer, ainda assim o cita. Esta reportagem informa sobre o posicionamento de intelectuais internacionais contra o impeachment. Porém, a foto de abertura não apresenta nenhum intelectual internacional, mas sim a ex-presidente Dilma, exatamente no centro. O recurso de ironia está presente nos dizeres da camisa que Dilma segura, onde consta “Fora Temer Golpista”. Este foi um discurso amplamente divulgado nos movimentos contra o impeachment. Além do que há escrito, têm-se figuras determinantes no discurso não-verbal: o desenho do rosto de Michel Temer cortado por um “X”, insinuando a sua rejeição, e a palavra “Golpista”, em que a letra “O” é substituída pelo ícone da Globo, insinuando que a Globo também é golpista. A Globo assim como seus telejornais é citada em outros momentos pelo TIB (por exemplo, na reportagem “I”, excertos 25 e 32; e reportagem “J”, excerto 18) como sendo promotora de um discurso a favor do processo de impedimento, assim como a mídia hegemônica em geral bastante criticada pelo coletivo.

Imagem 9 - Reportagem “L”



Fonte: The Intercept Brasil

Também sem legenda, a fotografia da reportagem “L” traz a figura central de Michel Temer, acompanhado em sua esquerda por Eliseu Padilha (ex-Ministro-Chefe da Casa Civil), e Henrique Meireles⁶¹ a sua direita. Todos sorridentes, no lugar central da Presidência, representada também pelas bandeiras do Brasil e da República Federativa, expostas atrás dos personagens. O título fortemente crítico e irônico dialoga com a imagem definindo quem seriam os novos donos deste reino da hipocrisia: a referência à palavra “reino” credita-se ao fato de estarem sentados onde seria o lugar do cargo máximo de chefia do país, tratado como “trono” pelo enunciador. Outro aspecto igualmente importante: a adjetivação deste reinado como sendo o “da hipocrisia”. Hipocrisia significa ato de fingimento, falsidade, dissimulação. O sentido do discurso montado entre título e imagem implica dizer também que, neste momento, o reinado, ou seja, aquilo que prevalece, seria a hipocrisia destes atores. O texto em nenhum momento cita Meireles e Padilha (a reportagem não tratava deles), apenas são apontados na fotografia criando esta relação com o título.

Assim sendo, vimos uma sequência de quatro títulos e fotografias que trazem diretamente Michel Temer, e uma quinta ocorrência (reportagem “J”) que o traz de forma indireta (no “Fora Temer” da camiseta). Inferimos, com isso, que o uso da ironia é recorrente sobre a figura de Temer. Outra observação interessante é que ele é mais trazido em fotografias de abertura das reportagens do que Dilma em nosso recorte, totalizando oito manchetes (reportagens “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G”, “H”, “J”) em que Temer aparece contra quatro (reportagens “H”, “J”, “K”, “N”) com Dilma.

⁶¹ Henrique Meirelles foi ex-ministro da fazenda e, em 2018, esteve como candidato à Presidência da República pelo Partido de Temer, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

5.3 Aspas para além do discurso direto

O recurso das aspas não está somente para reportar o discurso do outro. Podem ser utilizadas como uma estratégia de isolar uma palavra ou expressão que se deseja tipograficamente destacar, sem romper a ordem sintática⁶². E isso, claro, gera sentido. Se o enunciador a isola é porque impõe ao elemento isolado um significado. A palavra ou expressão aspeada responsabiliza ao co-enunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual está chamando atenção. As aspas indicam “uma espécie de lacuna, de vazio a ser preenchido interpretativamente” (AUTHIER-REVUZ apud MAINGUENEAU, 2008, p. 161). O enunciador faz uso das aspas considerando uma representação de seu leitor, esperando que ele compreenda ou se surpreenda. Authier-Revuz (2004) define as aspas como uma marca à margem do discurso, não no sentido negativo, mas no sentido que essa margem delimita e constitui o discurso. A partir disso, torna-se relevante perceber a sua ocorrência, posto que:

As aspas se fazem “na borda” de um discurso, ou seja, marcam o encontro com *um discurso-outro*. São uma balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um trabalho sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior. Essa borda é, a um tempo só, *reveladora e indispensável*: acompanhar a zona fronteira reveladora *daquilo* em relação ao que lhe é essencial se distanciar (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229, grifos da autora).

Consideremos, portanto, os seguintes casos:

- (26) Em 2002, o partido dos trabalhadores (PT), de centro-esquerda, chegou à presidência depois da expressiva vitória de Lula da Silva sobre o candidato de centro-direita do PSDB (ao longo do ano de 2002, os “**mercados**” ficaram indignados com a mera possibilidade de vitória do PT) (Trecho da Reportagem “B”, grifo nosso).
- (27) A maior fraude é do ato de que as elites da mídia estão justificando tudo isso em nome da “**corrupção**” e da “**democracia**” (Trecho da Reportagem “B”, grifos nossos).
- (28) Por sua parte, jucá admite que essas transcrições são autênticas mas insiste que foi tudo um mal entendido e que seus comentários foram retirados do contexto, chamando isso de “**algo banal**” (Trecho da Reportagem “C”, grifo nosso).
- (29) Durante as olimpíadas, o “**presidente interino**” Michel Temer, temendo vaias, quebrou o protocolo ao exigir que seu nome não fosse

⁶² O uso das aspas também acontece como uma modalização autonímica, inclusive mais discreta porque apenas indica, sem maiores modificações na ordem sintática da oração.

anunciado quando ele apareceu na Cerimônia de abertura (ele foi intensamente vaiado de qualquer maneira) (...) (Trecho da Reportagem “L”, grifo nosso).

No exemplo (26), o contexto trata das eleições em 2002 cuja vitória presidencial foi de Lula. A palavra aspeada, neste caso, já aparece dentro de um comentário do enunciador demarcado entre parênteses. A palavra “mercados”, da forma como está, se refere aos grandes empresários que se sentiram prejudicados com a possibilidade do partido dos trabalhadores ascenderem à presidência através de Lula. Isso porque o programa do governo petista, principalmente com o ex-presidente Lula, esteve muito voltado a programas para a população de baixa renda. Entendendo esta correspondência e ao que constituiu o governo Lula, identifica-se este artifício utilizado para, de forma a utilizar uma palavra mais generalista como “mercados”, demonstrar o tom irônico do discurso.

Os casos (27) e (28) apontam a semelhança na justificativa do uso das palavras destacadas por aspas. Nas duas ocorrências, o enunciador alude a um outro discurso, mas o confronto por não concordar com o sentido que as palavras foram utilizadas no discurso original (do outro). As palavras em destaque são apontadas como referidas pelo discurso citado, e que, segundo revela a posição no discurso, não correspondem exatamente ao que significam para o enunciador, portanto, o jornalista discorda da colocação de sentido original das palavras “corrupção” e “democracia” no discurso alheio. Corrupção e democracia, interpreta-se, que estão sendo utilizadas como argumento da grande mídia para a defesa do impeachment, da qual o jornalista discorda; também o “banal” para Jucá (discurso citado) muito provavelmente não é o mesmo para o o enunciador ao se referir às revelações de conversas de Romero Jucá e Sergio Machado (ex-executivo de petróleo) nas conspirações (com o próprio TIB chamou) do impeachment. Estas aspas, portanto, são identificadas por Authier-Revuz (2004) como uma marca de uma “operação metalinguística de distanciamento”, caracterizada quando “uma palavra, durante o discurso, é designada na intenção do receptor com o objeto, o lugar de uma suspensão de responsabilidade daquela que normalmente funciona para as outras palavras (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219)

Por fim, o “presidente interino”, no exemplo (29), aparece no contexto sobre o receio de Temer em receber vaias na cerimônia de abertura da Copa do Mundo, seguido de um comentário do enunciador, também em parênteses como no exemplo (26), expondo a opinião de que ele foi vaiado mesmo solicitando que não anunciassem o seu nome. Referir-se a Michel Temer como “presidente interino” é atribuir, mesmo com o significado pertinente ao cargo (interino significa preencher temporariamente algum cargo, que neste caso é o de presidente),

o sentido depreciativo. Colocando aspas em “presidente interino”, o enunciador indica a intenção de especificar que Temer não é o presidente oficial (até o momento da reportagem) e não eleito pelo povo, expressando, assim, o posicionamento do TIB sobre a figura de Temer. Dilma, em alguns momentos das reportagens, é caracterizada como a “presidente eleita democraticamente”, estabelecendo uma relação de oposição à caracterização de Temer como “presidente interino”.

Consideremos outras ocorrências:

- (30) “Um por um, legisladores manchados pela corrupção foram ao microfone para responder a Cunha, votando “sim” pelo impeachment enquanto afirmavam estarem horrorizados com a corrupção. Em suas declarações de voto, citaram uma variedade de motivos bizarros, desde **“os fundamentos do cristianismo”** e **“não sermos vermelhos como a Venezuela e Coreia do Norte”** até **“a nação evangelica”** e a **“paz de Jerusalém”** (Trecho da Reportagem A, grifos nossos)
- (31) “(...) Em suma, a pessoa cujas elites brasileiras – em nome da **“anticorrupção”** - instalaram para substituir a presidente democraticamente eleita está sufocando entre diversos e esmagadores escândalos e corrupção” (Trecho da Reportagem “D”, grifo nosso).
- (32) “Mas um trecho bombástico, que revelaria a genese da briga de foice entre a presidenta e o homem que liderou sua queda, foi completamente marginalizado, aparecendo apenas de forma tímida no noticiário. Não ganhou manchete de capa, não teve destaque no **“Jornal Nacional”**, nem fez balançar a cabeleira esvoaçante de Arnaldo Jabor” (Trecho da Reportagem “H”, grifo nosso).

Em (31), o enunciador ironiza as justificativas dos que votaram “sim” pelo impeachment na ocasião da admissibilidade do processo na Câmara dos Deputados, em abril de 2016. Antes, ele nos situa o modo como esses deputados (o discurso do outro) estavam (através do adjetivo “horrorizados”) com a corrupção. Porém, acima ele já deixa a entender que essas mesmas pessoas que dizem estar horrorizadas, estão manchadas pela corrupção. O enunciador vai trazer não um discurso direto do discurso citante, mas palavras-chaves que simplificam os motivos citados durante a sessão plenária, os quais ele já nos posiciona um julgamento de valor: chamando-os de “bizarros”. Em seguida, ironicamente os aponta. Podemos, inclusive, perceber que três destes motivos estão ligados à religiosidade (“os fundamentos do cristianismo”; “Nação Evangélica”, “Paz de Jerusalém”) e o outro ligado à aversão ao comunismo, verificado por

meio da menção a dois países que vivem o regime (“não sermos vermelhos⁶³ como a Venezuela e Coreia do Norte”).

No exemplo (32) temos a ocorrência do elemento “anticorrupção”, isolado entre o travessão. O uso desse sinal serviu para destacar o elemento, reforçando-o com as aspas. O contexto do trecho se refere a associação de Michel Temer com casos de corrupção, tendo o seu nome citado por Romero Jucá nas conversas com Sérgio Machado. O excerto constrói o sentido a respeito do que se trata o discurso sobre “anticorrupção”, ironizando a utilização do termo pela elite brasileira. O enunciador esclarece que Temer, naquele momento como presidente interino, estava ligado a esquemas corruptos. Percebamos o “peso” que o enunciador dá para caracterizar esses esquemas. Ele enuncia que Temer estava “sufocando” entre “diversos e esmagadores escândalos e corrupção”. O enunciador não poupa o uso de termos negativos para se referir aos casos que envolvem o nome de Michel Temer e imaginamos que sejam muitos, já que o enunciador nos deixa pistas de que são esmagadores, sugerindo um alto número e que por isso o sufocam. Em (30) e (31) percebemos além do sentido irônico, a operação de distanciamento por apontar como o “outro” diz.

Em seu trajeto de críticas à grande imprensa, o TIB utilizou em muitos momentos de uma postura irônica quando se refere às emissoras e jornais que lideram o setor de comunicação no Brasil. Foi assim quando chamou a Globo de lojinha, no exemplo (18), e quando ironiza a cobertura do processo feito pela imprensa hegemônica, no trecho (24), cuja reportagem é a mesma do exemplo (32), destacado neste momento. “Jornal Nacional” aparece entre aspas não somente para isolar o nome, uma das funções deste sinal. O acontecimento acerca do contexto da reportagem foram as delações de Delcídio do Amaral sobre vários atores da política brasileira, inclusive Dilma e Lula. Porém, apenas as conversas entre a ex-presidente e seu antecessor foram amplamente divulgadas na mídia, enquanto outras que envolviam Aécio Neves e Eduardo Cunha não repercutiram tanto.

O enunciado utiliza de palavras de impacto, como “bombástico” e “briga de foice”, termo que sugere uma disputa, neste caso, política. Essa “briga”, segundo o que nos fornece o enunciado, se dá entre Dilma e o “homem que liderou sua queda”. Essa seria uma explicação (aposto) que o enunciador usa ao invés de dizer o nome do personagem, Eduardo Cunha. Diante do contexto do fragmento, percebemos que o enunciador ironiza o noticiário, um dos mais

⁶³ O comunismo é associado perjorativamente à cor vermelha por esta ser a cor do movimento, que simboliza o sangue da classe operária. Há também a representação da bandeira comunista que, além do vermelho, possui uma estrela de cinco pontas, uma foice e um martelo que representam duas classes de trabalhadores: o Martelo, representa a classe operária industrial, e a foice, os trabalhadores agrícolas.

consagrados telejornais brasileiros, quando se refere a não repercussão do caso. E o TIB não finaliza sua ironia por aí. Ainda conclui com a depreciação da figura de Arnaldo Jabor ao se referir ao seu cabelo.

5.4 “Golpe”?

(33) Até agora, o The Intercept como a maioria da mídia internacional, se absteve de usar a palavra **“golpe”** apesar de ter sido (como muitos outros meios de comunicação) profundamente crítico da remoção antidemocrática de Dilma. Estas transcrições compelem a um reexame desta decisão editorial, particularmente se não surgem evidências para pôr em questão o significado mais razoável das declarações de Jucá ou seu nível de conhecimento. Um golpe parece, soa e cheira exatamente como revela esta recente conspiração: assegurando a cooperação dos militares e das instituições mais poderosas para remover uma presidente democraticamente eleita por motivos egoístas, corruptos e ilegais, para então impor uma agenda a serviço das oligarquias e rejeitada pela população (Trecho da Reportagem “C”, grifo nosso).

O The Intercept, nas matérias que antecediam a reportagem “C”, fez uso da palavra “golpe” sempre desta maneira: entre aspas. O trecho mencionado abre as portas para uma mudança editorial onde golpe não apareceria mais aspeado. Por que esta decisão foi feita? O ato de isolar a palavra golpe indica que, além de situar que este tipo de discurso é feito por outro, atenua a fronteira entre enunciador e co-enunciador. Isso quer dizer que o jornalista estabelece um limite, não assumindo completamente a nomenclatura de golpe, mas citando-a com precaução. Como se percebe, o co-enunciador (o discurso citado), não tem uma autoria definida: não se sabe quem diz “golpe”. Aparentemente é um discurso tido como generalizado: grupos falam de golpe. O seu uso entre aspas prescreve um “meio-termo entre aproximação e distanciamento” (MAINGUENEAU, 2008, p. 165).

Então isso quer dizer que, a partir da adesão ao uso do termo golpe, sem aspas, o jornalista assumiu para si o discurso do outro? Neste caso, sim. Para a passagem de posicionamento a respeito do uso desta palavra, o jornalista traça a definição do que é considerado um golpe: “assegurando a cooperação dos militares e das instituições mais poderosas para remover uma presidente democraticamente eleita por motivos egoístas, corruptos e ilegais, para então impor uma agenda a serviço das oligarquias e rejeitada pela população”, concluindo que estas características são as mesmas com o que aconteceu no impeachment. A partir daí, o uso da palavra golpe foi assumida pelo coletivo com o posicionamento que lhe é sugerida.

É necessário, portanto, destacar o sentido que a palavra golpe tem para o contexto brasileiro. Por nosso passado histórico, golpe está associado à Ditadura Militar que teve início em 1964. O golpe de Estado consiste na derrubada ilegal de um governo que está constitucionalmente em vigência. A referência ao Golpe de 64 é tão recorrente que para o TIB posicionar seu discurso sobre o impeachment, iniciou o percurso de construção de sentido já na reportagem “A”, publicada um dia depois da votação da Câmara, onde faz referência ao regime militar. Observemos, então, todos os trechos em que a palavra “golpe” aparece neste texto:

Quadro 4 - Trechos da reportagem “A” que fazem referência ao Golpe de 64

- “Os EUA passaram anos negando veementemente qualquer papel no **golpe** militar de 1964 que removeu o governo de esquerda então eleito, um **golpe** que resultou em 20 anos de uma ditadura brutal de direita pró-EUA”.
- “O **golpe** e a ditadura militar apoiadas pelos EUA ainda pairam sobre a controvérsia atual”.
- “Filho de Bolsonaro, Eduardo, também na casa, afirmou que estava dedicando seu voto pelo impeachment “aos militares de ’64”: aqueles que executaram o **golpe** e impuseram o poder militar”.
- “A invocação incessante de Deus e da família pelos que propuseram o impeachment, ontem, lembrava o lema do **golpe** de 1964: ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’. Assim como os veículos de comunicação controlados por oligarquias apoiaram o golpe de 1964 (...)”

Fonte: elaboração da autora a partir dos trechos da Reportagem A (grifos nossos)

A reportagem “A” mencionou em quatro passagens o golpe de 64, construindo primeiro a relação deste fato com os Estados Unidos que teriam apoiado a ditadura brasileira (a primeira a segunda passagem reforçam essa ideia). O enunciador cita a relação dos EUA com a Ditadura Militar no Brasil no contexto da reportagem em que acusa o Senador Aloysio Nunes de traçar alianças pró-impeachment em Washington. Em seguida, “reproduz” uma fala de Eduardo Bolsonaro o qual, segundo aponta o enunciador, demonstra apoio aos militares do golpe. Por fim, faz alusão às justificativas utilizadas pelos deputados durante a votação da Câmara daqueles que foram a favor da continuidade do processo, traçando uma ligação também com as manifestações religiosas e pela família que foram lema em 1964, além de concluir com a afirmação de que os veículos da grande mídia apoiaram a ditadura. As menções entre passado e presente foram estabelecidas no sentido de associar semelhanças entre o que aconteceu na implantação do golpe de 64 e o que transcorreu no impeachment. De maneira subentendida, o TIB começa a delimitar o impeachment como golpe.

A partir dessa primeira associação, a reportagem “C” assume a palavra sem as aspas para se referir ao impeachment, como mencionamos no trecho 33. “Golpe” aparecerá novamente nas reportagens “E”, “H”, “I” e “N”:

Quadro 5 - Trechos das reportagens “E”, “H”, “I” e “N” que fazem referência ao termo “Golpe”

<p>Reportagem E</p>	<p>-“Em outras palavras, os próprios técnicos do Senado esvaziaram o primeiro argumento na defesa de que o impeachment seria outra coisa que não um golpe”.</p> <p>-“(…) sob o título “Há Golpe” – que, a luz deste novo relatório, o Impeachment de Dilma pode não ter sido um “golpe” no sentido de que teria sido realizado extrajudicialmente, mas é um golpe no sentido de que é realizado sem eleições: por “estratagemas” através de “práticas ardilosas”.</p>
<p>Reportagem H</p>	<p>-“Os maiores veículos de imprensa do país – O Globo, Folha, Estadão e Veja – não esconderam sua opinião em favor do impeachment e rejeitaram a versão que defende a existência de um golpe em curso”.</p> <p>-“Portanto, fica registrada na história a posição tomada pelas famílias que comandam a comunicação do país. As mesmas que apoiaram entusiasticamente o golpe de 64”.</p>
<p>Reportagem I</p>	<p>-“Ele acrescentou: “Para muitos brasileiros e observadores, o controverso processo de impeachment se assemelha a um golpe de estado”.</p>
<p>Reportagem N</p>	<p>-“Habemus Golpe”.</p> <p>-“Depois de aparecer contida em seu discurso, em que fez poucas menções ao golpe que ela e seus apoiadores bradam aos quatro ventos no dia a dia (...)”.</p>

Fonte: elaboração da autora a partir dos trechos das reportagens (grifos nossos)

Percebemos uma sequência de associações e de justificação do porquê o termo “golpe”, em 2018, seria uma referência para designar o impeachment. Na reportagem “E”, o enunciador quebra a justificativa que fundamentaria um impeachment a partir da comprovação de crime nas pedaladas fiscais, o que não aconteceu, portanto, descaracterizando-o e atribuindo o sentido do processo como “golpe”. No segundo trecho, o jornalista utiliza o discurso de Elio Gaspari, colunista da Folha de S. Paulo, trazendo duas vezes a palavra golpe, uma aspeada e outra não, a respeito da deposição de Dilma e da governança de um novo presidente (no caso, o vice Michel Temer). Na primeira ocorrência, o enunciador aspea “golpe” para se distanciar do significado que naquele momento a palavra assume, tratando-se de golpe como sendo um acordo extrajudicial. Ele estabelece que esse significado é dito por outro e não por ele. Diferentemente do segundo “golpe” que é assumido pelo enunciador com o sentido de golpe de estado, tendo sido executado através de “estratagemas” e “práticas ardilosas”, termos que

podem ser associados como sinônimos cujo significado se refere a manobras enganosas, armadilhas.

A reportagem “H” volta a acusar a mídia comercial como ativa participante do “golpe em curso”, como o enunciado nos esclarece em: “não esconderam sua opinião a favor do impeachment” e “apoiaram entusiasmamente o golpe de 64” nos dois trechos em que a palavra golpe aparece. Em “I”, o enunciador trouxe na fala de Bernie Sanders a caracterização do impeachment como um golpe de Estado. Por fim, a última ocorrência de golpe em nosso recorte foi na reportagem “N”, em um dos subtítulos: “Habemus Golpe”. Habemus é uma palavra em latim que significa “temos”, utilizada historicamente no contexto de eleição de um novo Papa da Igreja Católica (na expressão original “*Habemus Papam*”, “Temos Papa” em português). O enunciador faz essa analogia (pode-se dizer também com tom irônico) para descrever o anúncio do golpe, consumado com o afastamento definitivo de Dilma pelo Senado, em 31 de agosto de 2016. Após este subtítulo, trouxe a fala de Dilma que se refere ao impeachment como um Golpe que viveu (essa passagem é a que abre nosso capítulo), o segundo depois da Ditadura Militar, concluindo, podemos dizer, o ciclo de associação entre o golpe de 1964 e o golpe/impeachment em 2016.

5.5 Adendo: Quem é Dilma para o The Intercept Brasil?

Vimos durante o percurso de análise alguns momentos em que Dilma é referenciada, principalmente nas ocasiões de discurso direto em que o TIB traz falas da ex-presidente. Propomos um esforço a mais para identificar os momentos em que a figura de Dilma aparece nas reportagens e, a partir disso, perceber que narrativa é construída sobre ela na sequência do nosso recorte. Identificamos menções diretas a ex-presidente nas reportagens “B”, “E”, “K” e “N”. Numa síntese, traçamos três eixos temáticos os quais identificamos no percurso de construção de efeitos de sentidos a respeito de quem é Dilma Rousseff, elaborados a partir das características recorrentes observadas em cada reportagem. Essas características apreendidas partiram dos seguintes questionamentos: o que está sendo falado sobre Dilma? Qual o contexto em que o nome Dilma está associado? Quais acontecimentos o enunciador cita sobre ela?

O primeiro eixo intitulamos de “Eleição e reeleição de Dilma”, referindo-se as reportagens que mencionaram o período de governo da ex-presidente, dando destaque a sua eleição em 2010 e reeleição em 2014; o segundo eixo envolve as reportagens em que o TIB caracteriza o impeachment e a postura da presidente diante desse processo, o qual denominamos

de “Impeachment e consequências ”; e, por fim, o eixo “Conclusão do Impeachment e postura de Dilma” sobre a deposição de Dilma e o fortalecimento de sua imagem.

5.5.1 Eixo 1: Eleição e reeleição de Dilma

Na reportagem “B” temos o ponto de partida da construção da imagem da ex-presidente. O TIB recorre à trajetória de Dilma na presidência do Brasil, reforçando mais de uma vez que ela foi eleita democraticamente em 2010 e reeleita em 2014:

(34) Os **inimigos do PT** pensaram que teriam sua chance de acabar com o partido em 2010, quando Lula não podia mais disputar as eleições por limites legais, mas suas esperanças foram esmagadas quando a sucessora escolhida por Lula, a anteriormente desconhecida Dilma Rousseff, ganhou com uma vantagem de 12 pontos, do mesmo candidato do PSDB que foi derrotado por Lula em 2002 (Trecho da reportagem “B”, grifo nosso).

(35) (...) Em 2014, os **inimigos do PT** investiram enormes quantias de dinheiro e recursos para derrotá-la, acreditando que ela estaria vulnerável e que finalmente teriam encontrado um candidato bem-aventurado do PSDB, mas perderam novamente, dessa vez numa eleição apertada, quando Dilma foi reeleita com 54 milhões de votos (Trecho da reportagem “B”, grifo nosso).

O enunciador discorre sobre o cenário político de disputa à presidência entre os partidos PT e PSDB. No texto, o jornalista sinaliza que após os dois mandados consecutivos de Lula, quando ele já não poderia se recandidatar, havia uma esperança do PSDB, enfim, conquistar a vitória. Porém, essa esperança foi “esmagada” pela sucessora de Lula, Dilma Rousseff, que apesar de desconhecida conseguiu uma vantagem de 12 pontos a frente de José Serra, candidato que o jornalista não cita o nome, apenas o menciona como sendo o “candidato do PSDB derrotado por Lula em 2002”. Podemos abstrair desses excertos que o PSDB se constitui como “inimigos do PT” (mencionado duas vezes), reforçando a inimizade entre os partidos através dos termos “acabar com o partido” e “derrotá-la” relacionados à intenção do PSDB em ganhar as eleições. Além disso, mostra-se que este partido subestimou a candidatura de Dilma, sentido que pode ser associado a descrição de Dilma como uma pessoa “anteriormente desconhecida”. Na eleição de 2014, o PSDB teria investido ainda mais para derrotar a candidata à reeleição, além de apostar na candidatura de Aécio Neves, a quem o enunciador se refere como “candidato bem-aventurado do PSDB”, ou seja, aquele que teria mais chance, mas ainda sim perderam.

Podemos apreender como possível efeito de sentido do discurso geral da reportagem, a constituição de Dilma como uma mulher capaz de vencer os candidatos adversários, José Serra, em 2010, e Aécio Neves, em 2014, além de legitimar o seu governo e fortalecer sua figura

como uma presidente eleita pelo povo, ilustrada pela representação numérica de suas duas eleições (12 pontos a mais em 2010, e 54 milhões de votos em 2014). É possível dizer também que o enunciador se posiciona diante do cenário de disputa entre os partidos PT e PSDB. Os candidatos do PSDB sequer são citados nomeadamente nos trechos, demonstrando, portanto, a posição do TIB contrário a este.

5.5.2 Eixo 2: Impeachment e consequências

Uma vez que o TIB refaz o percurso da eleição e reeleição de Dilma, o próximo passo do coletivo foi discutir sobre o que naquele momento era o foco principal: o processo de impeachment. Então, começa a trazer as acusações a que Dilma vinha respondendo e o efeito do impeachment na democracia brasileira:

(36) Desde o começo da campanha para **impedir a presidente democraticamente eleita**, Dilma Rousseff, a principal justificativa era de que ela havia se utilizado do artifício conhecido como ‘pedaladas’ (‘peddling’: atras ilegal de pagamentos aos bancos estatais) para mascarar a dívida pública (Trecho da reportagem “E”, grifos nossos).

(37) Mas é óbvio, o **impeachment nunca teve algo a ver com qualquer suposta quebra de lei de Dilma – esse era apenas o pretexto para remover uma presidente democraticamente eleita por motivos ideológicos** – o que explica porque a destruição da mais importante acusação contra ela sequer arranhou a dinâmica do impeachment (Trecho da reportagem “E”, grifos nossos).

É indispensável dizer que, antes mesmo da reportagem “F”, o TIB já começava a questionar as justificativas do impeachment e a abordar o processo, porém, mais focado na figura dos articuladores da acusações, como Michel Temer e a grande mídia. Na reportagem “F” e depois na “L”, o coletivo começa a trazer uma referência de quem é Dilma e como ela tem reagido ao impeachment. Na “F” há duas vezes a menção a Dilma como presidente eleita, exposta nos enunciados: “impedir a presidente democraticamente eleita” e “remover uma presidente democraticamente eleita por motivos ideológicos”. Em (37), o jornalista menciona a “suposta quebra de lei de Dilma” para se referir às pedaladas fiscais. O adjetivo “suposta” significa que algo (neste caso, a acusação das pedaladas) é falsamente atribuído a alguém. Dessa forma, o argumento das pedaladas é indicado pelo enunciador como um pretexto para retirar Dilma do poder. Essa constatação é reconhecida pelo próprio jornalista quando no final do excerto afirma que, mesmo com a divulgação do relatório que não incrimina Dilma, o

impeachment não sofreu nenhum “arranhão”, ou seja, o processo continuou com força e baseado na mesma acusação.

O enunciador na reportagem “K” estabelece um histórico da atuação de Dilma no governo para tentar explicar como o impeachment de 2016 se constituiu e como a ex-presidente se envolveu com aqueles que a retiraram do poder tempos depois. O nome de Michel Temer (fragmento 38) é citado, caracterizado nesse trecho como o “grande cacique do PMDB”, maneira perjorativa para dizer que ele é a figura de liderança do partido. O TIB aponta que um dos primeiros erros de Dilma foi confiar nele, de forma que a ex-presidente é adjetivada como “ingênuas” na época da escolha, apesar de sua experiência com as “torturas e dissabores” na ditadura. Vejamos essa descrição nos trechos, todos retirados da reportagem “K”:

(38) A presidente foi ao senado hoje bem menos ingênuas do que era quando, apesar do aprendizado forçado de todas as torturas e dissabores enfrentados na ditadura militar, aceitou ter Michel Temer, o grande cacique do PMDB, como seu vice nas eleições (Trecho da reportagem “K”).

(39) Dilma acabou sendo engolida por essa política que a fez ser por cinco anos e meio, presidente de 200 milhões de brasileiros, a primeira mulher a ocupar esse cargo (Trecho da reportagem “K”).

(40) Ao ceder ministérios para partidos A, B e C, Dilma negociou benesses. Claro que não em forma de propina, mas como moeda de troca para apoio parlamentar. A presidente só desistiu desse caminho depois de o barco ter naufragado (Trecho da reportagem “K”).

(41) Olhando daqui posso garantir que ela será, no seu exílio em Porto Alegre, bem mais feliz do que foi tendo que absorver a dura realidade de que ser totalmente correta é impossível na política brasileira quando se está em altos cargos (Trecho da reportagem “K”).

Essa mesma ingenuidade que o enunciador indica no período de escolha do vice é atribuída a série de alianças políticas que Dilma constituiu em seu governo e que a tiraram do poder. Isso fica claro no fragmento (39), quando o enunciador começa a traçar o declínio do governo Dilma, sugerindo que a presidente havia sido “engolida por essa política”, que significa, nesse contexto, ter sido derrotada. Em (40), o enunciador continua a explicar porque ela teria sido “engolida”, ligando isso ao ato de ceder ministérios para diferentes partidos (“benesses”), os quais ele não cita o nome (apenas enuncia irônicamente de forma genérica como partidos “A”, “B” e “C”) para garantir apoio parlamentar. Porém, quando Dilma percebeu que isso não contribuía para seu governo, “o barco já havia naufragado”, expressão que significa “tarde demais”, “atrasado”. Após trazer uma imagem de Dilma que, de certa forma, é negativa, o enunciador finaliza no trecho (41) com o sentido de uma imagem mais otimista sobre Dilma

e seu futuro. O jornalista anuncia a garantia de que, apesar de ter sofrido o impeachment, Dilma viverá feliz em seu “exílio em Porto Alegre”, seu estado de origem. A palavra exílio é atribuída frequentemente a saída obrigatória do lugar de origem por razões diversas, mas principalmente políticas. Por fim, ainda conclui com um enunciado que reforça o sentido de inculpabilidade de Dilma quando afirma que ela, ao se exilar, não terá que conviver com a dura realidade de buscar ser “totalmente correta” em meio ao jogo político brasileiro, levando-nos a entender que o motivo de a retirarem do poder foi o seu desejo de não permitir atos corruptos.

5.5.3 Eixo 3: Conclusão do Impeachment e postura de Dilma

Uma vez concluído o processo de impeachment no Senado e Dilma ter perdido o cargo, o TIB dedicou na reportagem “N” uma leitura deste momento final do processo. Partiremos inicialmente do título e da imagem:

Imagem 10 - Reportagem “N”



Fonte: The Intercept Brasil

Ao terminar a reportagem “K” afirmando que Dilma estaria feliz saindo do cenário político brasileiro, na reportagem “N” Dilma aparece de pé enquanto se defendia das acusações no Senado, apesar do título sugerir a sua queda. Apreendemos o sentido dentro dessa relação imagem e título de que a ex-presidenta, mesmo perdendo o cargo, lutou por ele com uma postura

firme, de pé. Essa compreensão acaba sendo ratificada na própria reportagem, da qual trazemos três trechos que fundamentam este entendimento sobre Dilma Rousseff.

Primeiro, o enunciador estabelece uma crítica sobre como Dilma se pronunciava enquanto presidente, chegando a apontar a dificuldade dela em seus discursos (trecho 42) quando comparada a Lula:

(42) A presidente nunca foi de improvisos. Ao contrário do ex-presidente Lula, que tem oratória invejável e causos e mais causos para entreter plateias das mais variadas, Dilma é robótica. Tem dificuldades de concatenar argumentos quando precisa se ater a oficialismos, nunca foi fã de entrevistas. Porém, suas repostas às perguntas dos senadores foram marcadas pela espontaneidade.

Apesar da crítica à ex-presidente, afirmando que ela “nunca foi de improvisos” e que “é robótica”, referindo-se a seus discursos quase sempre lidos, o enunciador nos apresenta uma figura de Dilma mais confiante mesmo diante do processo que enfrentava. Essa confiança e mudança de Dilma é reconhecida quando o locutor nos informa como ela respondeu às perguntas dos senadores: com espontaneidade e olhando nos olhos de seus acusadores:

(43) Usando um artifício psicológico, buscou olhar o tempo inteiro nos olhos dos senadores que declaradamente votariam por sua deposição.

Essa postura de Dilma como uma mulher forte e confiante foi admitida até com relação a sua vestimenta na ocasião da conclusão do processo do impeachment. O enunciador faz destaque sobre a roupa que Dilma usou no Senado, a qual ele percebe que foi a mesma usada no Congresso ainda no início de 2016, ocasião em que cumprimentou Eduardo Cunha de forma fria (segundo nos informa a reportagem) pois ele já havia aprovado a abertura do processo. O significado desse ato de vestir a mesma roupa pela última vez no Congresso é revelada como uma não-coincidência pelo enunciador, que nos leva a interpretar que a decisão deste vestuário representa mais uma vez a firmeza da ex-presidente:

(44) Ninguém notou, mas Dilma Rousseff usou a mesma roupa com a qual visitou o Congresso no início desse ano, ainda como presidente, para inaugurar o Ano Legislativo. Na ocasião, cumprimentou friamente Eduardo Cunha, que já tinha admitido a denúncia pela impeachment. Era a abertura do ano no qual o Congresso acabaria com qualquer possibilidade de ela voltar àquele tipo de solenidade. Voltar ao Congresso para sua última visita como presidente com aquela roupa não deve ter sido mera coincidência.

A roupa como detalhe não era exatamente o foco do TIB, mas a representatividade que ela sugere. A roupa, nesta citação, se refere a postura de Dilma como uma mulher forte e determinada diante de seus acusadores no Senado. Sua vestimenta representou para o coletivo uma forma de resistência em meio ao processo que viveu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos na trajetória deste trabalho observando, antes de tudo, o papel do jornalismo na cobertura dos acontecimentos que cercam a sociedade. Não tão somente na sua função informativa, mas no protagonismo de iniciativas jornalísticas independentes durante os períodos da história brasileira, inclusive, em que a atividade imprensa era fortemente reprimida (desde o período colonial até o fim da Ditadura Militar, por exemplo). Todos os jornais que foram surgindo nas diferentes épocas tiveram uma relevância histórica para o país, porque: 1) Foram oposição e resistência às arbitrariedades dos governantes de cada período; 2) Foram, na maioria dos casos, protagonistas das mudanças na sociedade através de suas reivindicações; e 3) são o registro da memória histórica do Brasil.

No primeiro capítulo abordamos como foi surgindo a imprensa brasileira, cercada por censura e lutas pelo direito à comunicação. Foi neste ponto que defendemos e comprovamos que a imprensa em nosso país surgiu inicialmente com o caráter que hoje concebemos como independente, por vezes reconhecido através de outras denominações (imprensa nanica, alternativa etc;). Ou seja, os primeiros jornais que aqui surgiram tinham características que hoje delimitamos como “independente”: foram produzidos pelas massas, portanto sem ligação com grandes grupos de comunicação; faziam críticas ao governo e muitas vezes eram produzidos em esconderijos, sendo fortemente punidos pelas autoridades das épocas. Uma característica histórica deste tipo de jornalismo é o surgimento recorrente de jornais em momentos nos quais a liberdade de expressão é ameaçada.

É possível dizer, então, que os meios independentes, principalmente os da nossa atualidade, despontam em situações específicas a partir de uma necessidade de expressão na comunicação ainda não encontrada na mídia tradicional. Como vimos em nosso referencial teórico (LIMA, 2011; CABRAL, 2015), a mídia hegemônica não consegue incorporar a diversidade de opiniões e públicos existentes na nossa sociedade. As grandes empresas de comunicação se preocupam em ter uma venda mínima para corresponder aos seus patrocinadores. Esses jornais podem exercer um papel de esclarecimento da sociedade, porém só até o limite dos interesses de seus proprietários que estão vinculados à manutenção de um complexo econômico, político e institucional (CHINEM, 1995). É neste panorama que o jornalismo independente começa a despontar indo de encontro ao oligopólio midiático.

Mais precisamente por volta da década de 90, há ainda uma mudança estrutural quanto ao formato das iniciativas independentes, boa parte surgidas e presentes na internet (LACERDA, 2016). Mesmo essas iniciativas não convivendo, em tese, com a repressão

histórica a que muitos jornais e revistas passaram em pouco mais de 500 anos de história, os coletivos atuais enfrentam desafios para se estabelecer e ganhar força como produtos jornalísticos. Existe uma ampla desigualdade de influência entre a mídia convencional e do jornalismo independente, especialmente na conquista da audiência. É incontestável reconhecer o capital de financiamento que chega às poderosas empresas de mídia que regem nossa comunicação. São anos de império comunicacional que não se alteram tão rapidamente. As pessoas estão acostumadas a ver a programação dessas emissoras porque é a oferta que chegam para elas. Não há uma preocupação via autoridades brasileiras, como já discutimos no primeiro capítulo, de oferecer uma programação plural através de canais públicos ou com o financiamento de iniciativas independentes. Não queremos reduzir, portanto, a discussão do jornalismo independente ao papel de simples concorrente da mídia hegemônica, muito pelo contrário. É muito pouco reduzir esta discussão a um ringue entre “adversários”. Precisamos incorporar a discussão de que o papel do jornalismo independente é fazer o que a grande mídia por sua origem elitista e econômica não consegue: dar oportunidade de acesso a um produto plural, representativo e feito pela e para a sociedade.

Um dos exemplos sobre a dificuldade de atuação da mídia hegemônica foi a cobertura da crise política brasileira, com seu acontecimento mais expressivo: o impeachment de Dilma Rousseff vivido no ano de 2016. Já está mais do que comprovado, conforme vimos no terceiro capítulo, que a mídia hegemônica contribuiu para a derrocada de Dilma, investindo pesado em manchetes que caracterizavam a ex-presidente como incapaz e frágil. Isso foi percebido por nós e reforçado a partir dos resultados de outras pesquisas que constataram a aversão à figura política de Dilma Rousseff por parte da mídia tradicional brasileira (Cap. 4, item 4.1). Não há dúvidas: a mídia hegemônica é culpada nesta acusação.

Diante de tal constatação, a imprensa internacional criticou a postura midiática do nosso país e começou a propor suas próprias narrativas sobre o processo. Arriscamos dizer que a imprensa estrangeira teve maior sensibilidade em perceber como nossa mídia é presa aos objetivos mercadológicos porque em outros países a experiência em comunicação é diferente daquela que vivenciamos. A mídia no exterior é, em muitos casos, regulamentada e dá oportunidade a canais independentes e públicos, estes últimos como líderes de audiência em países com regime democrático (na Inglaterra, por exemplo, com a BBC), diferente do nosso que insiste em favorecer concessões públicas de emissoras de TVs a políticos, religiosos e famílias ricas. Durante o impeachment, o coletivo escolhido por nós, o The Intercept Brasil, iniciativa originalmente britânica, começou a escrever e divulgar matérias sobre a crise política

no Brasil. O coletivo dedicou sua versão brasileira à defesa de uma proposta de cobertura contrária ao que foi veiculado pela mídia hegemônica sobre o impeachment. Mas, então, o que o TIB apresentou sobre o processo em suas reportagens?

Para entender que tipo de cobertura e os posicionamentos do TIB é necessário frisar que os sentidos não são determinados somente pelo locutor ou pelo interlocutor, mas se constituem da relação entre eles e o seu contexto. Nosso foco principal foi perceber como o TIB mencionava o discurso do outro (VOLÓCHINOV, 2017; MAINGUENEU, 2008; AUTHIER-REVUZ, 2004) nas reportagens, ou seja, como o coletivo mencionava as “falas” e os personagens inseridos no acontecimento do impeachment, interpretando através da referência ao discurso alheio os posicionamentos provocados. Com as análises verificamos que o TIB provocou pelo menos três efeitos de sentidos principais: o da culpabilização dos movimentos e personagens pró-impeachment; a ilegalidade do processo de impedimento; e, por fim, a inocência de Dilma nas acusações que ela respondia no processo, sendo a principal delas o crime de responsabilidade pelas pedaladas fiscais.

Para culpabilizar os atores e movimentos a favor do impedimento, o TIB fundamentou suas argumentações a partir da citação dos motivos elaborados pelos deputados na votação do processo na Câmara. O coletivo caracterizou-os como “motivos bizarros” os quais estavam ligados ao cristianismo, à família e ao anticomunismo (reportagem A, excerto 30). Posteriormente, o acontecimento das gravações de conversas entre Romero Jucá e Sérgio Machado firmando alianças políticas para tirar Dilma do poder e colocar Michel Temer no lugar (reportagem “C” e “H”) viriam a protagonizar as reportagens do TIB. Com essa denúncia, o TIB liga o termo “corrupção” aos “inimigos políticos de Dilma”, representados em outras reportagens pelos discursos de Eduardo Cunha, Romero Jucá, o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB, reportagem “B”) e, principalmente o ex-vice Michel Temer, que assumiu a presidência após a sentença de afastamento de Dilma.

Outra marca bastante recorrente no TIB é o uso do recurso da ironia entre imagens e títulos e também através do recurso das aspas. O coletivo explicita sua opinião crítica contra esses personagens do impeachment e criminaliza principalmente Michel Temer, trazendo-o em imagens cujo sentidos o associam a culpa, hipocrisia (reportagem “K”) e corrupção (reportagem “C”). Além disso, também as manifestações a favor do impeachment nas ruas foram alvos do TIB, que as identificou como uma “fraude”, acusando-as de representar uma elite machista, branca e preconceituosa (reportagem “E”).

O coletivo se posiciona oficialmente a respeito do termo “golpe” argumentando sobre a ilegalidade do processo. Desde a reportagem que identificamos como “A”, publicada um dia depois da votação na Câmara, o TIB estrategicamente menciona o passado da Ditadura Militar como construção discursiva de golpe. Posteriormente, na reportagem “C” oficializa a escolha deste termo quando o mencionou sem aspas, dedicando toda a reportagem para justificar sua escolha editorial. Nessa ocasião estabelece semelhanças entre o Golpe da Ditadura Militar e o Impeachment de Dilma Rousseff para justificar a associação: ambos teriam contado com o apoio de militares e instituições poderosas⁶⁴ que removeram presidentes eleitos democraticamente por motivos ilegítimos e contraditórios, elaborados por pessoas e grupos corruptos que dizem combater a corrupção. Além da referência direta ao termo golpe, em outros momentos foram citados os discursos de outros em que o tema era recorrentemente o caráter anti-democrático do impeachment e que o TIB trouxe de forma a concordar, como o de Bernie Sanders e o *The Economist* (reportagem “A”), da Organização Repórteres sem Fronteiras (reportagens “B” e “G”), da Associated Press (reportagem “E”), de Franklin Foer (reportagem “I”) e dos artistas intelectuais (reportagem “J”).

Finalmente, destacamos a figura principal deste impeachment: Dilma Rousseff. Buscamos identificar como a figura de Dilma aparecia nas reportagens, como foi mencionada e que recortes de suas falas eram evidenciadas nos textos. A partir da observação verificamos um percurso de construção da imagem de Dilma Rousseff em que ela é identificada primeiramente como uma mulher capaz de vencer a eleição de 2010 e de se reeleger em 2014, apesar das investidas do partido de oposição, o PSDB, que disputou diretamente com ela nos dois segundos turnos. A identificação de Dilma como presidente democraticamente eleita se constitui como um contraponto ao que o impeachment significou para o TIB (um golpe), contribuindo para o sentido de ilegitimidade deste processo já que retiraria do poder uma presidente que foi eleita pelo povo. Posteriormente, Dilma aparece como ingênua por ter constituído alianças em seu governo com aqueles que a tiraram do poder anos depois, mas, ao mesmo tempo, o coletivo a inocenta das acusações presentes no processo de impeachment através do resultado do relatório solicitado pelo Senado onde é provado que Dilma não cometeu o crime de pedaladas fiscais. No fim do processo, quando ela perde o cargo, o coletivo a apresenta como forte, resignada e persistente durante seu discurso no Senado.

⁶⁴ Segundo o coletivo, Romero Jucá garante nas gravações que “as forças armadas apoiam a conspiração” (Reportagem “D”).

Essas são reflexões contempladas a partir das interpretações a respeito da cobertura do processo realizada por um coletivo independente e de origem internacional. Acreditamos que este trabalho contribui não somente para ampliar as discussões sobre a necessidade de um espaço para iniciativas independentes e o papel democrático desses coletivos, mas também para os estudos de mídia a nível discursivo a partir da relevância em observar o posicionamento dos jornalistas através das escolhas de suas fontes e do recorte do discurso que trazem de seus entrevistados para o texto jornalístico. Mais especificamente sobre o acontecimento da deposição de Dilma, temos a confiança de que as contribuições das análises aqui expostas nos auxiliam a enxergar uma narrativa sobre o processo para além do que nos é oferecida pela nossa mídia tida como convencional, altamente concentrada e comercial.

O entendimento sobre o momento político que tirou Dilma Rousseff da presidência nos ajuda a refletir sobre o futuro da democracia brasileira. Ao mesmo tempo que o impeachment de 2016 faz parte de um passado recente, parece-nos que ainda não aprendemos muito com isso, tendo em vista a conturbada eleição em 2018 com a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) para o cargo. Mas o otimismo ainda resiste pois se olharmos mais além do que já vivemos como país, veremos com orgulho a atuação de iniciativas jornalísticas independentes que tanto lutaram pelos direitos sociais e de liberdade de expressão. A luta permanece, é constante e legítima. Avante!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em 4 de março de 2018

ASSIS, et al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre mídia independente contemporânea. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.4, n.1, p.3-20, jan/jun 2017. Disponível em: <<https://objethos.files.wordpress.com/2017/07/9899-36422-1-pb.pdf>>. Acessado em 03 de abril de 2018.

ASSIS, A. ; BULHÕES, M . Dialogismo em Bakhtin no Jornalismo Econômico Brasileiro. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 12, p. 138, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/1984-6924.2015v12n1p138/29592>>. Acessado em 12 de maio de 2018.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19. 1990. p.25-42. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824/4545>>. Acessado em 14 de outubro de 2018.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. TRd. Leci Borges Barbisn e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AZEVEDO, F. A. Diários Nacionais. In: GONÇALVES, M. (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. 2 vols. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBALHO, Alexandre. **Cultura e imprensa alternativa: a revista de cultura O Saco**. Fortaleza: Ed. UECE, 2000.

BARBOSA, P.L.N. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M.R (org.). **Discurso e Mídia - a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

BASTOS, P.P.Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, p. 1-63, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>>. Acessado em 24 de setembro de 2018.

BBC NEWS. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>>. Acessado em 22 de julho de 2018.

BICUDO, PASCHOAL, REALE. **Pedido de Impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff**. Disponível

Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007/5830>>. Acessado em 14 de abril de 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2.ed. São Paulo: Braziliense, 2008.

CHINEM, R. **Imprensa Alternativa - Jornalismo de Oposição e Inovação**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16.ed.São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, Andriolli de Brites. **Os caminhos para um pós-jornalismo**. IHU On-Line (UNISINOS. Impresso), v. XIV, p. 5-7, 2014. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5558-apresentacao-3>>. Acessado em 16 de abril de 2018.

COSTA, Nelson Barros da. Dialogismo e análise do discurso - alguns efeitos do pensamento Bakhtiniano nos estudos do discurso. **Linguagem em (Dis)curso** (Online), v. 15, p. 321-335, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v15n2/1518-7632-ld-15-02-00321.pdf>>. Acessado em 30 de junho de 2018.

CRUVINEL, F. **Políticas Públicas de radiodifusão no Governo Dilma**: memória necessária. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/321227/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-radiodifus%C3%A3o-no-Governo-Dilma-mem%C3%B3ria-necess%C3%A1ria.htm>>. Acessado em 20 de maio de 2018.

CUNHA, D. A. C. Dialogismo em Bakhtin e Iakubinskii*. **Investigações** (Recife), Recife, v. 18, n.2, p. 103-114, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/viewFile/1482/1155>>. Acessado em 02 de agosto de 2018.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **“Dilma Rousseff”**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff>>. Acessado em 27 de julho de 2018

DIJK, T. A. V. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOWNING, John. **Mídia radical**. S. Paulo: Senac, 2003.

ELISEU, T.A.F. **O impeachment e Dilma Rousseff**: uma análise das representações sociais projetadas em editoriais do Jornal Folha de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São João del-Rei -MG. São João del-Rei, 2017. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACAO%20Thallysson.pdf>>. Acessado em 27 de julho de 2018.

EL PAÍS. **A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada?**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html>. Acessado em 05 de agosto de 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FARACO, C.A. **Linguagem e diálogo**: as ideias do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FARACO, C.A.; TEZZA, C. CASTRO, G. de. **Diálogos com Bakhtin**. 4.ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007;

FERNANDES, C. **Impeachment de Dilma Rousseff**. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/impeachment-dilma-rousseff.htm>>. Acessado em 28 de julho de 2018

FERNANDES, Eric Bortolato. **Referenciação e opinião: o impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20470/2/Eric%20Bortolato%20Fernandes.pdf>>. Acessado em 29 de julho de 2018.

FERNANDES, V.O.N. **Panorama da mídia alternativa no Brasil e na América Latina**. Trabalho apresentado no 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) - Ouro Preto, MG, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-alternativa/panorama-da-midia-alternativa-no-brasil-e-na-america-latina>>. Acessado em 17 de junho de 2018.

FIGARO, R. NONATO, C. KINOSHITA, J. **Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais**. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba - PR, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0420-1.pdf>>. Acessado em 22 de junho de 2018.

FILHO, C.F.P. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M.R (org.). **Discurso e Mídia - a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008. 144p.

_____. **Língua, Discurso e Política**. Alea: Estudos Neolatinos, vol. 11, nº 1. Rio de Janeiro, Jan/Jun, 2009. P. 148-165. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v11n1/v11n1a12.pdf>>. Acessado em 18 de julho de 2018.

FLORIANI, Adriano Warken. **O discurso do impeachment de Dilma na Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24255>>. Acessado em 27 de julho de 2018.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.6, p. 41-69. Brasília, Jul/dez, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>>. Acessado em 30 de julho de 2018.

FPA- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa Manifestações de Março/2015**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/fpa-pesquisa-manifestacoes.pdf>>. Acessado em 19 de julho de 2018.

FROSSARD, E. C. M. A teoria do dialogismo de Bakhtin e a polifonia de Ducrot: pontos de contato. **Revista (con) textos linguísticos** (UFES), v. 1, p. 177-186, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5215/3899>>. Acessado em 03 de agosto de 2018.

GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

GOVERNO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acessado em 27 de julho de 2018.

GREENWALD, G. **Bem-vindo ao The Intercept Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>>. Acessado em 06 de agosto de 2018.

GUBERT, A. L. O gênero “notícia” sob a perspectiva dialógica de Bakhtin. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 9, n. 2, p. 241-252, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/4874/3021>>. Acessado em 17 de outubro de 2018.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

G1. **Íntegra do discurso de Dilma após impeachment**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachmentimpeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachmentimpeachment.html>>. 2016. Acessado em 15 de julho de 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública : investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INTERVOZES. **Marco Regulatório do Sistema de Mídia Brasileiro**. 2017. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acessado em 02 de maio de 2018.

JESUS, Gilvan Santana de. **Impeachment da Presidente Dilma Rousseff: a legitimação do processo pelo dispositivo midiático**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5742/1/GILVAN_SANTANA_JESUS.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2018.

JUNIOR, B.T.de B. Facismo. In: GONÇALVES, M. (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LACERDA, D.M. **O Jornalismo Digital Independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, Recife, 2016.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LEITE, P.M. Agência Lava Jato. In: GONÇALVES, M. (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol.2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

LIMA, Venício. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: paulus, 2011.

LOBATO, M.L.A.C.M. **Linguagem e ideologia no jornalismo de revistas: os discursos de Veja sobre as crises de 1999 e 2015**. Rumores (USP), v.10, p.262-279, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/106961/115198>>. Acessado em 17 de agosto de 2018.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MADEIRO, Carlos. **Sem ganhar nenhuma eleição, PMDB emplaca terceiro presidente em 30 anos**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/com-temer-terceiro-vice-peemedebista-chega-a-presidencia.htm>>. Acessado em 26 de julho de 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª Ed, 1997.

MARQUES, Lula. Fotografia. In: GONÇALVES, M. (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

MUNIZ JR. J. de S. **Os sentidos sociais da produção cultural independente: usos e abusos de uma noção instável**. Revista Parágrafo. Jan/jun. Vol. 4, no 1, 2016. Disponível em <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/366/391>>. Acesso em 11 de julho de 2017.

NASSIF, M. I. Carta ao futuro em tempos de horror. In: GONÇALVES, M. (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol.2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Alberto Dines entrevista o jornalista Glenn Greenwald**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lrhhc-BuSKs>>. Acessado em 5 de agosto de 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Lula Presidente, 2007/2010**. São Paulo, 29 de ago. 2006, 34p. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf>. Acessado em 04 de junho de 2018

RAMOS, F. M. E. Uma Leitura do Discurso do Outro nos Estudos da Linguagem. **Revista do GELNE**, v. 1, p. 01-10, 2010.

REBECHI, R.R. O discurso dos deputados na votação do impeachment: a LC combinada à ACD. In: FINATTO, M.J.B; REBECHI, R.R; BOCORNY, A.E.P (Org.). **Linguística de corpus: perspectivas**, Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2018, p. 41-68.

RÊGO, M.G.S. **Contrariando a lógica das concentrações midiáticas: jornalismo independente e opinião pública**. In: XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Fortaleza-CE, 2016.

REIS, Mariana. Comunicar e resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. In: **Vozes e Diálogo**. Itajaí, v.16, n.1, jan/jun, 2017. P.193-204. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/vd/article/viewFile/9455/5791>>. Acessado em 18 de abril de 2018.

RICHTER, André. **Lava Jato completa 4 anos neste sábado; veja números da operação**. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-03/lava-jato-completa-4-anos-neste-sabado-veja-numeros-da-operacao>>. Acessado em 28 de julho de 2018.

RIZZOTTO, C.C. Constituição História do Poder na Mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Revista de Estudos da Comunicação** (Impresso), v. 13, p. 111-120, 2012.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSÁRIO, Miguel do. Falso Consenso. In: GONÇALVES, M. (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol.2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. 251 p.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Entre a palavra e a ação: Uma análise de O Debate e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/19422/Entre%20a%20palavra%20e%20a%20acao...;jsessionid=2B7E252C2B8932C8DBEA62EA8AD1ECFA?sequence=1>>. Acessado em 16 de julho de 2018.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos – Novos Critérios de classificação**. LabCom Books, 2009. Disponível em: <www.livroslabcom.ubi.pt>. Acessado em 26 de novembro de 2018

SENADO FEDERAL. **Constituição da república Federativa do Brasil (1988)**. 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acessado em 7 de maio de 2018.

SILVA da, J. M; LIMA, R. G. **Para se entender a crise política do Brasil**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/297359-1>>. Acessado em 27 de julho de 2018.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista da FAGED** (UFBA. Online), v. 13, p. 39-53, 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3007/2653>> . Acessado em 12 de dezembro de 2018.

SILVA, Sergio Damasceno. **The Intercept Brasil entra no ar**. 2016. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/08/02/the-intercept-brasil-entra-no-ar.html>>. Acessado em 06 de agosto de 2018.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica da reportagem - notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THE INTERCEPT BRASIL. **Sobre e contatos.** Disponível em:< <https://theintercept.com/brasil/staff/>>. Acessado em 06 de agosto de 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna - teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRAVASSOS, Tarcísia. Títulos, para que os quero? In: DIONISIO, A.P; BESERRA, N. d. S; (orgs.). **Tecendo textos, construindo experiências.** Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003. 272. p.

VIZEU, Alfredo Eurico. **Os jornalistas e a audiência: a hipótese da audiência presumida.** 2004. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1591-1.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929]. 373p.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.**4.ed. Lisboa: Presença, 1995.

Reportagens do Corpus

THE INTERCEPT BRASIL. **Porque o Sem. Aloysio Nunes foi a Washington um dia depois da votação do impeachment?** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/04/18/porque-o-sen-alloysio-nunes-foi-a-washington-um-dia-depois-da-votacao-do-impeachmentimpeachment/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Para entender a verdade no Brasil, Veja quem está sendo implantado na Presidência e na chefia das finanças.** Disponível em:<<https://theintercept.com/2016/04/22/para-entender-a-verdade-no-brasil-veja-quem-esta-sendo-implantado-na-presidencia-e-na-chefia-das-financas/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **A democracia brasileira sofrerá um duro revés com a posse de um inelegível e corrupto neoliberal.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/05/11/a-democracia-brasileira-sofrera-um-duro-reves-com-a-posse-de-um-inelegivel-e-corrupto-neoliberal/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Novo abalo político no Brasil: é hora da mídia começar a dizer “Golpe”?** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/05/23/novo-abalo-politico-no-brasil-e-hora-da-midia-comecar-a-dizer-golpe/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Enquanto a corrupção assombra o Temer, caem as máscaras dos movimentos pró-impeachment.** Disponível em:<<https://theintercept.com/2016/06/16/enquanto-a-corrupcao-assombra-o-temer-caem-as-mascaras-dos-movimentos-pro-impeachmentimpeachment/>> . Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Eventos importantes no Brasil expõem a fraude do impeachment de Dilma e a corrupção de Temer.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/06/30/71591/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Folha comete fraude jornalística com pesquisa manipulada visando alavancar Temer.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/07/20/folha-comete-fraude-jornalistica-com-pesquisa-manipulada-visando-alavancar-temer/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Grande mídia promove candidatura de Temer ignorando sua inelegibilidade.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/05/grande-midia-promove-candidatura-de-temer-ignorando-sua-inelegibilidade/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Jesus.com X Dilma na terra da lei de recúpero.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/07/jesus-com-x-dilma-na-terra-da-lei-de-ricupero/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Bernie Sanders chama impeachment de antidemocrático enquanto Michel Temer perde força.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/09/bernie-sanders-chama-impeachment-de-antidemocratico-enquanto-michel-temer-perde-forca/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Impeachment é “ataque contra instituições democráticas”, declaram intelectuais internacionais.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/24/impeachment-e-ataque-contrainstituicoes-democraticas-declaram-intelectuais-internacionais/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Dilma falou para a história, mas a história a engoliu.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/29/dilma-falou-para-a-historia-mas-a-historia-a-engoliu/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Os novos donos do trono no Reino da hipocrisia.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/29/os-novos-donos-do-trono-no-reino-da-hipocrisia/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **Vídeo: impeachment de Dilma caminha para o fim e ameaça democracia brasileira.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/29/entrevista-impeachment-de-dilma-caminha-para-o-fim-e-ameaca-democracia-brasileira/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. **10 momentos em que Dilma caiu lutando no senado.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/31/10-momentos-em-que-dilma-caiu-lutando-no-senado/>>. Acessado em: 11 de abril de 2018.